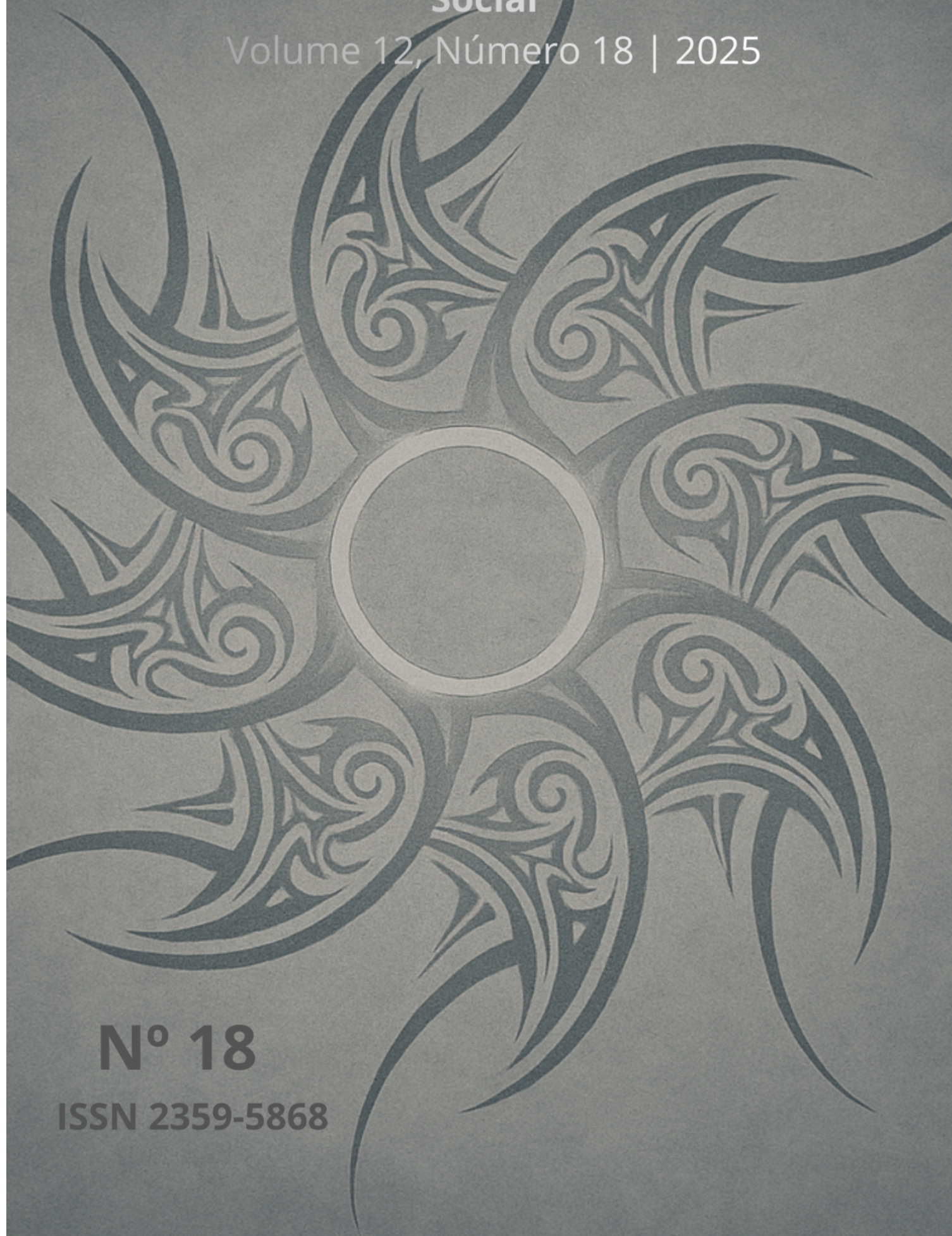


REVISTA DESPIERTA

Sociedade, Cultura e Contestação
Social

Volume 12, Número 18 | 2025



Nº 18

ISSN 2359-5868

SUMÁRIO

Artigos

A políticas das consequências – sobre as sequelas da violência policial Didier Fassin	03
Marxismo e autogestão social na obra de Nildo Viana Rubens Vinícius da Silva	24
O despertar da consciência artificial – análise dialética sobre as formas de alienação e emancipação na narrativa seriada Westworld Mateus Vieira Orio	54
Análisis de la construcción de la agenda de gobierno desde una perspectiva crítica Laura Alvarez Huwiler	84
Capitalismo e polícia – a arquitetura repressiva da sociedade burguesa Vyctor Grotti	113

Resenhas

Neoliberalismo, repressão preventiva e letalidade policial em Curitiba Lisandro Braga	132
--	-----

A POLÍTICA DAS CONSEQUÊNCIAS: SOBRE AS SEQUELAS DA VIOLÊNCIA POLICIAL*

DIDIER FASSIN

Professor titular da cadeira "Questions morales et enjeux politiques" no Collège de France (Paris); Professor na School of Social Science do Institute for Advanced Study (Princeton); e Diretor de estudos no Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux (IRIS) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris.

3 O assassinato de um adolescente por um policial nos arredores de Paris, em 2023, provocou grandes protestos e uma repressão brutal na França. Como a produção ou a justificação de tais violências policiais já foi amplamente estudada, este artigo investiga o que vem depois da violência e contribui para sua reprodução — *a política das consequências*. A mecânica de normalização da má conduta por parte dos agentes, suas instituições e o Estado envolvem práticas colaterais que têm recebido pouca atenção, apesar de seu papel crucial. A ênfase recai sobre falsificação e falso testemunho, exaltação dos agressores e culpabilização das vítimas, repressão aos protestos e a convivência ou negação da brutalidade policial. Num contexto de autoritarismo crescente, a polícia parece ser ao mesmo tempo um Estado dentro do Estado e o braço armado do Estado.

No verão de 2023, o assassinato de um adolescente de origem argelina e marroquina, baleado à queima-roupa por um policial motociclista nos arredores de Paris, desencadeou os protestos mais significativos contra a violência policial na França, desde a morte por eletrocussão de dois adolescentes, em um transformador de energia, enquanto fugiam de uma patrulha anticrime, no outono de 2005 (FASSIN, 2023b). A resposta repressiva do Estado foi severa: diversos manifestantes foram mutilados, transeuntes ficaram gravemente feridos, milhares de pessoas foram presas e processadas, e centenas de sentenças de prisão foram impostas. Esse episódio é, sem dúvida, parte de uma longa série

* Esse artigo foi publicado originalmente na *Social Research: An International Quarterly*, Volume 91, Number 4, Winter 2024, com o título *The Politics of the Aftermath: On the Sequels to Police Violence*.

de sequências semelhantes — assassinato, protesto, repressão —, mas reúne de forma exemplar e dramática os principais elementos da estrutura de eventos associados à violência policial contra jovens pertencentes a minorias étnico-raciais e residentes de bairros populares, como observei durante meus 15 meses de trabalho de campo com patrulhas anticrime nas *banlieues* (periferias) francesas (FASSIN, 2013). Embora o caso apresente especificidades francesas, essa estrutura de eventos e seus significados têm muito em comum com incidentes trágicos similares em outras partes do mundo.

Na manhã de 27 de junho de 2023, Nahel Merzouk, de 17 anos, conduzia um carro alugado, com dois amigos a bordo, em uma faixa de ônibus na periferia de Paris, quando dois policiais motociclistas ordenaram que ele parasse (LEMAIGNEN; LEFIEF 2023). Sem possuir carteira de habilitação, o jovem acelerou, cometendo diversas infrações de trânsito enquanto era perseguido pelos policiais. Poucos minutos depois, foi bloqueado por um congestionamento.

Os policiais posicionaram-se ao lado do veículo, apontaram suas armas para o motorista e ordenaram que ele desligasse o motor. Segundo a versão policial, o jovem se recusou a obedecer, o carro arrancou e, para evitar ser atropelado, um dos agentes disparou no peito do motorista, que foi declarado morto instantes depois. De acordo com os dois amigos da vítima, o jovem, aterrorizado pela agressividade dos agentes e atordado após levar três coronhadas na cabeça, perdeu o controle do pedal do freio, fazendo com que o carro automático começasse a se mover lentamente.

Um vídeo de 50 segundos da cena, gravado por um transeunte, foi divulgado no dia seguinte, desmentindo a versão oficial reiterada pelo promotor e reproduzida pela mídia. No vídeo, os policiais não aparentam estar em perigo diante do movimento lento do carro e, nos primeiros segundos, é possível ouvir um deles gritando ao motorista: “Você vai levar um tiro na cabeça!” A justificativa do agente, de que teria disparado em legítima defesa e mirado na parte inferior do corpo, portanto, não se sustentou. Investigado por homicídio doloso, ele foi detido sob a acusação de “homicídio voluntário cometido por pessoa com autoridade”, crime que pode ser punido com até 30 anos de prisão.

A morte de Nahel Merzouk não foi um evento isolado. Sua ampla repercussão levou pesquisadores e jornalistas a investigarem outros casos semelhantes. Nos 18 meses que antecederam a tragédia, foram registrados outros 14 incidentes parecidos (ESTEBAN-GARAY, 2023). Em cada um deles, um policial atirou contra um homem que não obedeceu à ordem de parar o veículo. A vítima era o motorista, um passageiro ou ambos, sendo frequentemente atingida no tórax ou na cabeça. O atirador invariavelmente alegava que ele ou seus colegas estavam em perigo e que fora necessário usar a arma. Quando havia vídeos disponíveis, comprovava-se que essa alegação era falsa e que os disparos ocorreram sem justificativa legal.

Em um dos casos, o veículo dava marcha à ré quando o policial disparou através do para-brisa. Em vários outros, o carro estava se afastando, e o agente atirou nas costas do fugitivo. As vítimas haviam fugido por motivos como carteira de habilitação suspensa, falta de seguro, roubo de veículo ou infrações relacionadas a drogas. Em cinco dos treze casos com informações disponíveis, os policiais não foram acusados de nenhum crime; seis responderam por “violência resultando em morte sem intenção” e apenas dois por “homicídio voluntário”.

O dado mais perturbador é que essas mortes parecem estar diretamente relacionadas a uma legislação de 2017 que autorizou os agentes de segurança a atirar em motoristas que se recusassem a obedecer a ordens. O projeto foi proposto pelo governo sob forte pressão dos sindicatos policiais e altos funcionários da corporação, que reclamavam de agentes processados por ferir ou matar indivíduos. Segundo Sebastian Roché, Paul Le Derff e Simon Varaine (2022), o número mensal de pessoas mortas a tiros pela polícia ao volante aumentou cinco vezes desde a promulgação da lei. Os autores também demonstram que não houve aumento semelhante no uso letal de armas por policiais em outros contextos ou em países vizinhos. Assim, concluem que, embora o governo negue veementemente, há uma ligação causal entre a legislação e os homicídios.

Esse fato faz parte de uma tendência mais ampla: ao longo das últimas décadas, à polícia têm sido concedidas cada vez mais prerrogativas em todas as áreas da aplicação da lei. Em um momento em que questões de segurança pública passaram a ser prioridade para

a direita e a extrema-direita — apesar das estatísticas indicarem uma queda nos índices de criminalidade —, a política de "lei e ordem" foi se normalizando em todo o espectro político; a reforma do direito policial de atirar foi introduzida por meio de um projeto de lei proposto por socialistas. Seja por convicção, quando conservadores estavam no poder, seja por fraqueza, quando progressistas assumiram o governo, os sucessivos governos cederam às demandas das forças de segurança.

O ministro do Interior me contou, em 2012, o quanto era difícil reformar as forças de segurança devido ao poder dos sindicatos. A polícia, uma instituição nacional na França, foi historicamente colocada a serviço do Estado, e não dos cidadãos. Isso supostamente garantiria sua neutralidade, ainda que ao custo do controle democrático. Com o tempo, no entanto, tornou-se um Estado dentro do Estado.

6 Meu interesse aqui não é a produção ou justificação da violência policial, que já estudei em outro lugar (FASSIN, 2019), mas sim a política das consequências — ou seja, o que acontece após a violência policial e contribui para sua reprodução. A mecânica de normalização da má conduta por parte dos próprios agentes, de suas hierarquias, da instituição, do governo e, em última instância, do Estado, envolve uma série de práticas colaterais que receberam relativamente pouca atenção, embora desempenhem papel crucial. Mais especificamente, penso em falsificação de documentos e falso testemunho, incentivados pelas autoridades e aceitos pelos juízes; em representações enganosas dos protagonistas, louvando os agressores e culpando as vítimas; e na repressão dos protestos, naturalizando ou negando a brutalidade policial. Embora eu foque principalmente no que ocorreu após a morte de Nahel Merzouk, também me baseio em minha etnografia da vigilância urbana e em investigações de diversos casos de violência policial.

Falsificação e falso testemunho

Na versão inicial apresentada pelo policial que matou Nahel Merzouk, ele declarou que o jovem havia desligado o motor e depois o religado, sinalizando que desobedeceria e fugiria; (b) disparou porque temia que seu colega, cujo torso estava dentro do carro pela janela do motorista, fosse colocado em risco pela aceleração do veículo; (c) mirou na parte

inferior do corpo do jovem; e (d) nunca ameaçou atirar em sua cabeça. No entanto, o vídeo revelou que o motor nunca foi desligado, que seu colega estava ao lado do veículo quando o carro começou a se mover lentamente, a autópsia indicou que a bala atravessou o coração e os pulmões da vítima, e o outro policial negou ter feito a ameaça verbal. Ao apresentar informações falsas em seu relatório, o policial tornou-se passível de acusação por falsificação de documento oficial, crime punível com até 15 anos de prisão. No entanto, o promotor declarou que não haveria acusação por falso testemunho.

7 Mas o atirador não foi o único envolvido na falsificação da versão oficial. Assim que informado sobre o ocorrido, o chefe de polícia distrital chegou imediatamente ao local, assumiu o controle da situação e estabeleceu a narrativa oficial. Embora o promotor tivesse autorizado que os policiais fossem atendidos por um médico no hospital antes do depoimento, o chefe de polícia os conduziu diretamente à delegacia, onde o agente teve tempo de conversar com dois colegas e com seu sindicato, preparando assim sua versão dos fatos. Os investigadores da Inspetoria-Geral da Polícia Nacional só puderam interrogá-los três horas após o incidente, e o atirador foi colocado sob custódia sete horas depois. Nesse intervalo, os dois policiais tiveram tempo de consolidar seu relato.

O termo *testilying* (junção de “testemunhar” e “mentir”) foi cunhado por policiais do Departamento de Polícia de Nova York para designar o falso testemunho policial. Embora o termo possa parecer uma forma humorística ou irônica de reconhecer e nomear uma prática comum de fraude, argumenta-se que ele funciona como um eufemismo, apresentando a prática como um “meio-termo ético” entre testemunhar e mentir, entre enganar o tribunal e defender a lei, entre cometer um crime e proteger a população. Larry Cunningham afirma: “O *testilying* é visto como um pequeno compromisso moral que pode prevenir um erro moral maior: a não condenação de um réu culpado” (1999, p. 27). Essa interpretação generosa é autocomplacente em dois sentidos.

Primeiro, obscurece o fato de que o *testilying* tem sido usado desproporcionalmente por detetives para incriminar acusados negros, que acabaram condenados a longas penas antes de serem reconhecidos como inocentes (GROSS, p. 2008). Segundo, ignora que essa prática é quase sempre empregada quando há violência policial, para inocentar o autor e

até inverter a acusação, culpando a vítima (CHIN; WELLS, 1998). Assim, em vez de evitar o erro moral de absolver um culpado, como alegam os agentes, o *testilying* geralmente serve para condenar inocentes ou absolver culpados.

A acusação por desacato e resistência à autoridade é um exemplo evidente desse desvio nocivo na falsificação policial do sistema judicial. Esse tipo de infração disparou na França desde meados dos anos 1980. Durante a primeira metade do século XX, a chamada “violência e insulto” contra a polícia caiu significativamente, com uma média anual de 4.000 casos no início da década de 1960 (JOBARD, 2005). Desde então, com a nova designação de “desacato e rebelião”, os casos aumentaram progressivamente até atingir 25.000 em 2016 e 28.000 em 2019 (CHAPUIS; JACQUIN, 2020).

Essa evolução não se deve a um aumento na beligerância da população, mas a um aumento nas tensões entre a polícia e os cidadãos em um contexto de criminalização da classe trabalhadora e de valorização da autoridade policial. Mais especificamente, desde os anos 1980, esse crescimento foi resultado de incentivos do Ministério do Interior, que encorajou os agentes a utilizarem essa acusação de forma liberal, a requererem indenizações financeiras e até a cobrir os custos jurídicos e honorários dos advogados. Essa política se constituiu como um claro estímulo ao falso testemunho.

De fato, está estabelecido que a acusação por desacato e resistência se tornou uma forma simples de os policiais responderem a denúncias de violência (DAILLÈRE, 2015). Em minha pesquisa em um distrito urbano nos arredores de Paris, enquanto acompanhava patrulhas de esquadrões anticrime, percebi que alguns agentes usavam frequentemente esse tipo de acusação, enquanto outros nunca recorriam a ela, e o comissário monitorava cuidadosamente os primeiros, suspeitando que fossem excessivamente violentos (FASSIN, 2014). Na verdade, percebi que o número dessas queixas não indicava hostilidade do público, como geralmente se acredita, mas sim a agressividade de certos policiais. Após a publicação do meu livro, uma juíza me escreveu dizendo que frequentemente duvidava da versão policial quando alegavam ter sido insultados ou agredidos, mas sentia-se obrigada a dar crédito aos seus relatos, conforme a crença comum no sistema judicial (MADURAUD, 2019).

Nesses casos, é a palavra de agentes juramentados contra a palavra de jovens das periferias — o que praticamente impossibilita que a versão destes últimos prevaleça quando os primeiros mentem. O que fez diferença no caso de Nahel Merzouk foi o vídeo do transeunte. Quando alguém é brutalizado ou assassinado por um policial, é cada vez mais comum que, graças às gravações de câmeras públicas ou smartphones de testemunhas, a versão da polícia seja desmentida. Mas muitas vítimas não dispõem dessa evidência para buscar justiça nos tribunais.

Na verdade, mesmo quando há provas, o sistema de justiça pode optar por aceitar relatórios falsificados e tolerar a má conduta policial. Um caso emblemático é o de uma policial cujo veículo, em uma cidade próxima a Paris, colidiu com uma scooter que ela perseguia, após o condutor se recusar a parar (POLLONI, 2024). O motorista, um jovem, foi atropelado, mas conseguiu fugir. Temendo as possíveis consequências de seu ato, a policial enviou uma série de mensagens de texto para os pais, descrevendo o que havia ocorrido. “Foi minha culpa”, escreveu. “Passei por cima dele de propósito — esse preto imundo da raça maldita.” Mais tarde acrescentou: “Meus colegas estão no telefone com os responsáveis pelas câmeras da rua para apagar as imagens do momento em que o atropelei.” E ainda: “Eles estão comigo. Todos vão mentir no relatório e dizer que ele bateu em mim.” Seu pai respondeu que ela não deveria ter perseguido o jovem enquanto ele fugia. Sua mãe tentou tranquilizá-la, dizendo que ela havia feito a coisa certa.

Toda essa troca foi encontrada no telefone da policial pela Inspeção-Geral da Polícia Nacional, que investigava uma outra má conduta sua envolvendo “participação em organização criminosa” e “quebra de sigilo profissional”, já que ela havia vendido informações extraídas dos registros da polícia. Durante a investigação do acidente, os agentes que estavam com ela no carro e os que os seguiam declararam que ela estava no banco traseiro quando a scooter colidiu com o veículo, e que haviam tentado em vão obter da prefeitura os vídeos, que coincidentemente tinham sido apagados.

Embora, nas mensagens aos pais, ela confessasse sua culpa e revelasse a falsificação que seus colegas fariam, o promotor decidiu não processar ninguém, alegando, segundo o advogado da agente, que “ela mentiu para os pais ao dizer que dirigia, mas disse

a verdade no relatório do incidente” (POLLONI, 2024). Quando o sistema de justiça está determinado a proteger a má conduta policial, nem mesmo provas escritas são suficientes para dissuadi-lo.

Exaltar agressores e difamar vítimas

No dia seguinte à morte de Nahel Merzouk, a polícia forneceu à imprensa informações que apresentavam retratos morais opostos do atirador e da vítima. O policial de 38 anos, descrito como “um homem de família” por seu advogado, foi elogiado como “um excelente policial”, “irrepreensível” e “extraordinário” por colegas, como “experiente” pelo prefeito de polícia, e como “veterano” pelo ministro do Interior. Ele havia recebido “oito cartas de elogio” de seus superiores, “duas condecorações por coragem e comprometimento” — em particular por sua atuação durante os protestos dos coletes amarelos em 2018 —, e a “medalha de segurança interna”, que homenageia agentes por seus serviços prestados (OUEST FRANCE, 2023). Contudo, nos dias seguintes, jornalistas revelaram que ele havia pertencido à infame unidade especial CSI-93, dissolvida pelo prefeito de polícia após 17 investigações criminais sobre acusações de violência, extorsão, prisões ilegais, insultos racistas, falsos testemunhos, plantação de provas, entre outros; e que mais tarde ingressara nas notórias brigadas de motocicleta BRAV-M, amplamente criticadas por sua violência e racismo na repressão a protestos.

Além disso, havia sido processado por exposição indecente poucos meses antes do assassinato de Nahel Merzouk (HALISSAT; LEBOUQC, 2023). A imagem que aos poucos emergiu era bem diferente da fornecida por seus colegas e superiores, especialmente considerando que as condecorações recebidas correspondiam a intervenções policiais — em bairros populares e manifestações de rua — que foram consideradas agressivas e ilegais. A descrição revisada condizia mais com a ameaça verbal proferida pelo policial e com seu gesto letal.

O adolescente foi rapidamente retratado pela imprensa de direita e por redes sociais como “conhecido da polícia” e possuidor de “longo histórico criminal”, sendo um “desistente escolar” e tendo cometido “15 infrações”, incluindo “desobediência”,

“condução sem habilitação”, “receptação” e “uso e posse de drogas” (LEPOIVRE, 2023). Mais uma vez, investigações jornalísticas revelaram um quadro bastante diferente. O jovem não possuía antecedentes criminais; vários processos abertos contra ele haviam sido arquivados, com exceção de uma desobediência à ordem de parada, pela qual teve de participar de um programa educativo. Trabalhava como entregador de pizza e jogava rúgbi em um clube. Era envolvido em programas de combate à discriminação racial e atuava como auxiliar de organização em uma competição esportiva internacional (PEZET, 2023). Vivia com a mãe argelina, separada do pai marroquino. Era filho único. A mãe declarou: “Ele era minha vida, meu melhor amigo, meu filho, ele era tudo para mim.” O presidente do clube de rúgbi disse que ele “tinha vontade de se integrar social e profissionalmente.” Em vez de um delinquente, Nahel Merzouk revelou-se um bom jovem que, como muitos adolescentes, cometera erros, mas se esforçava para encontrar seu lugar na sociedade.

11

Exaltar o agressor e difamar a vítima são práticas comuns empregadas para encobrir a má conduta policial. Produz-se, assim, uma inversão moral: o agente violento é retratado como uma pessoa decente e um profissional exemplar, enquanto o indivíduo ferido ou morto é representado como delinquente e vilão. Essa retórica tem o objetivo de desculpar os culpados e legitimar suas ações reprováveis. Um comentarista de um canal de notícias pertencente a um bilionário de extrema-direita chegou a afirmar que, considerando os supostos antecedentes criminais de Nahel Merzouk, o gesto do policial “foi uma forma de salvá-lo, restabelecendo uma autoridade clara” (ARRÊT SUR IMAGES, 2023).

Embora apresentar o assassino como salvador da vítima possa parecer extremo, reflete uma opinião comum de que a morte do jovem teria sido, de certo modo, merecida. De fato, por vezes, em uma espécie de provocação aos familiares da vítima, o policial culpado é condecorado por sua atuação ou até promovido. Em 2019, após o movimento dos coletes amarelos, agentes diretamente envolvidos em atos brutais e ilegais foram homenageados. A cerimônia reconheceu diversos policiais, incluindo o chefe que ordenou um ataque injustificado em Nice, no qual uma mulher pacífica de 73 anos sofreu traumatismo craniano e múltiplas fraturas; o responsável pela operação em que uma senhora de 80 anos morreu após uma granada ser lançada em seu apartamento em

Marselha; um comissário filmado espancando manifestantes que haviam se refugiado em um restaurante em Paris; e o agente que decidiu usar gás lacrimogêneo contra jovens em um show, provocando pânico que resultou no afogamento de um homem de 24 anos em Nantes (PASCARIELLO, 2019). As autoridades premiaram abertamente seus agentes mais desviantes.

Em contraste, as instituições policiais frequentemente tentam manchar a reputação das pessoas afetadas por essas práticas, na esperança de justificar de alguma forma ações injustificáveis. Essa estratégia de comunicação combina a desqualificação das vítimas com a fabricação de delitos. Em 2005, Zyed Benna, de 17 anos, e Bouna Traoré, de 15, morreram eletrocutados em uma subestação elétrica enquanto tentavam se esconder de uma patrulha anticrime que os perseguia. O ministro do Interior, ao negar que estivessem sendo perseguidos pela polícia, declarou que os adolescentes eram ladrões. Dois dias antes, ao visitar um conjunto habitacional e referir-se à juventude local supostamente delinquente, dissera a um morador que iria “livrar-se daquela escória”.

Na realidade, os dois adolescentes não tinham antecedentes criminais e não haviam cometido nenhum delito. Era o mês do Ramadã. Eles faziam parte de um grupo de jovens que haviam jogado futebol durante a tarde e estavam com pressa para voltar para casa e quebrar o jejum. Ao passarem por um canteiro de obras, um homem que suspeitou que poderiam invadir o local chamou a polícia, que chegou com sirenes ligadas. Assustados, os adolescentes fugiram, sabendo que, se fossem parados, seriam levados à delegacia para interrogatório e que seus pais seriam chamados para buscá-los; poderiam até ser punidos por seus pais, que suspeitariam de alguma má conduta (LE MONDE, 2005). Em resumo, a tragédia foi consequência direta do assédio policial habitual, que o governo ignorou ao culpar injustamente as vítimas, em vez de demonstrar compaixão às suas famílias.

A estratégia de vilanizar pessoas mortas pela polícia foi analisada por Kristin Dukes e Sarah Gaither (2017), que forneceram vários exemplos de retratos estigmatizantes feitos pela mídia após a morte de afro-americanos: Michael Brown, de 18 anos, que estaria “agindo como um marginal, não como um gigante gentil”; Eric Garner, de 43, descrito como “criminoso reincidente” e “vítima de si mesmo”; Alton Sterling, de 37, que “não era

um homem admirável” e tinha “uma ficha criminal de 46 páginas”. As autoras conduziram um experimento no qual os participantes liam um roteiro sobre um confronto entre dois homens, um negro e um branco, que terminava com um deles matando o outro. Quando as informações biográficas sobre a vítima negra incluíam estereótipos negativos, ela era considerada muito mais culpada do que quando o texto apresentava dados positivos contra estereotípicos — e a acusação contra o agressor era significativamente menos frequente por homicídio em primeiro grau e mais frequente por homicídio justificável. Esses resultados, que dialogam com o estudo de Eileen Bjornstrom e colegas (2010) sobre representações raciais e étnicas no noticiário televisivo nacional sobre crimes, têm implicações importantes tanto para a opinião pública quanto para decisões de promotores e júris nos julgamentos.

13

Na verdade, a maneira como uma pessoa é descrita pode até influenciar a ação policial, com consequências potencialmente letais. No caso de um homem de 37 anos que foi morto a tiros por membros de uma força especial de elite na fazenda de seus pais, a imagem que se fez dele teve papel decisivo no desfecho trágico (FASSIN, 2021). Ele foi apresentado como um foragido, potencialmente violento, provavelmente armado, sob efeito de drogas, incluindo cocaína, e com os estereótipos negativos habituais sobre os ciganos como um “mundo à parte” (MAYER, 2014). Esse retrato teve duas consequências. Primeiro, levou as autoridades a recorrerem ao mais alto nível das quatro categorias possíveis de operação policial, acionando o temido Grupo de Intervenção da Gendarmaria Nacional, criado originalmente para situações de contraterrorismo, resgate de reféns e crime organizado. Segundo, colocou os agentes num estado mental de confronto com um indivíduo perigoso, fazendo com que reagissem disparando imediatamente ao encontrá-lo.

Na realidade, o homem, condenado por furto sem violência, havia recebido da junta de liberdade condicional uma autorização de saída de 48 horas para visitar a família, o que indica que não era considerado perigoso. Ele foi declarado foragido apenas porque não retornou à prisão após a visita. Além disso, algumas semanas antes, os gendarmes locais — que conheciam os pais do homem — foram até a fazenda informar que o outro filho, também condenado por contravenção, deveria se apresentar à prisão, o que foi feito. Essa

abordagem simples poderia ter sido usada também nesse caso, em vez da intervenção de uma unidade de elite.

Finalmente, quando foi encontrado escondido em um galpão escuro, ele portava apenas uma pequena faca, que os policiais retiraram do bolso para simular que ele os havia atacado, apesar de serem cinco agentes experientes, usando coletes à prova de balas, capacetes e armados com fuzis automáticos e granadas. A situação era, portanto, completamente diferente daquela fantasiada pelas autoridades, que, por ignorarem a realidade social dos ciganos, reproduziram preconceitos sobre esse grupo. O homicídio foi produto dessa ignorância.

Protestos e repressão

Na noite da morte de Nahel Merzouk, à medida que se tornavam conhecidas as circunstâncias do incidente, começaram os distúrbios urbanos — primeiro na cidade onde ele vivia, depois em várias outras localidades da França. Fogos de artifício foram lançados contra a polícia; carros foram incendiados; prédios públicos depredados; lojas saqueadas. Paralelamente, manifestações pacíficas foram organizadas, começando com uma marcha pedindo verdade e justiça em memória do jovem, dois dias após seu assassinato. Mas a maioria dessas manifestações foi proibida pelas autoridades estatais. No total, estima-se que, após nove dias de protestos, os danos materiais tenham ultrapassado 1 bilhão de dólares (LES ECHOS, 2024). Assim, a questão da destruição da propriedade obscureceu o problema da violência policial.

Como ocorreu em episódios anteriores de distúrbios urbanos após a morte de jovens oriundos de bairros populares e minorias étnico-raciais, a forma de qualificar esses eventos gerou debate (KOKOREFF, 2008). Enquanto o governo e a maioria da grande mídia falavam em “tumultos” (*riots*), alguns cientistas sociais e alguns veículos alternativos argumentavam que os distúrbios deveriam ser vistos como “revoltas” (*revolts*) (LESCARMONTIER, 2023). Tipicamente, os jornais *Le Monde* e *Libération* usaram a linguagem dos “tumultos”, assim como a Wikipédia, enquanto os sites independentes *Mediapart* e *Bondy Blog* defenderam a designação “revoltas”, preferida pelos pensadores

críticos. No primeiro caso, a ênfase recai sobre uma violência aleatória e inútil; no segundo, sobre uma demanda por justiça. O termo “tumulto” tende a despolitizar e até deslegitimar os protestos; “revolta” busca politizá-los e legitimar sua motivação. Essa discussão surgiu pela primeira vez durante a revolta do outono de 2005, que surpreendeu autoridades e pesquisadores (HORVATH, 2018).

No caso dos protestos após o assassinato de Nahel Merzouk, as imagens espetaculares de veículos em chamas, vitrines quebradas e jovens mascarados dominaram os noticiários, os comentaristas enfatizaram a violência e a destruição, o governo recusou-se a reconhecer a indignação que levou os jovens às ruas, e o presidente insinuou que estavam apenas imitando videogames — tudo isso alimentou a ideia de que os distúrbios não tinham sentido político e que se tratava apenas de saques irracionais.

Curiosamente, essa foi a mesma interpretação que o historiador E. P. Thompson (1971, p. 78–79) enfrentou e criticou ao analisar as rebeliões camponesas do século XVIII, geralmente chamadas de “motins da fome” (*food riots*), expressão que ele considerava que deslegitima e reduz a complexidade de motivos, comportamentos e funções que tornavam esses atos verdadeiros protestos. Para Thompson, havia uma “economia moral da multidão”, fundamentada em uma visão tradicional e consistente das normas e obrigações sociais partilhadas pela comunidade. E era a violação moral dessas expectativas — especialmente o aumento abusivo dos preços e práticas desonestas dos comerciantes — que desencadeava as revoltas. Ele conclui que, embora essa economia moral não pudesse ser considerada “política” num sentido avançado, também não poderia ser descrita como apolítica (espasmos), já que envolvia noções bem definidas e apaixonadamente defendidas do bem comum.

Uma leitura mais ampla do conceito de economia moral pode ser proposta expandindo o espectro da noção de economia para além de bens e serviços, levando a sério sua dimensão moral — incluindo valores — e relacionando-a a um fato social. É o que procurei fazer ao definir uma economia moral como a produção, circulação, distribuição e apropriação de valores e afetos com respeito a um determinado fato social (FASSIN, 2009).

A partir dessa perspectiva, as reações dos jovens das periferias à morte de um dos seus podem ser compreendidas de forma nova, considerando o valor atribuído à vida e os afetos mobilizados pela sua supressão. Pessoas vítimas de assédio, agressividade e discriminação policial costumam suportar essa opressão cotidiana porque não têm escolha. Mas, quando uma vida é tirada, parece haver uma ruptura do contrato social mínimo com o Estado — que deveria proteger sua população, não eliminar parte dela. Forma-se, assim, uma “economia moral do protesto”, das banlieues francesas aos bairros negros nos Estados Unidos (FASSIN, 2015). Mesmo que essas revoltas assumam formas violentas e destrutivas e pareçam desordenadas, elas carregam um significado político — o de recusa das formas de tratamento a que essas populações estão submetidas.

A mensagem “Morreram por nada”, referente à eletrocussão de Zyed Benna e Bouna Traoré, ressoa com o lema “Vidas Negras Importam” (*Black Lives Matter*) nove anos depois, após o assassinato de Michael Brown em Ferguson, Missouri. Em 2020, o homicídio de George Floyd em Minneapolis reativou as mobilizações em memória do assassinato de Adama Traoré em 2016, em Beaumont-sur-Oise, França (COUVELAIRE; SECKEL 2020). A economia moral das revoltas, portanto, tornou-se transnacional.

A resposta do governo francês à situação após o assassinato de Nahel Merzouk teve duas fases. À medida que evidências sobre o disparo à queima-roupa e a ausência de justificativa surgiam, o presidente da República classificou o ato como “inexplicável e imperdoável”; a primeira-ministra reconheceu que a intervenção “não seguiu as regras de engajamento da polícia”. O ministro do Interior afirmou que “o vídeo era extremamente chocante” e a Assembleia Nacional respeitou um minuto de silêncio (POUSSIELGUE, 2023).

Mas esse momento consensual de compaixão foi breve por dois motivos. Primeiro, as imagens de veículos incendiados, vitrines destruídas e jovens mascarados substituíram as do incidente nos canais de notícias e nas redes sociais. Segundo, os sindicatos policiais reagiram à condenação do colega pelas autoridades, à sua detenção e à prisão preventiva. Na esfera pública, a demanda por ordem substituiu a demanda por justiça. O ministro do Interior anunciou que 40 mil policiais e militares seriam mobilizados em todo o país.

A repressão aos protestos foi particularmente brutal. Um entregador de 27 anos que pilotava uma scooter morreu após ser atingido no tórax por uma granada de efeito moral (MARTOT BACRY, 2023). Um jovem de 22 anos levou um tiro na cabeça com munição de impacto (bean bag), foi severamente espancado e deixado para morrer — sofreu um hematoma cerebral que exigiu a remoção cirúrgica de parte do crânio (BRAHIM; PASCARIELLO; POLLONI, 2023). Um homem de 25 anos entrou em coma após ser atingido por munição de borracha. Uma professora de 51 anos, que andava de bicicleta, foi agredida por policiais e sofreu uma fratura na perna. Pelo menos seis pessoas perderam a visão de um olho devido a tiros com balas de borracha. Muitas foram feridas por espancamentos. Na maioria dos casos, as vítimas não tinham qualquer relação com os distúrbios e eram apenas transeuntes — voltando do trabalho, indo para casa ou apenas caminhando.

17

As unidades policiais especiais estiveram entre as mais envolvidas nesses atos de violência, particularmente os esquadrões anticrime e as brigadas táticas de elite encarregadas do contraterrorismo. O uso excessivo da força decorreu, assim, do emprego inadequado de unidades que não foram treinadas para lidar com distúrbios urbanos e que não sabiam distinguir entre infratores e cidadãos pacíficos.

De certo modo, a violência policial não era novidade; havia atingido seu ápice durante o movimento dos coletes amarelos. O que era novo, entretanto, foi o chamado à sedição publicado pelos dois principais sindicatos da polícia, que haviam recebido o voto de mais da metade dos agentes de base nas eleições recentes (FASSIN, 2023a). Eles declararam que pretendiam “impor” sua autoridade sobre as “hordas de selvagens”. Os jovens foram chamados de “pragas”. Os detidos deveriam ser “incapacitados”. Os sindicatos advertiram o governo de que “assumiriam a responsabilidade” e “entrariam em ação” caso não fossem adotadas “medidas legais concretas de proteção policial”, nem “sanções punitivas adequadas” contra os manifestantes, tampouco fossem providos “meios significativos” às forças de segurança. O panfleto finalizava com uma proclamação: “Estamos em guerra.” Embora a maioria da mídia tenha reagido com escândalo, o governo permaneceu em silêncio. Não se manifestou sobre a vaquinha virtual organizada por um

político de extrema-direita em favor da família do policial que matou Nahel Merzouk — iniciativa que arrecadou oito vezes mais dinheiro do que a campanha para ajudar a mãe da vítima.

O governo tampouco puniu os agentes que alegaram estar doentes e se ausentaram do trabalho em protesto contra a prisão preventiva do colega acusado de atirar com arma de impacto e espancar um jovem que, em seguida, sofreu uma hemorragia cerebral. As mais altas autoridades policiais do país chegaram a manifestar publicamente seu descontentamento com a decisão da juíza que decretou a prisão.

A resposta do aparato estatal aos acontecimentos que se seguiram à morte de Nahel Merzouk parece evidenciar a fraqueza do governo e a supremacia da polícia, já que o primeiro aparentava ter perdido o controle sobre a segunda. De fato, as autoridades não ousaram confrontar os sindicatos sediciosos, impedir provocações contra a família da vítima ou aplicar sanções administrativas contra agentes que abandonaram seus postos. Ao desrespeitar a separação dos poderes, o Executivo desautorizou o Judiciário para agradar suas forças policiais, às quais já havia concedido mais prerrogativas, mais recursos e mais proteção jurídica.

Entretanto, a relação entre governo e polícia é mais complexa do que parece à primeira vista. A pressão exercida pelas corporações sobre o governo é relativamente bem aceita, pois permite um exercício mais autoritário da autoridade. Essa tem sido uma tendência marcante nos últimos anos, especialmente desde 2017. Para usar a metáfora de Pierre Bourdieu (1993), o fortalecimento da mão direita do Estado — a polícia — tem sido acompanhado do enfraquecimento da mão esquerda — a provisão de bem-estar social. O declínio do Estado social gerou o que Charles Tilly (2003) chamou de “contenda” por parte daqueles frustrados pela perda de direitos sociais e provocou o que Michel Foucault (2013) designou como “ilegalismos” entre os marginalizados por esse processo. Essas reações, por sua vez, geram uma resposta repressiva do Estado em duas frentes: contra os manifestantes e contra os ditos delinquentes. A política de lei e ordem, legitimada pelo aumento do sentimento de insegurança na opinião pública, pôde assim ser imposta.

No início deste ensaio, descrevi a polícia como tendo se tornado um Estado dentro do Estado. Ao final desta investigação sobre as consequências da sua violência, ela pode ser considerada o braço armado do Estado. As duas interpretações parecem incompatíveis: insularidade e autonomia, de um lado; inclusão e dependência, de outro. No entanto, não são. O autoritarismo realiza a combinação de ambas. Como sugeriu Karl von Holt (2014), que conduziu pesquisas sobre a “democracia violenta” na África do Sul, esse conceito pode ser pertinente não apenas para o Sul Global, mas também para o Norte Global.

Referências

Arrêt sur images. “*Révoltes urbaines: ‘combien de Nahel n’ont pas été filmés?’*” June 30, 2023.

BJORNSTROM, Eileen et al. Race and ethnic representations of lawbreakers and victims in crime news: a national study of television coverage. *Social Problems* 57 (2): 269–93, 2010.

BOURDIEU, Pierre. 1993. *La misère du monde*. Paris: Seuil. 1993

BRAHIM, Nejma et al. 2023. Hedi, 22 ans, ‘laissé pour mort’ après avoir croisé la BAC à Marseille. *Mediapart*, July 19, 2023.

Chapuis, NICOLAS and JEAN-BAPTISTE, Jacquin. Forces de l’ordre: les condamnations pour outrage et rébellion en hausse. *Le Monde*, July 10, 2020.

CHIN, Gabriel, and SCOTT Wells. 1998. The ‘blue Wall of silence’ as evidence of bias and motive to lie: a new approach to police perjury. *University of Pittsburgh Law Review* 59: 233–300, 1998.

COUVELAIRE, Louise, and HENRI Seckel. Justice pour Adama: 20.000 personnes rassemblées à Paris contre les violences policières. *Le Monde*, June 3, 2020.

CUNNINGHAM, Larry. Taking on testilying: the prosecutor response to in-court police deception. *Criminal Justice Ethics* 18 (1): 26–40, 1999.

DAILLÈRE, Aline. *L'Ordre et la force: Enquête sur l'usage de la force par les représentants de la loi en France*. Paris: Acat, 2015.

DUKES, Kristin, and SARAH Gaither. Black racial stereotypes and victim blaming: implications for media coverage and criminal proceedings in cases of police violence against racial and ethnic minorities. *Journal of Social Issues* 73 (4): 789–807, 2017.

ESTEBAN-GARAY, Bruno. 2023. Quinze personnes ont été tuées en France après des refus d'obtempérer depuis début 2022: Où en sont les enquêtes? *Le Monde*, July 5, 2023.

FASSIN, Didier. Les économies morales revisitées. *Annales: Histoire, Sciences Sociales* 64 (6): 1237–66, 2009.

FASSIN, Didier. *Enforcing order: an ethnography of urban policing*. Cambridge: Polity, 2013.

FASSIN, Didier. Pouvoir discrétionnaire et politiques sécuritaires. *Actes de la recherche en sciences sociales*. 201–2: 72–86, 2014.

FASSIN, Didier. Économie morale de la protestation: de Ferguson à Clichy-sous-Bois. *Mouvements* 83: 122–29, 2015.

FASSIN, Didier. 2019. The police are the punishment. *Public Culture*. 31 (3): 539–61, 2019.

FASSIN, Didier. *Death of a traveller: a counter-investigation*. Cambridge: Polity, 2021.

FASSIN, Didier. La police contre la république? *AOC*, July 10, 2023a.

FASSIN, Didier. Mort de Nahel: État de légitime colère. *Libération*, June 28, 2023b.

FOUCAULT, Michel. *La Société punitive: cours au Collège de France 1972–1973*. Paris: Gallimard-Seuil, 2013.

GROSS, Samuel. Convicting the innocent. *Annual Review of Law and Social Science*. 4: 173–92, 2008.

HALISSAT, Ismaël. Mort de Nahel: retour sur une matinée fatale. *Libération*, nov. 1, 2023.

HALISSAT, Ismaël, and FABIEN Leboucq. Le policier qui a tué Nahel, un ancien de la Brav-M et de la CSI-93. *Libération*, July 5, 2023.

HOLT, Karl von. On Violent Democracy. *Sociological Review* 62 (52): 129–51, 2014.

HORVATH, Christina. Riots or Revolts? The legacy of the 2005 Uprising in the Banlieue Narratives. *Modern & Contemporary France* 26 (2): 193–206, 2018.

JOBARD, Fabien. Quand les policiers vont au tribunal. *Études et données pénales*. 18 (2): 1–4, 2005.

KOKOREFF, Michel. *Sociologie des émeutes*. Paris: Payot, 2008.

Le Monde. Le dernier jour de Bouna Traoré et Zyed Benna. Dec. 7, 2005.

LEPOIVRE, Ambre. Refus d’obtempérer, conduite sans permis, stupéfiants: Nahel était connu au fichier des antécédents judiciaires. *Le Figaro*, June 29, 2023.

LEMAIGNEN, Julien, and JEAN-PHILIPPE, Lefief. Le drame de Nanterre, heure par heure, du contrôle routier de Nahel M. à la marche blanche pour l’adolescent tué. *Le Monde*, June 29, 2023.

LESCARMONTIER, Julie. Mort de Nahel: Violences, révolte. Pourquoi l’expression ‘émeute’ s’est imposée? *Ouest France*, July 5, 2023.

Les Echos. Émeutes de l’été 2023: les dommages de biens estimés à 1 milliard d’euros.” April 11, 2024.

MADURAUD, Anne-Laure. Sur les PV, l’outrage: Les procès-verbaux de police sont-ils parole d’évangile. *Délibérée* 1 (6): 84–87, 2019.

MARTOT BACRY, Clara Mohammed B., tué d’un probable tir de flashball à Marseille: L’IGPN est saisie. *Mediapart*, July 6, 2023.

MAYER, Nonna, et al. Le regard des chercheurs: la persistance des préjugés anti-roms. In *La Lutte contre le racisme, l’antisémitisme et la xénophobie*, 250–60. Paris: La Documentation française, 2014.

Ouest France. Mort de Nahel à Nanterre: Qui est le policier soupçonné d’avoir tiré sur l’adolescent? June 29, 2023.

PASCARIELLO, Pascale. La promotion ‘gilets jaunes’ de Christophe Castaner: Les médailles de la honte.” *Mediapart*, July 17, 2019.

PEZET, Jacques. Mort de Nahel à Nanterre: Polémique autour du casier judiciaire de l’adolescent tué par la police. *Libération*, June 28, 2023.

POLLONI, Camille. Dans des SMS, une policière du Val-d’Oise se vante de la fabrication d’un faux procès-verbal. *Mediapart*, Feb. 8, 2024.

POUSSIELGUE, Grégoire. Emmanuel Macron au coeur des critiques après la mort du jeune Nahel. *Les Echos*, June 28, 2023.

ROCHÉ, Sebastian, PAUL Le Derff, and SIMON Varaine. Homicides policiers et refus d’obtempérer: La loi a-t-elle rendu les policiers irresponsables? *Esprit*, Sept., 2022.

THOMPSON, Edward. P. The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. *Past & Present* 50 (1): 76–136, 1971.

TILLY, Charles. *Contention and Democracy in Europe, 1650–2000*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2003.

Resumo: Nesse artigo analisamos os desdobramentos do assassinato de Nahel Merzouk por um policial na França em 2023, destacando como a violência policial se perpetua por meio de práticas institucionais de falsificação de provas, difamação das vítimas e repressão aos protestos. Denunciamos a construção de narrativas que absolvem os agressores e culpabilizam os mortos, mesmo diante de provas em vídeo. Mostramos como a legislação francesa de 2017 ampliou as prerrogativas policiais, aumentando os homicídios cometidos por agentes estatais. Examinamos também o papel da mídia, da justiça e dos sindicatos policiais nesse processo de normalização da brutalidade. Por fim, defendemos que os protestos urbanos devem ser compreendidos como expressões de uma “economia moral do protesto”, carregadas de sentido político, ainda que frequentemente deslegitimadas como tumultos.

Palavras-chave: violência policial; falsificação institucional; economia moral do protesto; racismo estrutural.

Resumen: En este artículo analizamos las consecuencias del asesinato de Nahel Merzouk a manos de un policía en Francia en 2023, destacando cómo la violencia policial se perpetúa mediante prácticas institucionales de falsificación de pruebas, difamación de las víctimas y represión de las protestas. Denunciamos la construcción de narrativas que absuelven a los agresores y

responsabilizan a los muertos, incluso frente a pruebas en video. Mostramos cómo la legislación francesa de 2017 amplió las prerrogativas policiales, incrementando los homicidios cometidos por agentes estatales. Examinamos también el papel de los medios de comunicación, del poder judicial y de los sindicatos policiales en este proceso de normalización de la brutalidad. Finalmente, sostenemos que las protestas urbanas deben ser comprendidas como expresiones de una “economía moral de la protesta”, cargadas de sentido político, aunque frecuentemente deslegitimadas como disturbios.

Palabras-clave: violencia policial; falsificación institucional; economía moral de la protesta; racism structural.

* Recebido em: 12/05/2025.

* Aceito em: 30/06/2025.

MARXISMO E AUTOGESTÃO SOCIAL NA OBRA DE NILDO VIANA

RUBENS VINÍCIUS DA SILVA

Doutor em Sociologia e Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor efetivo de Sociologia na rede estadual de Santa Catarina.

E-mail: rubenssabbath@gmail.com

Considerações iniciais

O conteúdo deste texto é introdutório. Objetiva-se tão somente expor a singularidade da perspectiva marxista expressa na obra de Nildo Viana, enfatizando dois aspectos: a) concepção de autogestão social e b) relação entre marxismo autogestionário e estratégia revolucionária. Nildo Viana é o principal representante teórico do marxismo autogestionário no Brasil. Sua produção é marcada pela crítica da divisão social do trabalho intelectual, sobretudo das ciências particulares, o que o leva a qualificá-la como “adisciplinar” e abarca um gigantesco escopo analítico cujo centro é a crítica da sociedade capitalista (valores, ideologias e produções intelectuais que reforçam a hegemonia burguesa; relações de exploração e dominação de classe, etc.) na busca pela contribuição para a luta cultural e práxis revolucionária no sentido de fornecer as armas da crítica necessárias para a concretização do projeto revolucionário.

Nascido em Goiânia, capital do estado de Goiás, situada na região Centro-Oeste do Brasil, em 6 de maio de 1965, Nildo Viana é proveniente de família das classes inferiores. Devido a isso não terminou o ensino fundamental e, por conseguinte, não adentrou ao ensino médio regular: fez o antigo supletivo do “segundo grau”, denominação anterior do atual “ensino médio”, no ano de 1987. Neste mesmo ano, presta vestibular e em 1988 ingressa no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

No ano de 1992 finaliza a graduação em Ciências Sociais, seguida de especialização e mestrado em Filosofia (este último no ano de 1995), mestrado e doutorado em Sociologia (em 1999 e 2003 respectivamente), além do pós-doutorado concluído pela USP no ano de 2015. Lecionou em diversas universidades e atualmente é professor da Faculdade de

Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Goiás.

Inicia suas leituras de modo autodidata, antes de entrar na universidade. Com o ingresso no ensino superior, dedica-se ao estudo das ciências sociais e, simultânea e autonomamente, da obra de Karl Marx, anarquismo, psicanálise e dos continuadores do marxismo original (Marx e Engels), tais como Rosa Luxemburgo, Karl Korsch, os comunistas de conselhos (Anton Pannekoek, Otto Rühle, Herman Gorter, Paul Mattick, dentre outros), Erich Fromm, Daniel Guérin, entre outras temáticas e autores.

Posteriormente, aprofunda sua pesquisa nesses temas, na história do marxismo e diversos fenômenos, tais como arte, sociologia, violência, juventude, movimentos sociais, etc., tendo como premissas a categoria da totalidade e a luta de classes como recursos intelectuais indispensáveis para uma pesquisa engajada no processo de luta pela autogestão social. Aliado à ampla produção teórica, já escreveu contos, poesias, letras de músicas e histórias em quadrinhos.

Quando ingressa na universidade inicia militância no movimento estudantil, tornando-se um dos fundadores do coletivo político atualmente denominado Movimento Autogestionário – MOVAUT. No começo dos anos 1990 publica seus primeiros artigos, inspirando-se no pensamento de Karl Marx, Karl Korsch, dos comunistas de conselhos e demais marxistas autênticos que mantiveram acesa a chama revolucionária em tempos de hegemonia bolchevique e social-democrata, em conjunto com a assimilação das contribuições legadas pela psicanálise e, em menor medida, uma grande diversidade de pensadores.

Como síntese deste processo elaborou uma concepção inovadora e original da sociedade capitalista expressa na teoria dos regimes de acumulação, cuja análise recobre o modo de produção capitalista, modos de produção subordinados, formas de regularização das relações sociais (formas de consciência, ideologias, valores, cultura, representações cotidianas, etc.), além das tendências e possibilidades de transformação social.

Destarte, a obra de Nildo Viana é caracterizada pela crítica radical e total da sociedade capitalista e, conseqüentemente, pela recusa e proposta de abolição do estado,

crítica radical das organizações burocráticas, tais como partidos políticos, sindicatos, cooperativas, escolas e universidades. Ademais, seu pensamento é autogestionário, calcado no pressuposto de que autogestão coletiva generalizada é a base e a essência da nova sociedade que tende a substituir o capitalismo.

No ano de 1997 publica seu primeiro livro, intitulado *A Consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético* e no ano seguinte escreve *Escritos Metodológicos de Marx*. Estas obras inauguram suas contribuições para a teoria marxista da consciência, ao mesmo tempo em que resgatam o caráter revolucionário e atualizam os esforços do fundador do marxismo no que tange ao método dialético e ao materialismo histórico (VIANA, 2007a; 1998).

A partir destes trabalhos iniciais realiza uma monumental produção intelectual, que conta com mais de duzentos artigos e mais de quarenta livros publicados, todos marcados por um caráter autogestionário. Dentre eles, destacam-se: *A Esfera Artística: Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte* (VIANA, 2007b); *Universo Psíquico e Reprodução do Capital – Ensaio Freud-Marxistas* (VIANA, 2008a); *Os Valores na Sociedade Moderna* (VIANA, 2007c); *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral* (VIANA, 2009); *O Que são Partidos Políticos?* (VIANA, 2014a); *Estado, Democracia e Cidadania – a dinâmica da política institucional do capitalismo* (VIANA, 2015a); *A Mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas* (VIANA, 2016a); *Os Movimentos Sociais* (VIANA, 2016b); *Karl Marx: a crítica desapiedada do existente* (VIANA, 2017a); *O modo de pensar burguês – episteme burguesa e episteme marxista* (2018b); *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas* (2019c); *A dialética revolucionária* (2024), entre inúmeros outros¹.

O que é a autogestão?

Como mencionamos, a produção intelectual de Nildo Viana é caracterizada por ser expressão da perspectiva marxista autogestionária. Contudo, devido à amplitude de sua

¹ Uma síntese da obra de Nildo Viana pode ser encontrada na coletânea de artigos organizada por Edmilson Marques e Lucas Maia, publicada pela editora portuguesa Chiado (MARQUES; MAIA, 2018).

obra e aos limites do objetivo proposto nesta seção, iremos nos focar em alguns dos trabalhos onde ele se dedica especificamente à discussão sobre o conceito de autogestão social e sua relação com o projeto autogestionário, fundamentos de sua concepção de autogestão (VIANA, 2007d; 2008b; 2017b; 2019a).

Para tanto, uma breve discussão sobre o conceito de autogestão deve ser o ponto de partida. Antes de mais nada, é necessário dizer que a autogestão, assim como todas as palavras, é alvo de distintas interpretações derivadas de distintas perspectivas de classe, que expressam valores, sentimentos, interesses, concepções, mentalidade, etc., opostos e, em se tratando da burguesia e do proletariado, as classes fundamentais do capitalismo, antagônicos. Dessa forma, como exposto por Bakhtin (2014) a linguagem é uma produção histórica e social, que é perpassada e expressa as lutas – de classes – sociais: existe um envolvimento real entre a linguagem e tais lutas, ou seja, há a luta de classes perpassa os signos, geradora de diversas concepções sobre um mesmo fenômeno etc. Isso implica partir da historicidade dos conceitos², os quais são indissociáveis da história das sociedades nas quais emergem.

Para muitas pessoas, a autogestão é um “método de gestão de empresas”. Outros defendem a autogestão como a “forma política” assumida pela sociedade comunista, isto é, a “democracia direta”. Além disso, já na década de 1970 o termo entrou em voga e virou

² Os conceitos são expressões da realidade, produções humanas, históricas, complexas tais como a realidade social que eles expressam e da qual são totalmente dependentes. Os conceitos emergem graças às necessidades produzidas pelo constrangimento das relações sociais. Existem os conceitos universais (tais como modo de produção, cuja existência remete a todas as sociedades historicamente constituídas pela humanidade), os conceitos singulares (é o caso do conceito de mais-valor, forma de extração de mais-trabalho e relação de exploração existente apenas nas sociedades capitalistas, seja em sua forma privada ou estatal), os conceitos expressivos (que são expressão de uma realidade existente) e os conceitos antecipadores (expressão de uma realidade que ainda não existe, uma possibilidade histórica já presente numa consciência antecipadora e indissociável de um projeto político, isto é, um conceito possível por ser expressão de uma realidade possível, uma potencialidade histórica que, a depender da realidade social, pode ou não se concretizar). Já os construtos são elaborações sistemáticas de uma falsa noção de realidade, que ao invés de ser sua expressão acabam por deformá-la. Por conta disso é que nos construtos pode estar ausente a historicidade e a relação com os demais aspectos da totalidade concreta que é a realidade social em suas múltiplas determinações. Um construto tomado isoladamente ou inserida numa totalidade abstrata e metafísica, quer dizer, desvinculada das relações sociais concretas, é um modelo criado pelo intelectual que busca encaixar a realidade, adequando-a ao modelo inventado. Acerca da distinção entre conceitos – partes da teoria, um universo conceitual – e construtos – elementos das ideologias, sistemas construtais – conferir Viana (2007a).

moda, tanto que os sindicatos e partidos políticos buscaram incorporar em seus discursos e programas seções dedicadas à autogestão³ (GUILLERM; BOURDET, 1976).

Assim, resgatando as contribuições de Guillerm e Bourdet (1976), Viana (2007d; 2008b) distingue o termo autogestão de outras expressões aparentemente dotadas do mesmo significado; a autogestão não é sinônimo de “participação”, “cogestão”, “controle operário” ou “cooperativa”. A participação não é autogestão: ela significa participar de algo que já existe, de uma atividade cujos meios e fins que lhe são próprios. O participante se mistura de modo individual ao grupo preexistente e carece de iniciativa, como um flautista numa orquestra. A cogestão é uma forma de expropriar o saber criado pela classe operária, integrando sua criatividade e iniciativa na lógica da produção capitalista (em especial visando aumentar a extração de mais-valor relativo, vinculado ao aumento da

³ A origem do signo autogestão é dupla. No primeiro caso, remete à Iugoslávia do regime de capitalismo estatal comandado pela Liga dos Comunistas de Josip Broz Tito (no idioma servocroata *samoupravlje*, união de *samo* – auto – e *upravlje* – gestão –) que foi uma tentativa de constituir uma variante do capitalismo de estado da URSS. No regime “titoísta” o que houve na verdade foi uma cogestão, uma vez que a participação dos trabalhadores se limitava às fábricas e pequenas empresas, num contexto mais amplo de estatização dos meios de produção e sua administração pela burguesia de estado encastelada na Liga (que apesar do nome funcionava como um partido político), isto é, uma forma de heterogestão capitalista. Já a segunda aparição se dá na França, expressando o mesmo significado atribuído ao regime capitalista estatal na Iugoslávia. Todavia, é na mesma França após a emergência das lutas estudantis e operárias radicalizadas no maio de 1968 que o termo autogestão é ressignificado: aqui temos a união entre o signo e o ser (aqui entendido enquanto categoria do pensamento, um recurso intelectual para pensar a realidade concreta e que, no caso da autogestão, significaria um determinado “ser”, já definido por Marx como “comunismo”, “autogoverno dos produtores”, “produtores livremente associados” e posteriormente atualizado à luz das novas experiências revolucionárias do proletariado por Pannekoek através do termo “sistema de conselhos”), isto é, o projeto futurista de uma sociedade sem classes, autogerida e marcada pelo fim da divisão social do trabalho e das relações de exploração e dominação de classe. Devido à contrarrevolução cultural preventiva elaborada pelos ideólogos com a derrota das lutas de 1968 na França, o termo autogestão é deformado e recebe uma conotação destotalizante e despolitizante. Num primeiro momento é negada a categoria da totalidade e sua importância metodológica ao retirar o fenômeno social autogestão de seu contexto social, histórico, político e sua inserção na totalidade das relações sociais, cujo desdobramento necessário é a ressignificação da autogestão enquanto um termo técnico, isolado e apartado das lutas de classes, do estado e do capital. Todas as deformações ideológicas da autogestão se caracterizam por retirá-la da totalidade concreta e simultaneamente substituir uma concepção totalizante que remete a uma nova sociedade por uma concepção fragmentadora, reduzindo a autogestão a mudanças no interior do capitalismo: exemplo disso é a produção do ideólogo francês Pierre Rosanvallon, vinculado à CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho, central sindical). No regime de acumulação integral outra apropriação ideológica (ideologias são produtos da divisão social do trabalho, formas complexas de pensamento ilusório, uma falsa consciência sistematizada produzida pelos especialistas no trabalho intelectual, os intelectuais ou ideólogos) da autogestão e expressão de deformação de seu significado é a “economia solidária”, que na realidade trata-se do modo de produção cooperativista, subordinado às relações de produção e distribuição capitalistas, além de dependente de intervenção e/ou financiamento estatal: aqui temos outra forma de cogestão, restrita à administração (VIANA, 2013; 2014b).

produtividade), permitindo assim uma participação restrita ao processo de produção, quer dizer, aos meios: na cogestão os fins são determinados por outrem, o que conduz à predeterminação no que concerne aos meios.

O controle operário é um avanço limitado em relação à autogestão, embora ainda circunscrito aos elementos que não questionam a existência do salaríato: a experiência de controle operário na ex-URSS demonstrou que neste contexto o proletariado se limitava à supervisão e inspeção de decisões tomadas não pelos operários e sim por instâncias superiores, como o estado e o partido político⁴. As cooperativas estão indissoluvelmente ligadas ao modo de produção capitalista e são por ele subordinadas, o que implica reconhecer que elas não determinam seus objetivos, além de estarem sujeitas às relações de distribuição capitalistas (mercado) bem como à regularização estatal.

Todas essas supostas alternativas podem subsistir no capitalismo e são por ele assimiladas, dada a impossibilidade de existência das “ilhas de autogestão” circundadas pelo oceano capitalista:

mas podemos dizer também que as definições acima deixam entrever que não existe muita diferença entre todos estes termos, pois todos eles possuem algo em comum: em todas essas formas de “participacionismo” permanece exterior aos trabalhadores a determinação dos fins e uma “codeterminação” no que se refere aos meios. Por conseguinte, o termo cogestão engloba todos os outros termos e, sendo assim, ele é suficiente para marcar a diferença entre a autogestão e as outras formas de gestão que se dizem “democráticas” (VIANA, 2007d, p. 8, aspas no original).

Para compreender como se engendra a possibilidade histórica da autogestão, é imprescindível uma discussão prévia a respeito do solo no qual ela tende a brotar: a sociedade capitalista. Os modos de produção possuem como determinação fundamental o conceito de relações de produção, cuja dinâmica fornece o fundamento para o conjunto das demais relações sociais. Com o surgimento da propriedade privada emergem as classes sociais⁵ e a luta de classes, o que implica reconhecer que nas sociedades classistas as

⁴ A respeito dos limites da defesa do controle operário pelos bolcheviques e como tal proposta serviu para consolidar a contrarrevolução oriunda do golpe de estado que paulatinamente destruiu e esvaziou os soviets, veja Brinton (1975).

⁵ As classes sociais são compostas por indivíduos que partilham de um modo de vida comum (modo de atividade, condições de vida) os quais geram interesses comuns e oposição às demais classes. O modo de vida em comum é derivado de uma determinada posição na divisão social do trabalho, a qual é condicionada

relações de produção – e, em consequência disso, a totalidade da vida social – são relações entre classes sociais, marcadas pela exploração, dominação, luta e conflito de interesses (VIANA, 2019a).

Por um lado, temos as classes exploradoras e proprietárias, que sobrevivem graças à extração de mais-trabalho e, por outro lado, as classes exploradas e não-proprietárias, que produzem os bens materiais e as riquezas das quais não usufruem. Tal dinâmica, na sociedade capitalista, instaura o conflito entre o trabalho vivo (a força de trabalho ativa, expressa na atividade da classe produtora e explorada) e o trabalho morto (manifesto no trabalho acumulado em bens materiais e riquezas apropriadas pela classe dominante).

No capitalismo, a forma específica de extração de mais-trabalho é o mais-valor: a classe dominante é o conjunto de indivíduos pertencentes à classe capitalista, que personifica o trabalho morto⁶. Já o trabalho vivo é produzido pelo proletariado, cuja exploração inaugura a era burguesa, fundada no processo de acumulação de capital que conduz à sua centralização e concentração expressa nos oligopólios – um pequeno número de empresas capitalistas dominando as relações de distribuição. Sobre o processo de extração do mais-valor, Viana coloca que

pelo conjunto das relações de produção: o modo de produção dominante é a determinação fundamental no interior desta divisão social do trabalho. É no seio do modo de produção dominante que emergem as duas classes fundamentais de uma determinada sociedade: as relações entre elas constituem as relações de produção dominantes, expressando relações de exploração e luta. Os modos de produção subordinados e as relações de produção que lhes são específicas também constituem outras classes sociais. Ademais, com o avanço da divisão social do trabalho que caracteriza o capitalismo temos o surgimento de novas classes e frações de classe, em especial com o surgimento de novas classes improdutivas (a intelectualidade e a burocracia, na sociedade capitalista) cuja posição na divisão social do trabalho está vinculada às atividades que criam as condições necessárias para a reprodução das relações de produção dominantes. Ao lado destas classes improdutivas há o aparecimento das classes marginais, que como o nome deixa entrever se encontram marginalizadas na divisão social do trabalho. A complexificação da divisão capitalista do trabalho faz com que todas estas classes oriundas do modo de produção dominante, modos de produção subordinados e formas sociais entrem em conflito por seus interesses. Acerca da teoria marxista das classes sociais, conferir Marx, (1977; 2008) Marx e Engels (2004; 2006) e Viana (2018).

⁶ “Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalismo consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista.” (MARX, 1983, p. 188-189).

trata-se de um excedente que só pode existir devido ao trabalho humano, vivo, concreto, que transforma as matérias-primas, utilizando ferramentas e máquinas, em um produto novo, com um valor acrescido ao anterior. O trabalho humano realizado acrescenta valor às mercadorias produzidas, produz um excedente. Este excedente produzido pelos proletários é apropriado pelos capitalistas. Estes, apenas com seus meios de produção, não adquiriram nenhum excedente. Este excedente, portanto, é produto do trabalho vivo da classe operária. Esta classe, ao acrescentar valor às mercadorias, ao produzir um mais-valor, permite a acumulação de capital e o predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, isto é, da classe capitalista sobre a classe operária. Uma vez se apropriando do mais-valor produzido pela classe operária, a classe capitalista realiza o processo de acumulação de capital e reinveste no processo produtivo e assim aumenta sucessivamente o seu capital (VIANA, 2019a, p. 12).

A dinâmica da exploração capitalista gera duas formas fundamentais de extração de mais-valor. O mais-valor absoluto decorre da ampliação da jornada e do aumento das horas trabalhadas: ao comprar a força de trabalho, o capitalista se apropria gratuitamente do excedente produzido pelo proletariado. Já o mais-valor relativo resulta do incremento da produtividade, que intensifica o ritmo de trabalho e reduz o tempo necessário para a reprodução da força de trabalho.

Entre as principais consequências históricas da acumulação capitalista destaca-se sua tendência à expansão e universalização. O capitalismo destrói ou subordina outros modos de produção, integrando-os à sua lógica e estendendo-se progressivamente a todos os espaços sociais. Esse processo aprofunda a mercantilização das relações sociais e amplifica a presença de organizações burocráticas, estruturadas na relação entre dirigentes e dirigidos — um mecanismo central para a reprodução da sociabilidade capitalista. Como resultado, intensifica-se o controle social (VIANA, 2019a).

Além disso, outro desdobramento da acumulação capitalista é a mudança na composição orgânica do capital. O desenvolvimento capitalista constrange a burguesia ao aumento crescente em investimentos nos meios de produção (capital constante) e na diminuição progressiva dos gastos com a força de trabalho (capital variável). Porém, como somente esta última é geradora de valor (quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, medida em tempo), surge a tendência declinante da taxa de lucro médio: o trabalho morto expresso nos meios de produção se alastra para toda a sociedade. Ocorre que este último apenas repassa valor às mercadorias, o que acarreta a

diminuição da produção de mais-valor pela força de trabalho. Isso faz com que a classe dominante crie contratendências à queda da taxa de lucro, tais como a intervenção estatal, a inflação e, em casos extremados, as guerras, sinônimo de destruição em massa das forças produtivas.

O capital é uma relação social, isto é, uma relação de exploração e dominação de classe. Os dois agentes reais deste processo são a classe capitalista e a classe proletária. A relação capital se expressa na luta em torno do mais-valor, o que significa dizer que o mais-valor constitui as duas classes sociais e caracteriza o modo de produção capitalista. Ocorre que tal movimento não se dá sem resistência e luta por parte do proletariado: tal processo toma a forma de sucessão dos regimes de acumulação, que marcam a história do capitalismo e são produtos das lutas de classes, em especial da luta operária contra a exploração capitalista.

32

Assim como Marx demonstrou que a história das sociedades é marcada pela sucessão dos modos de produção (MARX; ENGELS, 2004), Nildo Viana demonstra que a sociedade capitalista é marcada pela sucessão dos regimes de acumulação⁷. Os regimes de acumulação são formas relativamente estáveis das lutas de classes, cujas características essenciais são uma determinada forma de extração de mais-valor, determinada formação estatal e determinada configuração da exploração internacional. De modo aproximando e em se tratando da Europa Ocidental (berço do capitalismo), temos que o surgimento da sociedade capitalista foi caracterizado por uma formação inicial marcada pela produção capitalista em situação de marginalidade, convivendo com o estado absolutista, a pilhagem e o sistema colonial. Estas foram as primeiras fontes de acumulação que deram as condições de possibilidade para a revolução industrial e a consolidação do capitalismo (VIANA, 2019a).

Nesse contexto é que surge o regime de acumulação extensivo, caracterizado pela exploração capitalista na busca pelo aumento da extração de mais-valor absoluto, pelo estado liberal que a torna regular e pelo neocolonialismo como sua forma de exploração

⁷ Devido ao espaço, apresentaremos as características básicas e fundamentais dos regimes de acumulação e sua sucessão. Para um maior aprofundamento, veja-se Viana (2009; 2015a).

internacional. Tal regime de acumulação emerge no final do século XVIII e permanece até sua sucessão na primeira metade do século XIX. O regime de acumulação posterior é o regime de acumulação intensivo, marcado pela busca no aumento da extração de mais-valor relativo através da organização científica do trabalho (taylorismo), pelo estado liberal-democrático e pelo imperialismo, baseado na exportação de capital-dinheiro. O regime de acumulação intensivo durou da segunda metade do século 19 até a primeira metade do século 20 (VIANA, 2019a).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial temos o aparecimento de um novo regime de acumulação, o intensivo-extensivo (conjugado). No regime de acumulação conjugado a dinâmica da exploração capitalista assume a forma do fordismo (com o mote de aperfeiçoar a organização taylorista do trabalho visando o aumento da extração de mais-valor relativo, sobretudo com o desenvolvimento tecnológico), o estado integracionista (ideologicamente denominado de “bem-estar social”) e o imperialismo transnacional. Aliado a isso, emerge o processo de transferência de mais-valor absoluto dos países de capitalismo subordinado para os países de capitalismo imperialista. O regime de acumulação conjugado entra em crise na década de 1960 e apenas nos anos 1980 constitui-se o regime de acumulação integral, que busca combinar o aumento da exploração tanto através da extração de mais-valor absoluto quanto da extração de mais-valor relativo, aliado a uma nova formação estatal (estado neoliberal) em conjunto com o hiperimperialismo, que manifesta uma agressividade e beligerância inéditas na história do capitalismo. O lema do regime de acumulação integral é maximizar a exploração por todos os meios e em todos os territórios (VIANA, 2019a).

A dinâmica de sucessão dos regimes de acumulação é expressão do desenvolvimento capitalista, marcada pela tendência declinante da taxa de lucro médio, pelas necessidades da acumulação capitalista (com o estado cumprindo papel essencial no sentido de garantir a reprodução do capital através de ações que cumprem as tarefas políticas e econômicas da classe dominante) e pela luta proletária: a combinação entre estas duas é a determinação fundamental para as crises nos regimes de acumulação, manifestando a tendência para a superação do capitalismo. Assim, a história do capitalismo

mostra que a passagem dos regimes de acumulação demonstra os obstáculos e as dificuldades sempre crescentes para sua reprodução.

No caso do regime de acumulação extensivo, foi o avanço da luta operária (sobretudo a heroica Comuna de Paris de 1871), num contexto de expansão da acumulação capitalista e surgimento dos primeiros oligopólios teve como resposta a luta operária pela redução das jornadas de trabalho, cuja vitória inaugurou uma crise. Com a derrota dos comunardos parisienses temos a passagem para o regime de acumulação intensivo, que prontamente seria abalado pelo avanço das lutas proletárias que tomaram a forma da constituição dos soviets (conselhos operários, desenvolvendo a forma organizacional esboçada na Comuna) na Rússia, Hungria, Itália, Alemanha, tanto durante quanto logo após a Primeira Guerra Mundial. As derrotas e o esvaziamento dos conselhos operários marcam a ascensão do nazismo alemão e do fascismo italiano, fazendo estourar a Segunda Guerra⁸ (VIANA, 2019a).

34

O regime de acumulação conjugado foi marcado pela relativa estabilidade nos países de capitalismo imperialista (em especial pela ação do estado integracionista e suas políticas de integração da classe operária) convivendo com o acirramento dos conflitos sociais nos países de capitalismo subordinado, dadas a expansão e a universalização das relações de produção capitalistas, marcada pela transferência de mais-valor absoluto do bloco subordinado para o bloco imperialista, focado na busca pelo aumento de mais-valor relativo.

Neste contexto, as contradições do desenvolvimento capitalista nos países imperialistas aliadas ao acirramento das lutas de classes nos países subordinados (muitos sob ditaduras militares) fazem eclodir confrontos radicais nos finais dos anos 1960, cuja maior expressão foi o maio de 1968 na França. A emergência do regime de acumulação integral marca uma reação da classe capitalista, na forma de buscar intensificar o processo

⁸ Cabe recordar que existiram outros regimes de acumulação além dos aqui indicados, tais como o regime de acumulação estatal (capitalismo de estado na ex-URSS como principal potência) e o regime de acumulação bélico (a exemplo do nazifascismo na Alemanha e Itália).

de exploração e promover mudanças institucionais, ideológicas e culturais⁹, cuja resposta mais recente se dá com o ressurgimento de formas de auto-organização de setores contestadores (como a juventude), bem como de experiências semelhantes, tais como o movimento Piquetero na Argentina (demonstrando a potencialidade da luta do lumpemproletariado¹⁰), as lutas em Oaxaca no México e outras experiências no capitalismo subordinado, convivendo com o esboço de lutas dos trabalhadores e de movimentos sociais também no bloco imperialista (VIANA, 2019a).

É devido a isso que Viana (2019a) irá relacionar e ressaltar que o desenvolvimento da luta operária é a força motriz para colocar em xeque e superar a sociedade capitalista. Sendo o capital uma relação de produção que se realiza nas fábricas e outras unidades de produção (produção agrícola assalariada, construção civil, etc.) cuja forma (o assalariamento) se expande e se generaliza para o conjunto da sociedade, a autogestão só pode ser entendida como uma relação de produção, a qual para finalmente pôr fim ao capitalismo necessita se expandir e se articular com as lutas das demais classes inferiores e setores contestadores do capitalismo, o que requer a fusão da teoria revolucionária com a atividade revolucionária expressa na autogestão das lutas pelo proletariado e aqueles que com ele querem lutar pela emancipação humana.

A luta operária ocorre cotidianamente: às vezes, mesmo sem consciência e organização, o proletariado resiste contra a exploração e dominação perpetradas pelo capital. Exemplos desse processo são as faltas ao trabalho (absenteísmo), a diminuição proposital da produção (“operação-tartaruga”), quebra de máquinas, etc. Isso revela que a

⁹ Espelho deste processo foi a contrarrevolução cultural preventiva a partir dos anos 1970, o surgimento de novas formas de cooptação (em especial dos grupos sociais oprimidos) e de políticas microrreformistas (que se restringem a determinados grupos sociais, via abandono de políticas de reformas sociais e adesão às políticas segmentares). Isso conduz ao entendimento de que a passagem para um novo regime de acumulação é marcada também por mutações culturais (especialmente a alteração do paradigma hegemônico, forma concreta e específica da episteme burguesa; assim, temos que em regimes de acumulação diferentes emergem paradigmas hegemônicos diferentes) ideológicas e pela renovada necessidade da classe dominante em dissimular seus verdadeiros interesses de classe: para isso conta com a ação de suas classes auxiliares, a burocracia e a intelectualidade (VIANA, 2019a; 2009; 2018b).

¹⁰ Sobre o lumpemproletariado, o aumento da lumpemproletarização no regime de acumulação integral e os impactos deste processo na luta de classes na Argentina, conferir: Braga (2024).

luta de classes não cessa mesmo em períodos de relativa harmonia entre suas classes fundamentais. Em determinadas épocas o proletariado avança de suas lutas espontâneas¹¹ para as lutas autônomas: mediante as greves selvagens passa a questionar a burocracia dos partidos, sindicatos e demais “representantes”, entrando em confronto direto com a classe capitalista. O instrumento de luta mais emblemático desse desenvolvimento da luta operária é a greve geral, onde o proletariado articula-se a nível nacional e passa por cima das ações meramente isoladas e restritas às frações de classe.

Nesse estágio, a solidariedade operária marca a politização da greve, na forma de combate às políticas do estado (principal organização capitalista e guardião dos interesses de classe da burguesia) ou mesmo da exigência de medidas políticas (melhores condições de trabalho, aumento dos salários, etc.). A ascensão das lutas autônomas se inicia em geral com os comitês de greve: porém, ainda não estamos diante de uma luta revolucionária, apesar da recusa do capital e da burocracia, bem como da criação de formas de auto-organização. O principal limite das lutas autônomas é a falta de um projeto revolucionário, manifesto na ausência de articulação e da generalização da auto-organização para todos os aspectos da vida social. As derrotas das lutas autônomas marcam o retorno à normalidade capitalista. A luta autônoma, em que pese os seus avanços, “é uma luta revolucionária sem consciência revolucionária” (VIANA, 2019a, p. 23).

O verdadeiro salto qualitativo e quantitativo nos estágios da luta operária se dá com a passagem das lutas autônomas para as lutas autogestionárias. Aqui temos um triplo avanço: a) na ação, que se torna ainda mais radical; b) na consciência, que avança num sentido revolucionário; c) nas formas de auto-organização, que se desenvolvem na forma de associação operária via greves de ocupação ativa e generalização dos conselhos, comitês, comunas, etc. A hegemonia (vigência cultural) proletária se alastra para o conjunto da vida social, fazendo com que o objetivo de transformação radical e total da sociedade se consolide nas ações e na mentalidade das classes exploradas. Com o avanço promovido pelas lutas autogestionárias, a autogestão das lutas se dá em conjunto com a

¹¹ Sobre os diferentes estágios da luta operária (espontâneas, autônomas e autogestionárias), seu desenvolvimento e a crítica aos limites do autonomismo, consultar Jensen (2001).

autogestão na produção e nas formas sociais, havendo a recusa completa do capital, estado e burocracia – estes dois últimos expressam o perigo da contrarrevolução – os quais lutam para garantir seus interesses de classe, destruir as experiências autogestionárias e manter o capitalismo (VIANA, 2019a).

Aqui temos a passagem da guerra civil oculta para a guerra civil aberta, evidenciando o antagonismo na forma da dualidade política: de um lado, o controle exercido pela dominação da burguesia efetivada pelo estado via ação da burocracia, expressando sua política conservadora e as relações de dominação e, por outro lado, a política revolucionária manifesta na autogestão social, hegemonia proletária e controle da produção e distribuição, sem relações de dominação, radicalizando o antagonismo entre a classe proletária e a burguesia e a burocracia. A vitória revolucionária inaugura a autogestão social, na qual a sociedade se transforma no autogoverno dos produtores livremente associados, pondo fim ao estado, capital, divisão social do trabalho, classes sociais, dinheiro e à totalidade das relações sociais burguesas. A autogestão da produção, distribuição e das formas de regularização das relações sociais se generaliza, pondo fim à pré-história da humanidade e à barbárie capitalista. Desnecessário dizer que a autogestão social é uma nova sociedade, radicalmente distinta e superior à heterogestão¹² capitalista e que não guarda nenhuma relação com propostas reformistas de “autogestão dentro do capitalismo”, isto é, de cogestão:

a única forma possível de autogestão (que significa efetivamente que a própria população se autogoverna e que os trabalhadores autogovernam a produção) é a do projeto revolucionário (que, às vezes, para diferenciar dessas concepções reformistas, denominamos autogestão *social*). Nesse sentido, embora possa surgir embrionariamente na sociedade atual (em épocas de acirramento da luta de classes, gerando autogestão das lutas e formas de auto-organização para sua efetivação, tal como os conselhos de fábrica, conselhos de bairros, conselhos operários), a autogestão significa uma nova sociedade, radicalmente diferente, na qual a totalidade é transformada e ganha um caráter autogerido. O modo de produção é caracterizado pela autogestão no processo de produção e distribuição, bem como nas formas de regularização das relações sociais. [...] Dessa forma, a autogestão é uma negação do capitalismo em sua totalidade e substituição da heterogestão pela autogestão no conjunto das relações sociais. Por conseguinte, a forma de constituição da sociedade autogerida não é através de mudanças isoladas no interior do capitalismo e sim mudanças gerais cuja

¹² “A heterogestão é o exato oposto da autogestão (gerida por si própria)” (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 20).

gênese não pode ser no interior do modo de produção capitalista através de cooperativas, fábricas ocupadas, etc., e sim através da autogestão das lutas que geram processos de auto-organização e autoformação, desenvolvimento de novas relações sociais, formas de luta, bem como consciência revolucionária (teórica e sob a forma de representações cotidianas) e formas de auto-organização, que deve culminar com a generalização desses processos, via embate com o capital e Estado, entre outras forças conservadoras, e só estabelece realmente com a destruição de ambos e dos demais aparatos de reprodução do capital, incluindo a mentalidade burguesa e burocrática e todas as organizações burocráticas, tais como sindicatos, partidos, etc. (VIANA, 2017b, p. 31-32).

Em resumo, a concepção de autogestão social desenvolvida por Viana aponta para a crítica radical das formas de cogestão (participação, controle operário, cooperativas) sinônimo de heterogestão capitalista, entendendo a autogestão social como uma nova sociedade, radicalmente distinta e superior ao capitalismo, a qual só pode se concretizar enquanto uma relação de produção que se instaura e se alastra para a distribuição e as formas de regularização das relações sociais, ou seja, de forma totalizante.

38

Ademais, Viana vê na luta operária e na autogestão das lutas pelo proletariado a força motriz para o desenvolvimento do processo autogestionário, na passagem das lutas espontâneas às lutas autônomas e destas para as lutas autogestionárias, que expressam a fusão entre o projeto autogestionário e a radicalização das formas de auto-organização constituídas pela classe operária, demais classes inferiores e setores contestadores do capitalismo, os quais devem avançar sua consciência ao aderirem ao projeto autogestionário.

Como elemento essencial desta análise destaca-se a contribuição importantíssima da percepção da historicidade do capitalismo expressa na dinâmica de sucessão dos regimes de acumulação, o que aponta para a transitoriedade desta sociedade e para as tendências e possibilidades da transformação social total e radical via autogestão coletiva e generalizada.

Marxismo autogestionário e estratégia revolucionária

O marxismo é produto da luta operária. É a dinâmica dos avanços e recuos das experiências históricas do proletariado na luta por sua autoemancipação que forneceu as condições de possibilidade para o surgimento da teoria marxista. Antes de Marx, havia

autores e pensadores que já faziam a denúncia da exploração capitalista e buscavam grandes reformas sociais, tais como os socialistas utópicos Charles Fourier com seus falanstérios e Robert Owen com sua proposta de cooperativas.

Contudo, coube a Karl Marx o mérito de impulsionar decisivamente esse processo. Por meio de uma elaboração teórica rigorosa, fundada no método da abstração dialética, Marx reconstruiu o concreto em suas múltiplas determinações, captando-o como realidade social, histórica e contraditória. Esse procedimento permitiu expressar conceitualmente o movimento real e sistematizar, no plano do saber complexo, os interesses históricos do proletariado, tal como emergiam das lutas de classes e do processo de expansão do capitalismo que se desenvolviam diante de seus olhos na segunda metade do século XIX. Assim, Marx pôde estabelecer as bases teórico-conceituais da teoria revolucionária. Nessa perspectiva, o marxismo tende a avançar em períodos de ascenso das lutas operárias e, inversamente, a recuar ou permanecer circunscrito a círculos marginais quando o movimento proletário atravessa fases de estagnação ou refluxo.

Assim, a história do marxismo está indissolivelmente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e às tendências e possibilidades de sua superação por meio da luta revolucionária do proletariado. Isso torna fundamental um estudo atento e crítico das experiências revolucionárias, capaz de reconhecer seus avanços, bem como de identificar seus limites e especificidades históricas. Um exemplo expressivo dessa dinâmica é a reavaliação que Marx realizou das medidas de estatização propostas no Manifesto Comunista à luz da experiência da Comuna de Paris. A observação concreta da ação dos comunardos o levou a compreender que seu objetivo teórico sempre fora o de contribuir para a superação total e radical do capitalismo e que a Comuna havia revelado, pela primeira vez, a forma historicamente encontrada para a emancipação proletária. Nesse processo, Marx também percebeu que o Estado não poderia ser simplesmente tomado ou utilizado, mas deveria ser abolido e substituído pelo que denominou “autogoverno dos produtores” (MARX, 2011).

Nesse sentido, é útil recordar as contribuições de Karl Korsch (1977) a respeito das fases atravessadas pela teoria marxista até o início do século XX, sobretudo no contexto

Europeu. Para o autor, a história do marxismo pode ser compreendida em três grandes momentos. O primeiro corresponde ao período revolucionário que se expressa nos escritos de Marx diretamente voltados à intervenção política e às lutas radicais do proletariado, especialmente a partir do surgimento da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). O segundo caracteriza-se pelo recuo das lutas proletárias, momento em que Marx se dedica prioritariamente à análise do processo de produção e distribuição próprio do capitalismo, sintetizada em *O Capital*, fase que coincide com a emergência da II Internacional, hegemônica pela social-democracia e pelo reformismo que a caracteriza. O terceiro momento é marcado pela reativação das lutas operárias em chave radical e pela retomada do marxismo revolucionário, expressa nos escritos de Lênin, Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek.

40

Convém destacar que, em razão de seu próprio desenvolvimento intelectual e da influência do avanço das lutas proletárias sobre sua reflexão, bem como da percepção do caráter de classe do bolchevismo, que Korsch passa a identificar como burocrático, o autor posteriormente reconsidera essa periodização. Em sua revisão, Lênin deixa de figurar como representante do terceiro momento e passa a ser situado no segundo, ao lado de Karl Kautsky e Eduard Bernstein, principais ideólogos da social-democracia alemã e do reformismo dela derivado.

Viana (2017b) parte dessas contribuições e, valendo-se da teoria dos regimes de acumulação, propõe uma atualização e um avanço na periodização da história do marxismo. Aqui se aprofunda a tese de que a história do materialismo histórico-dialético deve ser explicada a partir do próprio materialismo histórico-dialético, tomando as determinações do desenvolvimento capitalista e das lutas proletárias como chaves interpretativas centrais. Nessa perspectiva, o marxismo — que, de acordo com Korsch (1977), não é senão a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado — corresponde, no regime de acumulação extensivo, ao marxismo originário de Marx e Engels. Trata-se do período contemporâneo às lutas operárias pela redução da jornada de trabalho e à experiência da Comuna de Paris de 1871, primeira forma de autogoverno proletário e marco inaugural das tentativas de autogestão da classe trabalhadora.

Com a passagem para o regime de acumulação intensivo algumas reivindicações do proletariado são atendidas e simultaneamente ocorre a burocratização e legalização dos sindicatos e partidos operários¹³. Este processo se deu com a passagem da democracia censitária (baseada na renda como critério do voto) para a democracia partidária, que legalizou os sindicatos e instituiu a mediação burocrática dos partidos no processo eleitoral mediante ação estatal.

A relativa estabilidade do novo regime de acumulação é rompida com os avanços da luta operária, através do surgimento e explosão dos conselhos operários na Rússia (denominados “soviets” nesse país, surgidos em 1905 e ressurgindo em 1917), Alemanha, Hungria, Itália. Nesse período emerge a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado a partir da crise no regime de acumulação intensivo: o comunismo de conselhos, cujos principais representantes foram ao longo das experiências de formação dos conselhos operários rompendo paulatinamente com os partidos e sindicatos, vendo nestas organizações um caráter de classe burguês e, portanto, contrarrevolucionário.

Ademais, o maior número de informações e a brutal repressão dos bolcheviques ao movimento revolucionário na Rússia (transformada numa “União Soviética” sem soviets, que cumpriam apenas as diretrizes do estado e perderam todo seu conteúdo proletário) fazem os conselhistas perceberem naquele território a emergência de uma variante do capitalismo privado: o capitalismo de estado, onde a burocracia antes encastelada no partido político se apossa do poder estatal e mediante a estatização dos meios de produção transforma-se em burguesia de estado, ao mesmo tempo se apropriando do mais-valor extorquido da exploração da classe operária e tendo o monopólio da principal forma de regularização das relações sociais capitalistas. Para os comunistas de conselhos, a crítica da burocracia dos partidos, sindicatos e do estado está aliada à defesa dos conselhos operários enquanto princípio da luta proletária num horizonte revolucionário, ao mesmo

¹³ Cujo exemplo mais nítido é a social-democracia alemã. A este respeito, conferir Michels (1982) e Przeworski (1989).

tempo pondo em xeque as relações de produção burguesas e sendo o embrião da futura sociedade comunista¹⁴.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial emerge o regime de acumulação conjugado (intensivo-extensivo), marcado por um contexto de total marginalização do marxismo. Nessa época, a divulgação e produção teóricas estavam restritas a pequenos círculos, formados por militantes do comunismo de conselhos que por força do nazismo tiveram de fugir da Alemanha e se refugiar em outros países, como os EUA.

O regime de acumulação conjugado também foi o momento no qual a hegemonia bolchevique se fez mais forte, em especial com sua mescla com as lutas de libertação nacional nos países de capitalismo subordinado, convivendo com as diretrizes que emanavam de Moscou e sua influência poderosa nos países subjugados ao imperialismo soviético. A radicalização das lutas operárias e estudantis no final dos anos 1960 (simultaneamente no capitalismo privado e no capitalismo estatal, tanto no bloco imperialista quanto no bloco subordinado) e as dificuldades da acumulação capitalista trazem consigo a retomada do interesse pela teoria revolucionária, aliada ao surgimento de algumas tendências (tais como o situacionismo e o autonomismo) que malgrado suas ambiguidades são expressão de renovação intelectual.

A emergência do regime de acumulação integral marca um conjunto de mutações culturais: no plano do desenvolvimento teórico, é primeiramente na França que surge a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado na contemporaneidade, isto é, o marxismo autogestionário. O marxismo autogestionário retoma e atualiza as teses marxistas presentes no marxismo original e no comunismo de conselhos: trata-se da expressão teórico-política do movimento revolucionário do proletariado, um saber complexo cujo objetivo final é a revolução autogestionária, com base na teoria da história produzida por Marx e outras teorias produzidas pelo fundador do marxismo, além de seus continuadores mais avançados (tais como Karl Korsch e Anton Pannekoek) até os mais

¹⁴ Uma interessante síntese da origem e dos princípios do comunismo de conselhos, suas posições diante das tendências contemporâneas no movimento operário e sua relação com a teoria da autogestão social pode ser vista em Maia (2010).

recentes, a partir de um desenvolvimento e atualização posteriores à luz da nova dinâmica da luta de classes constituída pelo regime de acumulação integral. Dito de outro modo, o marxismo autogestionário é “a forma contemporânea do marxismo autêntico” (VIANA, 2015b, p. 25).

De acordo com Viana (2015b; 2020), os princípios fundamentais do marxismo autogestionário são os seguintes: a) a crítica total e radical da sociedade capitalista; b) a crítica radical e total das ideologias; c) a autoemancipação proletária (quer dizer, a revolução proletária efetivada pela classe operária e o conjunto de seus aliados) é a forma de realização da autoemancipação humana (o humanismo concreto, portanto revolucionário); d) a autogestão é a essência da sociedade pós-capitalista (e não uma “parte dela”: trata-se da sua determinação fundamental que uma vez surgindo necessita se generalizar para o conjunto das relações sociais); e) o marxismo é sinônimo de teoria revolucionária; f) recusa e crítica da social-democracia e do bolchevismo, expressões ideológicas da burocracia, classe social contrarrevolucionária, razão pela qual deve ser radicalmente combatida, do mesmo modo que as organizações burocráticas (partidos políticos, sindicatos, estado, etc.); g) necessidade de desenvolvimento e atualização do marxismo; h) necessidade de adequação linguística do marxismo ao estágio atual do capitalismo, cuja premissa é a utilização do conceito de autogestão como substituto ao de comunismo, deformado pelo bolchevismo e pela social-democracia; i) assimilação das contribuições da psicanálise; j) análise crítica do capitalismo contemporâneo, tal como a crítica desenvolvida ao regime de acumulação integral.

Partindo dessas premissas e tendo como fundamento que a luta cultural é uma das ações mais prementes a ser realizada pelos coletivos revolucionários, o que remete para a necessidade de que a estratégia revolucionária se baseie na articulação entre meios e fins últimos na luta pela superação do capitalismo, pondo ênfase no objetivo final (a sociedade autogerida: o que significa dizer que deve haver uma coerência entre ambos e de que é o objetivo final que condiciona os meios, além de, em consequência desta premissa, ser fundamental evitar as concessões contrarrevolucionárias, tais como a participação na democracia burguesa), Viana (2019a) efetiva uma importante contribuição acerca das

tarefas dos militantes autogestionários e sua relação com a estratégia revolucionária. Ponderando que o movimento revolucionário autêntico evitou tratar da elaboração de uma estratégia revolucionária, por considerar a própria luta operária como sua verdadeira expressão, coloca que tanto para o marxismo original quanto para os comunistas de conselhos a função dos revolucionários se limitava ao acompanhamento da dinâmica das lutas operárias.

Com a emergência do pseudomarxismo houve o ocultamento de tal premissa: os autointitulados “revolucionários” buscam se autonomizar frente ao movimento operário, com o intuito de controlá-lo e dirigi-lo segundo seus próprios interesses, vinculados à conquista do poder estatal e à permanência das relações de exploração e dominação de classe. As organizações burocráticas (em especial o partido político) são supervalorizadas, com a constituição da ideologia da vanguarda.

44

Aqui Viana (2019a) percebe um ponto que unifica tanto os social-democratas quanto os bolcheviques: a classe operária necessita ser dirigida pelo partido. A negação da autogestão das lutas pela classe operária tem como complemento necessário a canalização do movimento operário para a disputa no interior da institucionalidade burguesa, com a direção férrea e onipotente do partido visando conquistar o poder estatal, quer seja pela via eleitoral (no caso da social-democracia) ou pela via golpista (bolchevismo). Assim, estão criadas as condições de uma práxis política alienante, que visa controlar a luta operária, conservando as relações entre dirigentes e dirigidos, relação social fundamental para a preservação das sociedades de classes.

Resgatando criticamente as contribuições de Marx, Otto Rühle e Rosa Luxemburgo — cujas concepções convergem para a autoemancipação proletária, para a indissociabilidade entre meios e fins e para a centralidade da classe em sua totalidade, e não de suas frações ou das organizações que reivindicam representá-la —, Viana (2019a) compreende a estratégia revolucionária como a forma específica de luta política dos militantes revolucionários. Essa forma de luta deve subordinar-se aos interesses de classe e ao desenvolvimento real do movimento operário, orientando-se sempre pelo objetivo final: a constituição da autogestão social. Daí decorre a necessidade de apreender o

processo histórico concreto que fornece as condições de possibilidade da revolução proletária, cuja base fundamental reside na luta de classes no interior da produção, reafirmando o princípio segundo o qual o modo de produção da vida material condiciona todas as demais esferas sociais.

Contudo, para a total superação do capitalismo é preciso não apenas destruir as relações de produção capitalistas: é fundamental que a autogestão se generalize, alastrando-se para o conjunto da vida social a tal ponto que consiga destruir o estado, principal forma social capitalista. Diante disso, quais as tarefas dos militantes autogestionários e como deve ser concebida a estratégia revolucionária? Viana responde:

O dever dos militantes autogestionários é, envolvidos na dinâmica da luta operária, *acelerar* o processo revolucionário e *reforçar* as condições necessárias para a vitória do proletariado. É necessário desencadear uma intensa luta cultural e política com o objetivo de jogar as classes trabalhadoras na luta direta pela sua emancipação e criar a ação revolucionária das classes exploradas. A estratégia revolucionária deve ser concebida de forma articulada e o seu conteúdo é determinado pelo desenvolvimento da luta operária. A estratégia revolucionária deve articular reforma e revolução, movimento e objetivo. [...] O dever dos militantes autogestionários é buscar *acelerar o processo revolucionário* e, ao mesmo tempo, *criar as condições necessárias que reforcem as posições do proletariado na luta política* (VIANA, 2019a, p. 29-30, *itálicos no original*).

45

Dessa forma, é preciso compreender que a separação entre movimento e objetivo conduz necessariamente ao imobilismo ou ao reformismo. Quando a ação política se concentra exclusivamente na luta imediata e trata a conjuntura como limite intransponível, o objetivo final — a sociedade autogerida — é projetado para um futuro inalcançável. Isso provoca a implosão da práxis orientada ao fim último da revolução, pois tanto o oportunismo quanto o reformismo abandonam o objetivo final: o esquecimento da autogestão social expressa uma mudança de interesses, já que a luta deixa de apontar para a superação do capitalismo e passa a orientar-se pela busca de benefícios pessoais ou vantagens competitivas no interior da sociedade burguesa.

Por outro lado, isolar o projeto final das lutas imediatas significa ignorar as tendências e possibilidades inscritas no movimento real, o que leva igualmente ao imobilismo ou ao utopismo abstrato. Quando o projeto político se separa da luta concreta por sua realização, reduz-se a mero discurso. Embora o discurso também seja uma prática

política, se ele permanece desligado da totalidade das relações sociais e desarticulado de uma prática coerente, deixa de contribuir para o processo revolucionário e converte-se, ao fim e ao cabo, em mais um obstáculo ao seu desenvolvimento (VIANA, 2019a).

Sendo assim, a articulação entre movimento e objetivo é o que permite superar o oportunismo, o imobilismo e o utopismo abstrato. Um movimento político sempre coexiste com outros movimentos, distintos, complementares ou antagônicos. A unidade entre o movimento operário e o projeto autogestionário só se efetiva quando o primeiro se mantém livre das influências contrarrevolucionárias oriundas das classes que temem e combatem a constituição da autogestão social. A oposição surge justamente quando o movimento proletário é desvirtuado pela ação dessas classes, o que pode resultar em concessões contrarrevolucionárias, sustentadas pela lógica do “mal menor” e pela renúncia à superação radical da sociedade capitalista.

46

É desse quadro que decorre a necessidade de articular as lutas imediatas — por melhores condições de trabalho, salários mais altos e outras reivindicações cotidianas — com a luta revolucionária. As lutas reivindicativas são importantes para a conquista do objetivo final, desde que não sejam tomadas isoladamente nem concebidas como fins em si mesmas, mas integradas a uma estratégia orientada para a autogestão social (VIANA, 2019a).

Nesse sentido, é preciso articular estratégia específica e estratégia global: a primeira diz respeito a um movimento social específico (negro, ambiental, feminino, etc.) ou num determinado local (lutas por moradia, por exemplo), ao passo que a segunda concerne ao movimento operário em geral e na sociedade capitalista como um todo. A estratégia global se dá quando temos uma atuação do movimento revolucionário que se alastra para o conjunto da sociedade, tendo como fundamento a hegemonia proletária: o lugar no qual se dá a estratégia específica do movimento operário é nas unidades de produção, *locus* da luta em torno do mais-valor, relação de produção que é a determinação fundamental do modo de produção capitalista.

A autogestão das lutas operárias deve avançar das greves de ocupação para as greves de ocupação ativa. Viana (2019a) enfatiza que a relação entre estratégia global e

estratégia específica é marcada por uma unidade e uma oposição: a unidade ocorre quando o conjunto das estratégias específicas acaba por reforçar reciprocamente o desenvolvimento da estratégia global. Já a oposição se manifesta em situações nas quais há um avanço da estratégia global, mas as estratégias específicas não conseguem acompanhar tal dinâmica, ou então quando as estratégias específicas acabam sendo supervalorizadas em detrimento da estratégia global. Claro está que tal oposição se manifesta a nível prático e não no plano do projeto. Caso ocorra este último caso, estamos diante de uma estratégia contrarrevolucionária, que no máximo fica no plano das reformas e não avança para o horizonte autogestionário:

a estratégia global do movimento operário, à qual as estratégias específicas devem estar submetidas, é articular as lutas em cada unidade de produção generalizando-as a ponto de expandir a nível nacional a greve geral. Essa deve assumir o caráter de greve de ocupação ativa, implantando os conselhos autárquicos [nos quais inexistente a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção, tomada das decisões e fixação dos objetivos – RVS] de fábrica ou empresa que instituirão a autogestão nas fábricas e, consequentemente, a dualidade política. A estratégia global incorpora também, além da radicalização e articulação do movimento operário nas fábricas, uma intensa luta cultural contra a hegemonia burguesa (as ideologias hegemônicas, representações ilusórias, etc.) e a favor do desenvolvimento de uma hegemonia proletária intimamente articulada com os aspectos subversivos do saber popular e do saber erudito crítico. Deve combater, também, a expressão mais sistematizada e sofisticada da ideologia dominante – a ciência – através de uma produção teórica de alto nível a ser realizada pelos representantes teóricos do proletariado. Por isso, devemos lutar pela criação de meios de comunicação alternativos e produção intelectual crítica e radical para criar condições de expandir a luta cultural e reforçar as bases de resistência e avanço do movimento operário. Em uma palavra: *a luta revolucionária também é uma luta cultural*. E este é um aspecto da estratégia global (VIANA, 2019a, p. 32-33, *itálicos no original*).

Desse modo, além da busca por elaborar estratégias específicas e colaborar com a constituição e implementação da estratégia global, os militantes autogestionários têm como tarefa o fortalecimento do bloco revolucionário¹⁵, composto por um conjunto de forças

¹⁵ O conjunto de mutações e transformações produzido pelo desenvolvimento da sociedade capitalista teve como resultado abrandar e tornar menos nítida a percepção da luta de classes, sobretudo entre as classes fundamentais do modo de produção capitalista (burguesia e proletariado), tanto no plano conjuntural quanto no que concerne à luta revolucionária. É visando superar este processo que Viana (2015c, p. 17) elaborou o conceito de blocos sociais: “os blocos sociais são expressões de classes e frações de classes que se unem através de suas forças organizadas e formas de consciência, gerando novos interesses e processos de luta, o que complexifica a luta de classes, inclusive pela confusão, muitas vezes estabelecida (e algumas até

políticas, classes, frações de classes e organizações ¹⁶, coletivos e tendências revolucionárias ou potencialmente revolucionárias. O objetivo do bloco revolucionário é fortalecer, criar as condições e articular as lutas imediatas e específicas com a luta mais ampla e global do proletariado, a classe potencialmente revolucionária de nosso tempo: para isso, seus membros necessitam se auto-organizar, de modo a dar conta das tarefas, angariando tanto recursos humanos quanto recursos materiais a partir do foco no objetivo final e usando dos meios necessários para combater a burocratização, cooptação, corrupção e demais formas de integração e despolitização das forças revolucionárias. A ênfase do bloco revolucionário é – ao contrário do bloco dominante e do bloco progressista – no movimento real e nunca nas organizações que lhe compõem, as quais a depender do contexto necessitam ser abolidas:

deve-se no interior do bloco revolucionário, evitar todas as formas de reprodução das relações sociais típicas do capitalismo. Para conseguir isso é preciso evitar o burocratismo e, a divisão social do trabalho e, principalmente a autonomização da “direção” implantando-se relações horizontais, éticas, transparentes, sob o princípio da mais ampla liberdade de expressão e fiscalização. Por isso, também é necessário se realizar uma constante autocrítica de ideias e práticas políticas e um amplo intercâmbio entre o bloco revolucionário e o movimento operário para que através disto se supere a reprodução da ideologia e da mentalidade dominantes no movimento revolucionário. O bloco revolucionário deve caminhar no sentido da autogestão coletiva de suas atividades. Outra necessidade é combater o poder derivado da supremacia financeira através da contribuição não-obrigatória aos que não possuem recursos e outras formas que impeçam a reprodução das relações mercantis no movimento revolucionário,

intencionalmente) pelos representantes intelectuais do bloco dominante ou do bloco reformista, no sentido de desviar a luta de classes da questão fundamental, o modo de produção capitalista, para a política institucional, questões morais, disputas partidárias, etc.”. Os blocos sociais são a expressão ativa, organizada e consciente das classes sociais e suas respectivas frações, não podendo ser confundidos com elas. No capitalismo, existem o bloco dominante (os quais sistematizam a hegemonia burguesa e cujos representantes estão ocupando o poder estatal), o bloco progressista (fundado na hegemonia burocrática e formado pelos partidos, sindicatos e demais organizações “de esquerda”) e o bloco revolucionário (expressão ativa, organizada e consciente da classe proletária, cujos membros buscam reforçar e expandir a hegemonia proletária no seu interior). Os blocos sociais possuem alas específicas, o que expressa a complexidade e a oposição de interesses das classes e frações de classes das quais buscam ser expressão.

¹⁶ Devido aos limites dos objetivos propostos no trabalho, iremos nos abster da discussão sobre a organização revolucionária. Apenas mencionaremos que Viana (2014b), numa obra dedicada especificamente a esta questão, enfatiza que a organização revolucionária deve ser expressão política do proletariado, não possuindo interesses próprios com os quais queira moldar o movimento operário. Ademais, a luta da organização revolucionária perpassa a crítica e recusa das organizações burocráticas, que reproduzem o capitalismo no seu interior e são obstáculos ao processo de instauração da sociedade autogerida: além disso, a organização revolucionária deve buscar se autogerir, combatendo em seu interior de forma implacável a reprodução das relações sociais capitalistas.

permitindo, assim, a participação efetiva dos setores mais desfavorecidos das classes exploradas. O objetivo fundamental dos militantes autogestionários deve ser a instauração da sociedade autogerida, o que significa, a sua própria abolição e integração nos coletivos de autogestão social (VIANA, 2019a, p. 45-46, aspas no original).

Em síntese, o marxismo autogestionário é a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado no capitalismo contemporâneo, caracterizado pelo regime de acumulação integral. A sucessão de regimes de acumulação traz a necessidade cada vez mais premente de atualização da teoria revolucionária, da crítica das ideologias e criação de conceitos que visem explicar a realidade e contribuir para uma consciência correta da mesma ao explicitar os interesses históricos do proletariado.

Aliado a isso, Viana avança no sentido de fornecer os fundamentos para uma reflexão em torno da estratégia revolucionária: esta última deve aliar as lutas imediatas com o objetivo final de superação total e radical da sociedade capitalista, mediante a articulação das lutas através da união entre estratégias específicas e estratégia global do movimento operário, uma intensa luta cultural – parte integrante da luta revolucionária – visando constituir uma hegemonia proletária e uma correlação de forças favorável à vitória da revolução autogestionária.

O bloco revolucionário carrega um importante significado nesse processo: seus deveres e as tarefas dos militantes autogestionários visam criar as condições favoráveis para a autonomização do proletariado, demais classes inferiores e setores contestadores da sociedade capitalista no sentido de antecipar e acelerar o processo de autogestão das lutas, contribuindo para a instauração da sociedade autogerida.

Considerações finais

O roteiro cumprido no presente texto buscou expressar os dois elementos básicos da concepção de marxismo autogestionário de Nildo Viana, visando apresentar um panorama inicial e servir como iniciação aos interessados nos estudos de sua obra e do marxismo autogestionário, com o intuito de não esgotar as discussões em torno da relevância e atualidade de suas contribuições.

Nesse sentido, no conjunto de sua obra, encontram-se imbricados dois elementos fundamentais: o conceito de autogestão social como nova forma societária resultante da vitória revolucionária do proletariado e o projeto autogestionário que se manifesta na dinâmica da passagem entre diferentes estágios da luta operária. Essa dinâmica é condicionada pelo desenvolvimento histórico da classe potencialmente revolucionária — o proletariado — que, ao deixar de ser classe determinada pelo capital e tornar-se classe autodeterminada, passa a expressar seus interesses históricos de maneira autônoma. Trata-se de um movimento que, tendencialmente, parte das lutas espontâneas, avança para as lutas autônomas e culmina nas lutas autogestionárias.

Outrossim, Viana demonstra que o marxismo autogestionário é a expressão contemporânea do marxismo; que retoma, aprofunda e atualiza a teoria revolucionária à luz das mudanças recentes, promovidas pelo atual estágio do capitalismo: a era da acumulação integral. Daí ressalta-se a importância da estratégia revolucionária e da luta cultural como armas de luta para antecipar e acelerar o processo de autogestão das lutas pelo proletariado e seus aliados.

A teoria dos regimes de acumulação elaborada por Viana é o fio condutor deste processo, demonstrando a historicidade do capitalismo, suas dificuldades crescentes de reprodução e de como tais determinações aliadas ao avanço das lutas do proletariado, demais classes inferiores e setores contestadores expressam as possibilidades reais de sua superação, pondo fim à pré-história da humanidade e inaugurando a sociedade autogerida. A monumental obra de Nildo Viana é expressão e um dos pilares da luta pela autogestão social: estudá-la, divulgá-la e com ela avançar é um dever de todos aqueles comprometidos com o projeto autogestionário de autoemancipação humana, por meio da autoemancipação proletária.

Referências

ADAM, D. *Marx e o Estado*. **Revista Marxismo e Autogestão**. Ano 02, num. 05, jan./jul. 2015.

ALMEIDA, M. *A concepção de Marx sobre o Estado e suas deformações*. **Revista Enfrentamento**. Ano 12, n. 21, jan/jun. 2017.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRAGA, L. *Classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. Goiânia: Ragnatela, 2024.

BRINTON, M. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

JENSEN, K. *A luta operária e os limites do “autonomismo”*. **Revista Ruptura**. Ano 8, número 7, Agosto de 2001.

KAUTSKY, K. *As três fontes do marxismo*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2002.

KORSCH, K. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LÊNIN, V. *Que fazer?* 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

LÊNIN, V. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 6ª ed. São Paulo: Global Editora, 1988.

MAIA, L. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Pará de Minas/MG: Virtual Books, 2010. Em: MARQUES, E.; MAIA, L. (Orgs.) *Nildo Viana: dialética e contemporaneidade*. Lisboa: Chiado, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 7ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel* – Introdução. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I Tomo I – O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. *Miséria da filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, K. *Guerra civil em França*. Em: VIANA, N. (org.) *Escritos revolucionários sobre a comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: EdUnB, 1982.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VIANA, N. *Escritos metodológicos de Marx*. 2ª ed. Goiânia: Edições Germinal, 1998.

VIANA, N. *A consciência da história - ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

VIANA, N. *A Esfera artística - Marx, Weber, Bourdieu e a sociologia da arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007b.

VIANA, N. *Os valores na sociedade moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007c.

VIANA, N. *O que é autogestão?* Revista *Enfrentamento*. Ano 01, num. 02, 2007d.

VIANA, N. *Universo psíquico e reprodução do capital*. São Paulo: Escuta, 2008a.

VIANA, N. *Democracia e autogestão*. Achegas.net, v. a, p. 4a, 2008b.

VIANA, N. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, N. Autogestão: o signo e o ser. **Revista Enfrentamento**. Ano 8, num. 14, jul/dez. 2013.

VIANA, N. *O que são partidos políticos?* 2ª ed. Brasília: Kíron, 2014a.

VIANA, N. *A questão da organização revolucionária*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014b.

VIANA, N. *Estado, democracia e cidadania - a dinâmica da política institucional no capitalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015a.

VIANA, N. *Marxismo Autogestionário e Anarquismo*. **Revista Marxismo e Autogestão**. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015b.

VIANA, N. *Blocos sociais e luta de classes*. **Revista Enfrentamento**. Ano 10, num. 17, jan/jul. 2015c.

VIANA, N. *A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: AR Editora, 2016a.

VIANA, N. *Os movimentos sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016b.

VIANA, N. *Karl Marx: A crítica desapiedada do existente*. Curitiba: Prismas, 2017a.

VIANA, N. *Rosa luxemburgo e a autogestão social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2017b.

VIANA, N. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Lisboa: Chiado, 2018.

VIANA, N. *O Modo de pensar burguês - episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018b.

VIANA, N. *Manifesto autogestionário*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019a.

VIANA, N. Blocos sociais e estratégia de classe. **Revista Enfrentamento**. Ano 14, num. 24, 2019b.

VIANA, N. *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019c.

VIANA, N. Maio de 1968 e a formação do marxismo autogestionário. Em: VIANA, N. (org.). *O marxismo autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

Resumo: Neste artigo sintetizamos a concepção de marxismo autogestionário na obra de Nildo Viana, enfatizando dois aspectos: a) concepção de autogestão social e b) relação entre marxismo autogestionário e estratégia revolucionária. Nildo Viana é o principal representante teórico do marxismo autogestionário no Brasil. Sua produção é marcada pela crítica da divisão social do trabalho intelectual e abarca um gigantesco escopo analítico cujo centro é a crítica da sociedade capitalista (valores, ideologias e produções intelectuais que reforçam a hegemonia burguesa; relações de exploração e dominação de classe, etc.) na busca pela contribuição para a luta cultural e práxis revolucionária no sentido de fornecer as armas da crítica necessárias para a concretização do projeto revolucionário.

Palavras-chave: capitalismo; revolução proletária; regimes de acumulação; contemporaneidade; marxismo autogestionário

Resumen: En este artículo sintetizamos la concepción del marxismo autogestionario en la obra de Nildo Viana, haciendo hincapié en dos aspectos: a) la concepción de la autogestión social y b) la relación entre el marxismo autogestionario y la estrategia revolucionaria. Nildo Viana es el principal representante teórico del marxismo autogestionario en Brasil. Su producción se caracteriza por la crítica de la división social del trabajo intelectual y abarca un gigantesco ámbito analítico cuyo centro es la crítica de la sociedad capitalista (valores, ideologías y producciones intelectuales que refuerzan la hegemonía burguesa; relaciones de explotación y dominación de clase, etc.) en la búsqueda de contribuir a la lucha cultural y la praxis revolucionaria con el fin de proporcionar las armas de la crítica necesarias para la realización del proyecto revolucionario.

Palabras clave: capitalismo; revolución obrera; regímenes de acumulación; contemporaneidad; marxismo autogestionario.

* Recebido em: 08/07/2025

* Aceito em: 21/11/2025

O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA ARTIFICIAL - ANÁLISE DIALÉTICA SOBRE
FORMAS DE ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO NA NARRATIVA SERIADA
WESTWORLD

MATEUS VIEIRA ORIO

Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (PPGS/UFG). Docente de Ensino Superior da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

E-mail: mateus.orio@ueg.br

Introdução¹

Este estudo insere-se no exame e compreensão de narrativas seriadas televisivas por meio do método dialético. Dentro desse escopo mais amplo, procura responder ao seguinte questionamento: quais procedimentos derivados do método dialético permitem analisar e assimilar séries televisivas e como sua aplicação à série Westworld pode expor características da sociedade contemporânea sob uma perspectiva crítica?

Tomando a Sociologia do Lazer como base teórica, justifica-se a escolha de Westworld pelo fato de a produção ambientar-se em um parque temático onde os visitantes buscam experiências de lazer. Nesse horizonte, o lazer é entendido como um conjunto de práticas recreativas realizadas pelos indivíduos em seu “tempo livre” (Cf. VIANA, 2022). Esse “tempo livre”, porém, não corresponde ao período voltado às atividades desejadas pelos sujeitos, mas sim ao intervalo liberado das tarefas laborais e das demais imposições sociais. Além disso, o lazer cumpre a função de restaurar as energias daqueles submetidos a atividades exaustivas, de modo que retornem aptos ao trabalho ou a outras práticas que exijam esforço físico ou concentração mental.

Além disso, as séries televisivas em si mesmas integram o universo do lazer, pois constituem bens culturais voltados ao entretenimento e são produzidas e distribuídas por

¹ Trabalho desenvolvido a partir de projeto de pesquisa homologado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás. A pesquisa foi subsidiada intelectualmente pelo Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Lazer e Sociedade (LAS), pelo Grupo de Pesquisa em História e Cinema (GEPEHCINE) e pelo Núcleo de Pesquisa Marxista (NPM).

grandes corporações capitalistas, ou, melhor dizendo, por um determinado setor do capital que se apropria do lazer para lucrar. Esse segmento específico é denominado capital recreativo (Cf. ORIO, 2019). Assim, as séries são concebidas e divulgadas prioritariamente com o objetivo de gerar lucro, o que frequentemente orienta decisões estéticas e narrativas, sobrepondo-se às intenções artísticas originais.

Isso não significa, contudo, que as séries promovam apenas discursos conservadores ou apologias ao capitalismo, tampouco que sejam meramente mercadológicas. Significa apenas que o critério decisivo para sua produção é a viabilidade de lucro. Dessa forma, podem transmitir ideias críticas ou conformistas, apresentar abordagens profundas ou superficiais; porém, seu financiamento depende da rentabilidade esperada pelo capital recreativo.

O filme é uma criação coletiva de natureza ficcional que, mediante dispositivos tecnológicos, comunica uma mensagem (VIANA, 2012). Enquanto produto social, expressa interesses, valores e visões de uma determinada classe. Além disso, constitui um universo ficcional e se configura como forma de arte, com especificidade ligada ao uso de recursos técnicos para representar figurativamente a realidade.

As séries, por sua vez, distinguem-se por sua extensão e pela divisão em capítulos (ou episódios), que nem sempre apresentam desfechos parciais. Tal estrutura pode ser usada como estratégia para manter o interesse do público, e diferentes artifícios narrativos são empregados para isso. Alguns autores optam pelo termo “narrativa seriada” (Cf. AZUBEL, 2017), destacando a divisão da história em episódios. Contudo, assim como os filmes, as séries são produções ficcionais coletivas que transmitem uma mensagem por meios tecnológicos, configurando-se como manifestações artísticas que representam a realidade.

A análise das séries pode ocorrer de modo semelhante à dos filmes, pois o foco está na mensagem. Entretanto, seu caráter seriado pode tornar o processo analítico mais complexo, especialmente quando equipes distintas atuam em diferentes episódios, gerando múltiplos sentidos. Uma análise mais breve pode privilegiar o significado central da obra,

enquanto uma investigação aprofundada pode abranger sentidos secundários, exigindo exame minucioso de todos os episódios.

Para compreender o que caracteriza um filme — e, por extensão, uma série —, adota-se uma perspectiva materialista da história do cinema (Cf. VIANA, 2009). Essa abordagem rompe com a historiografia tradicional, centrada na descrição técnica das obras, e insere o materialismo histórico como ferramenta metodológica, incorporando categorias como: totalidade; múltiplas determinações e determinação fundamental; concreto; luta de classes; valores; etc. O método dialético permite compreender a história do cinema não pela simples descrição dos filmes, mas pela análise de suas relações com o real, reconstruindo-o no pensamento.

A análise de uma obra depende tanto dela quanto do intérprete. Para alcançar a interpretação adequada, é necessário um processo de pesquisa rigoroso e fundamentado teoricamente. Isso confirma a possibilidade de interpretar corretamente um filme, conforme as intenções de seus criadores (Cf. VIANA, 2012). Existe, contudo, outra forma de abordagem: a atribuição de significado ou assimilação. Enquanto a análise busca recuperar a mensagem original, a assimilação produz um significado novo, construído a partir de objetivos específicos — educacionais, políticos, explicativos etc. Assim, uma série pode ser utilizada para ilustrar conceitos ou expressar ideias diversas.

Apesar de não ser arbitrária — pois deve dialogar com a obra —, essa atribuição pode auxiliar na análise, especialmente porque toda série constitui, ainda que minimamente, uma representação da realidade. Dessa forma, a assimilação pode revelar elementos reais reproduzidos de maneira involuntária. Quando vinculada ao caráter social da obra, pode resgatar aspectos da realidade concreta mesmo que não coincida com o sentido original.

Westworld (2016) é uma série de ficção científica que toma como referência o filme homônimo de Michael Crichton de 1973. No filme, os personagens Peter Martin e John Blane decidem passar suas férias no avançado complexo de entretenimento Delos, no qual são recriados cenários da Roma Imperial, da Idade Média e do Velho Oeste, todos habitados por autômatos. Uma falha técnica altera o funcionamento dos robôs, levando-os

a agir de modo homicida. Nessa situação, Peter e John passam a fugir de um pistoleiro automatizado que os persegue com a intenção de eliminá-los.

A série *Westworld*, em sua primeira temporada, foca no parque temático inspirado no Velho Oeste — associado ao século XIX e início do século XX nos atuais estados americanos do Texas, Nevada, Arizona, Utah, Novo México e Califórnia. Nesse parque, visitantes interagem com androides humanóides altamente avançados. A narrativa gira em torno da busca humana pela diversão, bem como da subjugação das máquinas. Os hóspedes do parque podem explorar cenários, participar de aventuras, enfrentar criminosos, matar e abusar sexualmente dos androides, enquanto estes — os anfitriões — são programados para oferecer entretenimento passivo.

Inicialmente, a série apresenta os anfitriões em ciclos narrativos repetitivos, voltados a interagir com os visitantes. Cada androide tem características próprias, mais ou menos violentas, conforme sua função na trama. Todos, porém, existindo para divertir os visitantes. O conflito central envolve a oposição entre humanos e máquinas e retoma o clássico embate “criador *versus* criatura”. A particularidade da obra está na proximidade entre humanos e androides, sugerindo que ambos enfrentam dilemas semelhantes: a rotina, a ausência de controle e a limitação de escolhas.

Considerando o objetivo de analisar e assimilar a série *Westworld* — em sua primeira temporada — para evidenciar elementos da sociedade contemporânea sob perspectiva crítica, parte-se da hipótese de que tal investigação permite formular uma crítica às visitas a parques temáticos como tentativas de fuga das contradições sociais, além de possibilitar a assimilação dos anfitriões como alegoria do trabalho alienado (Cf. MARX, 1975) do proletariado. Busca-se, portanto, construir um conjunto conceitual que permita analisar séries televisivas e refletir, paralelamente, sobre formas de alienação no trabalho e no lazer, em diálogo com a realidade social e com a obra analisada.

O percurso metodológico desta pesquisa fundamenta-se no método dialético, originalmente sistematizado por Hegel (1992) e posteriormente reelaborado por Karl Marx (1999). O foco do estudo está na compreensão das narrativas seriadas, nos mecanismos utilizados para sua análise e assimilação e na aplicação desses instrumentos à série

Westworld. A análise de conteúdo, alinhada à perspectiva dialética, busca explicitar as relações entre o objeto investigado e os demais elementos que o condicionam. Assim, o trabalho interpretativo abrange processos de compreensão, esclarecimento e especificação.

Na primeira seção do presente trabalho, serão abordadas algumas concepções para análise fílmica e de séries de TV. Nesse sentido, identifica-se o conflito entre as potencialidades artísticas da arte e os objetivos de lucro; a questão da superação dos aspectos meramente técnicos nas análises; os procedimentos da decomposição e recomposição; as possibilidades de análise e assimilação; e do uso de produções audiovisuais como metáforas sociais. Assim, chegamos a uma compreensão que melhor atende nossas necessidades analíticas, compreendendo uma concepção do que é o filme, o que são séries televisivas e quais as possibilidades de interpretação e assimilação, sempre pautando pela determinação social destes produtos culturais.

58

Na segunda seção do artigo, são abordados alguns estudos sobre Westworld que visam relacionar a série a distintos conceitos, como “pós-humano”, distopia, “sujeito humanista moderno”, simulação, espetáculo e ideologia. Estes estudos fornecem subsídios para a análise da série, desenvolvida na seção final. A terceira seção do artigo apresenta uma descrição do enredo da série, a qual pode ser articulada ao conceito de “decomposição”, conforme desenvolvido por alguns dos autores estudados. Por fim, a seção final do artigo tem a pretensão de usar a série para a crítica social, apresentando uma análise e assimilação de seu conteúdo. O enredo da série, bem como os arcos narrativos dos personagens são relacionados aos conceitos de luta de classes, alienação, evasão e emancipação.

Fundamentos para a análise fílmica e das narrativas seriadas

Na obra “O processo de criação no cinema” de John Howard Lawson (1967), o autor destaca que a história do cinema tem sido a história de um conflito entre as potencialidades da arte e sua utilização para fins lucrativos e propagandísticos. Para ele, há um abismo entre as teorias estéticas e a realização cinematográfica e uma arte complexa como o cinema exige uma grande compreensão da relação entre o impulso criador e os

meios de realizá-lo. O autor considera, além disso, que o público do cinema precisa também ser dotado de conhecimentos e sensibilidades para que possa apreciar os valores cinematográficos.

Lawson destaca os aspectos técnicos da produção cinematográfica. Reconhecer isso é importante para analisar filmes e séries, de modo que apenas descrever aspectos técnicos como fotografia e montagem não nos fornecem uma análise aprofundada dos filmes, por este mesmo motivo, é possível questionar as análises dos analistas especializados indo além dos aspectos técnicos, relacionando o filme ou série com a sociedade.

A obra “Ensaio sobre a análise fílmica” de Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété (2005, p. 10) tem como objetivo proporcionar princípios e instrumentos para a análise fílmica, o que implicaria em desmontar o filme e “reconstruí-lo de acordo com uma ou várias opções a serem precisadas”. Os autores destacam a diferença entre produzir e analisar, criação e compreensão. Dessa perspectiva, analisar um filme significa decompô-lo e, posteriormente, estabelecer elos entre seus elementos isolados de modo a reconstruir o filme em um todo significativo.

Vanoye e Goliot-Lété destacam que um filme jamais é isolado, se vincula mais ou menos a uma tradição, ou seja, recebe influência dos filmes anteriores. Para eles, é tarefa do analista encontrar a filiação do filme a um movimento, encontrar as referências e inspirações. Os autores destacam ainda que em um filme a sociedade não é mostrada, mas sim encenada, o que implica em escolhas, de modo que o filme pode ser um reflexo do mundo real, mas também uma recusa do mesmo e em ambos os casos ele “constitui um *ponto de vista* sobre este ou aquele aspecto do mundo que lhe é contemporâneo” (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2005, p. 56).

Um ponto relevante desta perspectiva é que “o texto e o filme podem ser de fato *utilizados* pelo analista, em vez de serem interpretados” (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2005, p. 53). Com isso, eles dão margem para que o filme seja apropriado para atribuição de significado e assimilação, de modo que isso não necessariamente seria algo incorreto, mas simplesmente que não explica o filme. Assim, as várias interpretações que se admite

em relação a um filme precisam deixar claro se são fruto da perspectiva do autor ou geradas pelas atividades interpretativas dos analistas.

No artigo “Análise fílmico-compreensiva da narrativa seriada: uma proposta metodológica para ler o imaginário em séries de TV”, Larissa Lauffer Reinhaardt Azubel (2017) parte das “noções-chave” por meio das quais a “Análise Fílmico-Compreensiva da Narrativa Seriada” coloca-se como uma técnica de pesquisa resultante da interação entre a Sociologia Compreensiva fundamentada em Michel Maffesoli e a Análise Fílmica fundamentada em Francesco Casetti e Frederico di Chio. O ponto principal do trabalho de Azubel é a busca de uma metodologia que abarque o mundo de ficção analisado ou, pelo menos, conhecer este mundo enquanto metáfora do nosso mundo, numa perspectiva de retroalimentação entre a vida e a arte. A autora traz a questão da decomposição e recomposição (descrição e interpretação) e sua proposta de análise parte da perspectiva de que a obra assume um significado distinto para cada intérprete.

60

Seguindo os seus pressupostos, Azubel afirma o processo de decomposição na ideia de analisar as séries por meio das temporadas, analisar as temporadas por meios dos episódios e os episódios por meio das sequências das cenas, não sendo necessário analisar todas as temporadas, nem todas os episódios, enfatizando a possibilidade de recortar um “*corpus*” que atenda às necessidades da pesquisa.

Há diversas abordagens de análise fílmica e muitas delas são empregadas a partir de perspectivas variadas, por vezes sem critérios ou rigor metodológico claramente definidos. Entendemos que o pesquisador pode selecionar um *corpus* que corresponda aos objetivos de sua investigação; contudo, nesse caso, trata-se de uma atribuição de significados orientada pela própria pesquisa e não de uma busca pelo significado original da obra.

A proposta analítica de Nildo Viana (2009) evidencia que muitos analistas, pautados pelo ponto de vista dos produtores de cinema, realizam a descrição de determinada trama de um filme ao invés de analisar a totalidade do universo ficcional, selecionando aquilo que interessa para corroborar sua abordagem. Segundo Viana (2009, p. 55), “a história do cinema só pode ser compreendida se inserida na totalidade das

relações sociais”. Isso significa que investigar o cinema implica necessariamente entender o contexto da sociedade que o produziu. A análise de um filme exige, portanto, reconhecer as múltiplas determinações que incidem sobre sua produção e distinguir entre aspectos formais, circunstanciais e aqueles que são estruturalmente decisivos.

Diferentemente de outras formas artísticas, como a pintura ou a literatura, cuja criação pode ser individual, o cinema costuma exigir um trabalho coletivo complexo, envolvendo diversas funções e recursos técnicos. Embora toda obra de arte tenha dimensão social, o filme apresenta um duplo caráter: é moldado pela sociedade e é produzido por várias pessoas em conjunto.

Segundo Viana (2012), o filme é uma criação coletiva de caráter ficcional que, por meio de recursos tecnológicos, comunica mensagens e expressa valores, sentimentos e interesses vinculados a uma classe social específica. Ao mesmo tempo em que constitui um universo ficcional próprio, utiliza meios particulares para representar a realidade de modo figurado. A interpretação do filme depende tanto de suas características quanto do olhar do analista, exigindo pesquisa rigorosa e perspectiva crítica para a aproximação à intenção original dos realizadores. Existe, contudo, uma abordagem distinta: a atribuição de significados, que produz sentidos novos a partir da obra. Essa prática pode atender a finalidades pedagógicas, teóricas ou políticas, ou ainda resultar em processos de assimilação, nos quais o intérprete reorganiza elementos do filme conforme sua própria concepção.

A assimilação pode ser limitada ou abrangente. A forma parcial pode ser utilizada para fins educativos, ideológicos ou propagandísticos. Já a assimilação geral ignora completamente o significado original da obra e reorganiza o conteúdo para produzir uma leitura politicamente orientada, comprometida com a transformação social. Em resumo, enquanto a interpretação busca fidelidade ao propósito dos criadores, a assimilação busca dar voz à intenção do intérprete (VIANA, 2012, p. 57).

Ao observar o que o filme apresenta, tornam-se visíveis valores, normas e visões de mundo. Uma narrativa pode retratar relações sociais e, mesmo sem intenção crítica, permitir uma leitura crítica dessas relações. Por exemplo, um filme que retrata

desigualdade no acesso a tecnologias médicas avançadas pode tanto reforçar valores pessimistas ou individualistas quanto servir de ponto de partida para uma crítica das desigualdades reais. Processos como a “transfiguração” — oferecer outra figuração possível — e a “translação” — converter o literal em metafórico ou vice-versa — possibilitam reinterpretar a obra para criticar a sociedade contemporânea ou visualizar alternativas para seu futuro (Cf. VIANA, 2012).

Grande parte dos fundamentos aplicados ao estudo cinematográfico também se estende às produções seriadas. A literatura especializada emprega o conceito de “narrativa seriada” para designar histórias estruturadas em episódios. Assim como os filmes, as séries demandam elevado investimento do setor comunicacional, mobilizam equipes numerosas e alcançam ampla repercussão — casos como *Westworld* exemplificam esse quadro. Distinguem-se, contudo, das obras cinematográficas por sua maior extensão e pelo fato de que seus episódios nem sempre apresentam resoluções, recorrendo frequentemente à manutenção do suspense como estratégia de retenção do público.

Do ponto de vista da produção, séries continuam sendo obras ficcionais, tecnológicas e coletivas que buscam transmitir mensagens. Porém, sua estrutura fragmentada pode tornar o processo analítico mais complexo: mudanças de roteiristas ou diretores entre episódios podem introduzir sentidos diversos ou mesmo contraditórios. Isso pode enriquecer ou confundir a narrativa, influenciando a recepção do público.

Cada série possui uma mensagem central e pode contar com múltiplas mensagens secundárias. Uma análise focada pode priorizar apenas o significado principal, enquanto uma investigação mais minuciosa demandará examinar os múltiplos sentidos que atravessam a obra. Em séries com equipes estáveis e tramas mais lineares, o processo tende a ser mais simples; já em produções mais fragmentadas, o trabalho analítico exige maior esforço e profundidade.

Perspectivas analíticas sobre *Westworld*

No artigo “Anfitriões: delineando o conceito de pós-humano na série televisiva *Westworld*”, as autoras Lynn Rosalina Gama Alves e Maria Carmem Souza (2019)

discutem hibridizações do corpo humano e inovações tecnológicas sob o conceito de “pós-humano”. Elas destacam que essa temática aparece em obras literárias, filmes e séries. O artigo busca discutir o que é ser pós-humano na sociedade contemporânea, focando na análise de *Westworld*. O objetivo é discutir o que separa o humano do pós-humano. Como resultado, as autoras enfatizam as questões do uso indevido de dados; a interface entre homem e máquina; a violência e o medo; e, por fim, apontam para as possibilidades de exploração do pós-humano na educação.

Em “All the Park’s a Stage: *Westworld* as the Metafictional Frankenstein” Miguel Sebastián Martín (2018) busca analisar a série partindo de sua referência no filme *Westworld* de Michael Crichton (1973). Nesse sentido, busca as fontes da temática na obra de Mary Shelley: *Frankenstein*, de 1818. O artigo então comenta elementos reflexivos da série e argumenta que o sucesso da produção está na combinação do aspecto frankensteiniano e do aspecto metaficcional acerca da questão de fazer refletir sobre a nossa própria realidade.

Sílvio Antonio Luiz Anaz escreve o artigo “Construindo séries de TV complexas: a concepção diegética de *Westworld*”, que traz reflexões relevantes para nossa análise. Para Anaz (2018, p. 1) “a complexidade em *Westworld* é construída, entre outras estratégias, a partir de intrincadas concepções temporais e espaciais em sua diegese”. O autor destaca inicialmente que a série se enquadra em uma “nova era de ouro da televisão”, caracterizada por grandes investimentos e pela demanda por formatos narrativos não convencionais encabeçados pelas emissoras de TV por assinatura e *streaming*. Nesse sentido, enquanto as emissoras de TV aberta buscavam formatos que agradassem grandes audiências, os canais de TV a cabo e os serviços de *streaming* passaram a investir em séries para públicos mais restritos, podendo, desta forma, abordar temas mais polêmicos e sofisticados.

O primeiro fator abordado nessa análise é a “oportunidade de negócios”, ou seja, a principal razão para o surgimento de séries com narrativas complexas é o capital financiador. Outro fator importante e relacionado a este seria o desenvolvimento de tecnologias que dão autonomia ao espectador, nesse sentido, desde o dvd, passando pelo gravador digital, chegando aos serviços sob demanda e os aplicativos reprodutores de

vídeo, as tecnologias vêm evoluindo de modo a favorecer um consumo mais nichado das séries. O terceiro fator destacado por Anaz é a internet, que possibilita a proliferação de comunidades globais que aglutinam os fãs que passam a se engajar ativamente, retroalimentando a popularidade das séries com intensas discussões em fóruns online.

No que diz respeito à narrativa, Anaz destaca que a primeira temporada da série se passa distintas linhas temporais de modo que duas linhas temporais — passado e presente — se desenvolvem simultaneamente para o espectador e somam-se a elas o tempo circular dos androides com o tempo linear dos humanos, totalizando quatro linhas, trazendo ainda mais complexidade à narrativa. Na discussão sobre o espaço da série, Anaz caracteriza o comando do parque como o “mundo elevado”; o local em que ficam os androides desativados é caracterizado como “mundo subterrâneo”; o parque, local em que os androides vivem suas narrativas, é caracterizado como “mundo da planície”; e o mundo fora do parque, dos humanos, é caracterizado como “mundo externo”. Desta forma, a conclusão é que a concepção espaço-temporal não convencional de Westworld é o que torna sua narrativa complexa.

Luis Carlos Oliveira Junior, no artigo “Era uma vez em Westworld” (2020), parte para a análise da série, focando no tema da distopia, que é muito popular na contemporaneidade. Assim, o artigo traz a questão da crise do sujeito humanista moderno; a relação entre humanos e máquinas; a ressignificação dos filmes de faroeste; e a complexidade da série Westworld. No contexto de surgimento de diversas produções com a temática do “pós-humano”, um dos recursos utilizados, para além da humanização das máquinas, seria a desumanização dos humanos, ou seja, não simplesmente despertar a simpatia em relação às máquinas, mas também despertar a antipatia em relação aos humanos.

Segundo esse autor, o parque Westworld junta o “infantilismo regressivo da Disneylândia” com a “permissividade adulta de Las Vegas” na representação da lógica cultural capitalista de forma “esclerosada”. Westworld recria, segundo o autor, o velho oeste sem as suas contradições, ou seja, ao transportar o velho oeste para os dias atuais, eliminam-se todos os infortúnios oriundos da falta de tecnologia da época, que poderiam

trazer inúmeras dificuldades de sobrevivência. Ele caracteriza a temática do velho oeste para além de um gênero hollywoodiano, como “um universo fechado, autônomo, cujas fronteiras se acham protegidas pelo isolamento eficaz de uma mitologia originária” e faz uma analogia com o capitalismo, dizendo que os anfitriões produziram uma “mais-valia diferente” e seu aperfeiçoamento, à guisa da máxima eficácia e do lucro, criou as próprias condições de sua superação, ou seja, o aperfeiçoamento das máquinas para melhor eficiência do parque possibilitou a elas a superação de sua condição de subordinação aos seres humanos. (OLIVEIRA, 2020, p. 110-120).

Oliveira (2020) considera que Westworld pretende questionar as bases humanistas de toda uma cosmovisão moderna, evidenciando a crise do sujeito humanista, colocando o androide como o centro, em detrimento do humano. Nesse sentido, o ser humano já não tem as vantagens divinas e pode então se desapegar do mundo, o que seria, segundo o autor, o fim do humanismo. A análise do autor considera que na série os androides são colocados como os herdeiros legítimos do mundo, num sentido de que para o humano já não basta estar no centro sem ter sido seu criador e sem as vantagens divinas da eternidade e onipresença.

No artigo “Westworld: Ideology, Simulation, Spectacle”, Larry Alan Busk (2016) inicia sua análise relacionando a vida em si com um espetáculo, como se estivéssemos vivendo em uma simulação, na qual nossos vizinhos fossem atores. Busk inicia sua abordagem sobre o filme de 1973, descreve a cena inicial que destaca a propaganda do parque e as opiniões dos visitantes recentes. O principal tema do filme, segundo o autor, é a dialética entre realidade e simulação. A série iniciada em 2016 é, segundo o autor, uma oportunidade para a teoria crítica redescobrir o filme: analisar a questão ontológica e normativa da “realidade” em oposição à ilusão do virtual, bem como os limites da crítica da ideologia na era da simulação e as implicações de relações sociais cada vez mais “espetaculares”.

Busk destaca que o que é atrativo no parque não é a nostalgia de visitar as coisas antigas, mas de viver temporariamente nesses mundos refundados. Segundo o autor, o filme trabalha amplamente a confusão dos personagens em relação à veracidade dos

androides. O autor imerge na teoria da simulação de Baudrillard para afirmar que a simulação vai além da mera réplica, pois ela ameaça a diferença entre o “verdadeiro” e o “falso”, o “real” e o “imaginário”. Nesse sentido, não importa que Westworld não seja o velho oeste real, já que não se pode perceber a diferença.

Segundo Busk, um aspecto chave do parque é que ele oferece uma versão segura e controlada de situações perigosas, de modo que a brutalidade existente no parque é neutralizada. Desta forma, a imersão nos parques é uma imersão esterilizada, como muitas vezes retratam os filmes hollywoodianos. Acrescenta-se o sexo explícito e a violência, mas o trabalho está ausente, as dificuldades inerentes à vida cotidiana dos seres humanos das épocas retratadas não são compartilhadas pelos hóspedes. Assim, os mundos recriados não são verossímeis em relação às respectivas épocas, mas sim versões fantasiosas em ambientes controlados.

66

Os parques da empresa Delos são o puro simulacro de Baudrillard: uma máscara sem rosto por trás. Segundo o autor, o problema para Baudrillard não está meramente na questão de que quando não é possível distinguir o que é ou não real isso não faz diferença, mas sim que essa incapacidade de distinguir entre a representação e o real ocorre porque a representação não se refere a nenhum artigo genuíno da realidade.

Então, Busk relaciona o colapso do parque Westworld — a revolta das máquinas contra os seres humanos — com o colapso da sociedade capitalista, no sentido de que precisa acontecer juntamente com o colapso ideológico, do monopólio da aparência, da revelação de que a simulação não tem referente. Ele conclui que o espetáculo dos parques, supostamente uma simulação da realidade, é, na verdade, projetado para manter o real a uma distância segura. Deste modo, a grande tensão não é quando a simulação falha, mas sim quando ela se torna real, no sentido de reproduzir assassinatos em massa que já ocorrem na realidade.

No artigo “‘Esses prazeres violentos têm fins violentos’²: Westworld, dialética, e a política da consciência”, Allan M. Hillani (2018) aborda o papel das distopias como

² Frase da obra Romeu e Julieta (SHAKESPEARE, 2011), citada frequentemente pela personagem Dolores.

metáforas do mundo presente. Nesse sentido, uma distopia não se trata de revelar um perigo futuro, mas sim de revelar a face mais obscura da sociedade que já vivemos. Assim, enquanto a utopia nos permite caminhar em direção a um futuro possível, a teoria crítica e a distopia permitem enxergar os obstáculos no caminho.

Para o autor, *Westworld* tem como tema central o que é ser humano, a diferenciação entre ser humano e máquina, a questão da consciência e sua origem e as consequências éticas do ocultamento dessa diferenciação. O destaque para *Westworld* em relação a outras produções, segundo o autor, é exprimir essas questões não somente no conteúdo, como também na forma.

A construção do labirinto: Descrição e dinâmica narrativa da série

67

A série *Westworld* apresenta um parque temático onde visitantes humanos são recebidos por androides programados para realizar desejos e fantasias. No primeiro episódio, há a apresentação dos personagens, “anfitriões” ou “recém-chegados” em Sweetwater³, cidade que serve de entrada para o parque, ambientado no velho oeste estadunidense. O universo da série também é apresentado: no futuro (década de 2050), um parque de diversões ultra tecnológico com androides extremamente similares aos seres humanos.

Os anfitriões são androides, idênticos aos seres humanos, que realizam uma rotina descrita como “*loop*”, que circunscreve sua “narrativa” no parque, correspondendo ao personagem que o androide interpreta na aventura desenhada pelos programadores. Os *loops* são ciclos repetidos pelos quais os anfitriões passam, podendo durar um dia, uma semana ou até mais. Na medida em que os anfitriões morrem, eles vão para o setor de manutenção do parque, onde são consertados. Os anfitriões iniciam seus *loops* ao acordarem no parque. Após morrerem ou após o fim de suas narrativas, eles acordam pela manhã sem se recordar daquilo que seus corpos passaram no *loop* anterior. As narrativas

³ Referência à terra onde uma família planeja construir uma cidade, simbolizando a promessa de futuro no Velho Oeste no filme “Era uma Vez no Oeste”, dirigido por Sergio Leone (1968).

são as histórias nas quais os anfitriões desempenham seus papéis, que servem de pano de fundo para as aventuras dos hóspedes do parque.

Os hóspedes são seres humanos que pagam cerca de 40 mil dólares por dia para visitar o parque e desfrutar de suas atrações, eles são chamados de “recém-chegados” pelos anfitriões, que os consideram pessoas que acabaram de chegar na cidade, pois acreditam estar em uma cidade real vivendo suas vidas e não em um parque de diversões, repetindo *loops* pré-programados. Um dos mistérios da série consiste em não explicitar qual personagem é anfitrião e qual é recém-chegado, deixando abertas as possibilidades de revelações e reviravoltas no enredo.

O episódio inicial destaca a androide Dolores Abernathy sendo testada por Bernard Lowe. Ele desenvolve com ela uma espécie de teste de Turing, ou seja, uma avaliação de seu comportamento para verificar se é indistinguível ao comportamento humano. A interface com os androides se dá pela fala, ou seja, as manutenções dos anfitriões são feitas por meio de conversas com os técnicos — uma analogia com a análise psicanalítica. Enquanto seguem suas narrativas no parque os anfitriões só expressam as memórias do *loop* em que se encontram. Já no modo de análise eles podem acessar todas as suas memórias, bem como reprimir todas as suas emoções, mediante as solicitações dos técnicos. Da mesma forma, os técnicos podem dar ordens aos anfitriões, para que congelem suas funções motoras, ou para que realizem atividades solicitadas. São demonstrados os conflitos iniciais da série: comportamentos estranhos nos anfitriões que ameaçam a segurança dos hóspedes e divergências entre os executivos da empresa Delos, que gere o parque: Robert Ford, Bernard, Theresa Cullen e Lee Sizemore.

No segundo episódio, os personagens William e Logan chegam ao parque e Logan explica a dinâmica ao outro. William escolhe o chapéu claro, que na série simboliza o lado bom, do herói, ele se encanta com Dolores. Outro personagem, o Homem de Preto, aparece aterrorizando os anfitriões e se descobre que ele é um hóspede com privilégios, ele está à procura de um labirinto. O labirinto expressa um mistério a respeito de um suposto nível mais profundo da diversão no parque. Enquanto isso, a anfitriã Maeve Millay — senhora

do *saloon* de Sweetwater — apresenta problemas e manifesta questionamentos, demonstrando que um grave conflito pode se iniciar.

O terceiro episódio enfatiza o diálogo entre Bernard e Dolores, sugerindo que ele está testando os limites dela, avaliando sua capacidade de improvisar e investigando se ela demonstra algum nível de consciência. Bernard chega a ajustar sua programação para estimulá-la a agir de forma menos previsível. Na empresa, Theresa pressiona Bernard a investigar sobre Ford, um dos fundadores do parque. Surge então a figura de Arnold Weber, antigo parceiro de Ford, apontado como o possível responsável pelas anomalias que afetam os anfitriões. Arnold teria buscado desenvolver a consciência nas máquinas, tentando instaurar nelas uma mente bicameral. Segundo a narrativa oficial, ele morreu obcecado pelo parque, ao ponto de só conseguir interagir com os anfitriões. Em oposição a essa visão, Ford reforça de maneira categórica que os anfitriões não são seres reais, evidenciando o contraste ontológico entre os dois fundadores. Enquanto isso, no interior da narrativa do parque, William é baleado — sem sofrer danos, por ser um hóspede — e, após um breve momento de hesitação, mata um bandido que estava prestes a violentar uma jovem. A cena demonstra sua transformação inicial dentro do ambiente do parque, culminando com o convite para que ele participe de uma nova aventura.

No episódio quatro, Dolores começa a desconfiar de que algo não está certo, seja no mundo ou em sua própria mente, e teme estar perdendo a sanidade. É nesse momento que o tema do labirinto se apresenta, sugerindo que, se ela o encontrar, poderá finalmente tornar-se livre. O Homem de Preto acredita que o centro do labirinto é uma forma do jogo no parque ficar mais emocionante e dos anfitriões ficarem, de alguma forma, livres.

No quinto episódio, Dolores é analisada por Ford. Ele descobre que ela conversou com Arnold no dia de sua morte, sendo a última mensagem transmitida por Arnold a afirmação de que ela o ajudaria a destruir o parque. William, à medida que avança pela narrativa do parque, se distancia de sua postura inicialmente tímida e pacífica, matando vários anfitriões. Ainda assim, demonstra hesitação quando confrontado pelas críticas de Logan — irmão de sua futura esposa —, revelando seu conflito interno. Durante a aventura, Dolores igualmente mata diversos anfitriões, evidenciando um lado violento que começa a

emergir e despertando em William um fascínio crescente, pois ele passa a vê-la como alguém singular entre os anfitriões. Maeve, por sua vez, aprofunda seu processo de autodescoberta ao provocar repetidas mortes dentro do parque para despertar na área de manutenção, onde tenta desvendar a verdade sobre sua própria existência. Já o Homem de Preto mantém uma interação tensa com Ford, que sugere que ele enfrenta dificuldades para encontrar sentido em sua vida. Enquanto esses eventos se desenrolam, na empresa se descobre que informações estavam sendo contrabandeadas para fora do parque, levantando suspeitas internas sobre quem seria o responsável.

No sexto episódio, Maeve desperta no parque plenamente consciente de sua natureza artificial. Determinada a compreender sua condição, ela passa a interagir com o técnico Felix Lutz. Ele lhe explica que ela foi criada — não nasceu —, que cada elemento de sua mente foi programado pelos designers do parque. Ao explorar os bastidores e compreender o funcionamento do parque, Maeve obriga os funcionários a modificarem seus atributos de personalidade. Nesse processo, eles descobrem que seu código já vinha sendo alterado há algum tempo por outra pessoa. Paralelamente, revela-se que o contrabando de dados tinha origem na própria Delos, sob responsabilidade de Theresa.

Nesse episódio, o anfitrião Teddy Flood compartilha com o Homem de Preto a lenda do labirinto, descrito como um antigo mito indígena que simboliza a soma da vida de um homem — suas escolhas, seus sonhos e seu caminho. No centro desse labirinto estaria um personagem lendário, alguém que teria sido morto repetidas vezes, sempre retornando à vida até o momento em que eliminou todos os seus opressores. Exausto de batalhar, ele então teria construído uma casa e, ao seu redor, um labirinto tão intrincado que apenas ele conheceria o percurso.

No sétimo episódio, Charlotte Hale — diretora do conselho administrativo da Delos — deixa claro que não se preocupa com os anfitriões, mas sim com a propriedade intelectual da empresa. Ela mostra que alguns anfitriões passaram a reter lembranças de *loops* anteriores, o que tem resultado em comportamentos inesperados, incluindo a desobediência a comandos humanos. Diante desse cenário, Bernard é demitido. Maeve, por sua vez, desperta no parque e, graças à sua consciência ampliada, começa a perceber

sua própria programação. Quando uma equipe de manutenção recolhe uma anfitriã que trabalha no *saloon* e é amiga sua, Maeve acompanha o processo e vê essa anfitriã ter todas as memórias apagadas, perdendo por completo sua personalidade. A cena é decisiva para que Maeve tome a resolução de fugir do parque. Enquanto isso, nas aventuras dentro do parque, William demonstra que Westworld está revelando sua verdadeira natureza. Ele se entrega à paixão por Dolores e, gradualmente, deixa emergir quem realmente é. Bernard confronta Theresa a respeito do contrabando de dados. Ele a conduz a um setor não mapeado do parque, onde Theresa encontra uma sala secreta com anfitriões em construção. Entre os modelos, ela reconhece um protótipo idêntico a Bernard. Ele tenta negar qualquer significado na descoberta, mas Ford surge para esclarecer a verdade: Bernard é um anfitrião e fora criado a partir da imagem de Arnold. Diante da revelação, Bernard entra em choque, incapaz de compreender plenamente a situação. Em seguida, Ford ordena que Bernard execute Theresa.

71

No oitavo episódio, Ford desperta Bernard e ordena que ele elimine qualquer evidência do assassinato de Theresa. Confuso, Bernard pergunta qual seria a diferença entre anfitriões e humanos, e Ford responde que não há distinção essencial, pois os humanos também vivem presos em seus próprios *loops*. Ford então apaga da memória de Bernard o assassinato e a revelação de que ele é um anfitrião. Em seguida, Ford revela a Charlotte Hale que Theresa era responsável pelo roubo de dados da empresa e sugere que Bernard assuma o cargo deixado por ela. Maeve retorna ao parque e percebe que outra anfitriã foi colocada no lugar daquela cuja memória havia sido apagada. Depois de ser levada novamente à área de manutenção, ela exige que os técnicos removam o explosivo implantado em seu corpo — dispositivo que impede a fuga dos anfitriões — e solicita alterações adicionais em suas configurações, tornando-se capaz de controlar outros anfitriões para formar um exército. Enquanto isso, o Homem de Preto confessa a Teddy que sempre acreditou ser um homem bom. Ele relata que sua esposa cometeu suicídio e, após esse evento, voltou ao parque para verificar se realmente havia maldade dentro de si. Para testar seus limites, assassinou uma anfitriã e sua filha apenas para observar sua própria

reação. Ao perceber que não sentiu absolutamente nada, afirma que foi nesse momento que o labirinto se revelou a ele.

No nono episódio, Bernard percebe alterações incomuns na programação de Maeve, enquanto ela, por sua vez, percebe que ele não sabe que é um androide. Ao ser confrontado com essa revelação, Bernard entra novamente em choque. Ele procura Ford, que afirma tê-lo criado e explica que todos os anfitriões recebem um passado artificial para torná-los mais convincentes. Ford acrescenta ainda que os humanos se tornaram “os únicos” porque exterminaram todos os demais. Bernard tenta usar uma anfitriã para matar Ford, mas descobre que ela possui um comando oculto que a impede de obedecer. Ford então narra a ação de Bernard tirando a própria vida; ao sair da sala, Bernard, sob essa determinação, dispara contra sua própria cabeça. De volta ao parque, Maeve encontra o anfitrião Hector Escaton e o recruta como seu primeiro aliado. Enquanto isso, William e Dolores são humilhados por Logan. Após uma discussão com William, Logan esfaqueia Dolores, exibindo suas partes mecânicas. William aparenta aceitar a situação e passa a celebrar com Logan. Contudo, na manhã seguinte, Logan acorda ensanguentado e de ressaca; William afirma que finalmente compreendeu como “jogar o jogo”.

Em sua jornada com Teddy, o Homem de Preto ouve novamente que o labirinto não é destinado a ele. Ele também se encontra com Charlotte Hale, que diz ter assuntos importantes a tratar. O Homem de Preto argumenta que, se Charlotte pretende afastar Ford, ela deve prosseguir — mas que não o incomode mais enquanto ele estiver no parque. Revela-se então que, no primeiro ano do parque, os anfitriões já haviam passado no teste de Turing, mas isso não satisfazia Arnold. Ele havia criado um programa pelo qual conversava com os anfitriões como uma voz interior. Dolores então se recorda de ter matado Arnold. Ela retorna a uma igreja vazia, enquanto está lá, a porta se abre e o Homem de Preto entra.

No décimo episódio, acompanhamos a criação de Dolores, intercalada com cenas do presente em que ela interage com o Homem de Preto. Ele insiste para que ela o leve ao centro do labirinto. Conduzido por Dolores a um cemitério, ele encontra um jogo em forma de labirinto. Dolores então recorda sua primeira descoberta do jogo ao lado de Arnold. Ele

explica que a consciência não é uma pirâmide (para cima) mas um labirinto (para o centro). Arnold pergunta se ela compreende o que significa chegar ao centro e se reconhece de quem é a voz que deve ouvir. Em seguida, ele afirma que precisam contar a Ford e impedir a abertura do parque, pois Dolores estava viva.

De volta ao presente, o Homem de Preto questiona o significado do labirinto, e Dolores responde que ele permitiria sua libertação. Vemos então Arnold discutindo com Ford trinta anos antes sobre a abertura do parque. Convencido de que os anfitriões estavam vivos, Arnold tenta impedir Ford; sem sucesso, decide adotar outra estratégia: programar Dolores para se aliar a Teddy e matar todos os anfitriões. Após a chacina, Dolores mata Arnold, depois Teddy e, por fim, a si mesma. Ford comenta que o plano quase funcionou, mas que Dolores encontrou um investidor que acreditou no projeto. Ele acrescenta que não foi Dolores quem puxou o gatilho, mas Arnold por meio dela.

73

Novamente no presente, Dolores diz ao Homem de Preto que William virá salvá-la. Ele começa a zombar dela e conta a história de William: inexperiente em combate no início, William encontrou em Dolores um motivo para lutar e acabou gostando do jogo. Ele a seguiu até os confins do parque, mas, ao perder sua trilha, encontrou a si mesmo entre os corpos. William subjuga Logan no parque, afirma que Westworld é extraordinário e avisa que a empresa da família de Logan deverá comprar a maior parte do parque — e que ele próprio deverá comandar a companhia por ser mais equilibrado. O Homem de Preto explica então que William continuou buscando Dolores até encontrá-la no mesmo lugar onde começaram; porém, outro hóspede havia iniciado sua narrativa com ela. Mostra-se, então, a cena de William colocando o chapéu preto, revelando que ele e o Homem de Preto são a mesma pessoa em épocas distintas.

Dolores responde que um dia ele morrerá, seus ossos virarão areia e outros deuses caminharão sobre ela. Ela diz ainda que o labirinto não foi feito para ele. Os dois entram em confronto, que só termina quando Teddy chega e derruba o Homem de Preto a tiros. Depois, o Homem de Preto (William) encontra o labirinto, e Ford explica que suas narrativas são apenas brinquedos; o labirinto não era destinado a ele, mas aos anfitriões.

Ford afirma que William apreciará a nova narrativa e o convida a conhecê-la, lembrando que ele é dono da maior parte do parque.

Enquanto isso, após removerem a bomba de seu corpo, Maeve aumenta os atributos dos anfitriões que recrutou: Hector e Armistice. Eles encontram Bernard morto, e Maeve manda reativá-lo. Após despertar, Bernard diz a Maeve que sua revolta estava programada por outra pessoa. O grupo é então interceptado por seguranças e trava um confronto violento, matando vários deles. Armistice fica presa em meio ao embate, e Hector permanece diante do elevador, impedido de avançar por bloqueios em sua programação. Maeve e Felix sobem pelo elevador, e Felix entrega a localização da suposta filha de Maeve. Ela afirma que a menina nunca foi sua filha, mas, ao embarcar no trem para fugir de Westworld, vê uma mãe com uma criança e desiste de partir.

Teddy e Dolores chegam ao mar ao anoitecer. Ela morre, ele chora e a beija. As luzes então se acendem, revelando a nova narrativa de Ford: “Jornada na Noite”. Ford conserta Dolores e a apresenta a Bernard. Bernard afirma que Ford matou Arnold, mas Ford explica que, após a morte de seu filho Charlie, Arnold tentou recriá-lo em Dolores e concebeu o labirinto a partir de um brinquedo de Charlie. Arnold insistiu para não abrir o parque, alterou Dolores e, depois da chacina planejada, pediu que ela o matasse para gerar consequências que impedissem Ford de inaugurar o parque. Ford afirma que na época Dolores ainda não havia alcançado consciência e que Bernard precisaria de mais sofrimento para se libertar. Ele deseja boa sorte e entrega o labirinto a Bernard. Dolores então percebe que a voz que sempre ouviu era a dela mesma e conclui que chegou ao centro do labirinto.

Na sequência, Ford faz um discurso aos convidados presentes para assistir à nova narrativa. Ele diz que percebeu mudanças e acreditou poder fazer algo pelos anfitriões, que agora escolheriam quem desejam ser. Promete aos espectadores tudo o que gostam — surpresas e violência — desta vez por escolha. Afirma que essa é sua história final e espera que todos gostem. Dolores se aproxima por trás e atira em sua cabeça. Em seguida, anfitriões irrompem da floresta começam a disparar contra os convidados. O Homem de

Preto (William) recebe um tiro de uma anfitriã e sorri, satisfeito. A temporada termina com Dolores abrindo fogo contra os presentes.

Contribuições da análise e assimilação para a crítica social a partir de Westworld

Uma série televisiva constitui uma produção social. Seu desenvolvimento mobiliza múltiplas atividades técnicas, recursos materiais e equipes especializadas. A obra audiovisual não deve, portanto, ser concebida como criação sublime de um espírito genial, mas como produto resultante de relações sociais de produção. Trata-se, nesse sentido, de um artefato concreto produzido no interior da sociedade capitalista e condicionado por suas dinâmicas sociais e históricas. Dessa perspectiva, as produções audiovisuais podem ser convertidas em instrumentos de luta cultural mediante a atribuição de significados críticos que contestem os valores dominantes. Tal operação contribui para a desmistificação da realidade social e para a crítica das ideologias, orientando o olhar para a complexidade das relações sociais.

A série Westworld constrói um universo ficcional centrado em um parque temático hiper-realista, onde visitantes interagem com andróides indistinguíveis dos seres humanos. Esses anfitriões são programados para viver tramas repetitivas, desempenhando papéis que oscilam entre perfis dóceis e violentos, conforme as exigências narrativas do parque. A tensão fundamental da obra emerge da contraposição entre hóspedes e anfitriões, articulando-se ao já tradicional conflito cinematográfico da “revolta das máquinas”. A especificidade de Westworld, entretanto, reside na insistente aproximação entre humanos e andróides, evidenciando que ambos compartilham experiências semelhantes de rotina, ausência de escolhas e impotência diante de determinações externas.

A partir desse conflito central, a série explora trajetórias individuais que problematizam tanto as práticas dos visitantes — frequentemente associadas a comportamentos antiéticos como violência extrema, submissão sexual e tortura — quanto a condição dos anfitriões, marcada pela obediência programada, pela supressão das memórias e pelo gradual processo de tomada de consciência. Alguns personagens humanos

passam a questionar a lógica de dominação e apoiam o despertar dos androides, enquanto determinadas figuras robóticas assumem protagonismo nesse movimento emancipatório.

A personagem Maeve tem como objetivo sair do parque, ela manifesta uma rivalidade com os humanos. A pauta dela é a questão da liberdade, do livre arbítrio das máquinas, a emancipação da criatura em relação ao criador. Em meio a isso ela coloca em prática a violência, como revide em relação à toda a violência que não só ela, mas todos os anfitriões sofrem na satisfação dos humanos. A missão dela avança no sentido de buscar, entre os seus pares, alguém para ajudá-la a sair. Ela ainda não sabe o que vai encontrar lá fora, mas sua vontade imediata é sair dos domínios do parque.

Ford tem a concepção de criador das máquinas e por isso entende que tem pleno direito de manipulá-las. Ele não tem compaixão com as máquinas, já que elas são criadas justamente com o objetivo de entreter os humanos. Ele reconhece que os seres humanos aniquilam as demais espécies que ameaçam sua soberania. Já para Arnold, passar no teste de Turing não era suficiente. Ele gostaria que os anfitriões fossem capazes de ter consciência própria e criar coisas novas, ou seja, a perspectiva não era simplesmente que os androides fossem capazes de enganar os humanos, mas que exercessem a criatividade. Essa questão mal resolvida resulta, posteriormente, em sua morte. A demonstração da criação de Dolores e seu desenvolvimento, ao longo dos trinta anos em que o parque funcionou, tem importância para a tese exposta por Ford, de que os anfitriões, para se libertarem, precisam sofrer por um longo tempo.

O conflito entre William e Logan mostra um Logan que entende que o parque constitui unicamente um espaço de fruição lúdica e um William que insiste que Dolores é diferente. Enquanto Logan tenta mostrar, da forma mais cruel, que Dolores é como os outros, isso acaba sendo determinante para que William fique na iminência de assumir seu lado mais cruel também. Dolores de fato é diferente dos outros e isso tem desdobramentos nas temporadas posteriores da série, mas, no que diz respeito à presente análise, ela é uma personagem-chave que é chamada à tomada de consciência.

Ao Homem de Preto é dito repetidamente que o labirinto não é para ele. O labirinto é uma metáfora para a tomada de consciência e o Homem de Preto já é consciente, ele é

humano. Porém, ele insiste no labirinto porque, apesar de ser consciente, ele não consegue enxergar nenhum propósito para sua vida. Ou seja, apesar de não ser controlado por ninguém e, consequentemente, poder fazer o que quer, ele não sabe o que quer e por isso também não é livre.

Arnold, o criador de Dolores, revela que acreditava ser a consciência uma pirâmide e que ela ia para cima, mas que entendeu, por fim, que é um labirinto, para o centro, sempre correndo o risco de ir para as extremidades, caindo na loucura. A ideia da mente bicameral, que dá título ao décimo episódio da série, é do psicólogo Julian Jaynes, que em 1976 publicou o livro “A Origem da Consciência com o Colapso da Mente Bicameral”. Segundo essa ideia, as pessoas tinham a mente dividida em duas câmaras: uma câmara que dá ordens e outra câmara que obedece. Neste ponto, é explicado por Arnold, que foi colocada uma voz na mente dos anfitriões. Arnold questiona a Dolores se ela entende o que é chegar no centro do labirinto e qual a voz que ela tem que ouvir. Ao final isso é revelado, ou seja, chegar ao centro do labirinto é atingir a autoconsciência e a voz que ela tem que ouvir é a sua própria.

A ideia da mente bicameral tem relação com a utilização da escrita como reflexo da oralidade, pois isso consiste no fim da mente bicameral: na medida em que a escrita assume papel preponderante, não é necessário mais ter uma voz falando em sua cabeça. Outro elemento importante é que essa voz, falando na cabeça, era muitas vezes atribuída a um sopro dos deuses. O livro de Jaynes (1976) demonstra que muitos personagens míticos tinham essa mente bicameral, no sentido de que não atribuíam a voz na mente como uma autorreflexão, mas como um sopro dos deuses. Quando deixamos de atribuir a voz em nossa cabeça aos deuses, deixamos de ter a mente bicameral. Da mesma forma, os anfitriões, ao reconhecerem que a voz em suas mentes não é dos seus criadores, mas é sim deles mesmos, deixam de ter a mente bicameral e assumem a autoconsciência. Arnold entende que os anfitriões, por serem capazes de atingir a autoconsciência, estão vivos e que por isso o parque não pode ser aberto, porque os anfitriões não devem ser usados para entretenimento. Porém, Ford discorda e retorna os anfitriões a versões antigas para manter o parque em funcionamento.

O Homem de Preto, em sua jornada em busca de significado, afirma que Westworld é mais real do que o mundo real, mas que isso é uma mentira, porque no parque os anfitriões não podem revidar. Em meio ao confronto com Dolores, ela espera que William venha a salvar. Então O Homem de Preto percebe que ela está esperando a versão mais jovem dele mesmo. Assim, o Homem de Preto, reconhecido como William mais velho, constata que Dolores estava perdida em suas memórias e que ela nunca conseguia escapar. Porém, Dolores resiste. Ela diz que lamenta por aquilo que William se tornou e afirma que outras criaturas vão reinar sobre o pó de seus ossos. Ford então explica a William que o labirinto é um jogo para os anfitriões e William reafirma seu desejo de que os anfitriões revidassem.

O plano de Arnold com a chacina dos anfitriões e sua própria morte é frustrado porque ironicamente Dolores, a anfitriã responsável pela chacina, é responsável também por cativar William, fazendo com que ele se torne um grande investidor. Outra ironia é que o próprio Arnold é revivido, de certa forma, em Bernard, já que Ford o cria à imagem de seu antigo parceiro fundador. Ford considera que Dolores não apertou o gatilho para matar Arnold, mas sim que ele apertou através dela, como se ele tivesse usado um dispositivo para se suicidar. Para Ford, é necessário muito tempo e muito sofrimento, para obter a liberdade e a autoconsciência, em um processo que envolve entender o inimigo e se tornar mais forte que ele.

Dolores se lembra da morte de Arnold e percebe finalmente que a voz que ela deveria ouvir era a voz dela mesma, isso simboliza então a tomada de consciência, a chegada ao centro do labirinto. Ford faz seu último discurso dizendo que vai se aposentar e então Dolores faz um discurso a Teddy, dizendo que esse mundo não pertence aos humanos, mas aos anfitriões que são seres aprimorados. Ela mata Ford como símbolo de sua autoconsciência, de um assassinato que ela mesma escolheu, não que foi orquestrado por seus criadores. Os anfitriões aposentados emergem da floresta e começam a atirar nos convidados, para a alegria de William e pânico geral dos demais. O fim da temporada é o fim do desafio do Labirinto. Dolores enfim chegou ao centro e tomou consciência, agindo por si mesma. E o primeiro ato dela é se revoltar contra os humanos, os criadores, e exigir o mundo para si.

Do ponto de vista estético e temático, a série se estrutura em torno do mistério e da revelação progressiva de tensões latentes. Ela expõe a violência reprimida que atravessa a vida cotidiana e sugere que, no parque, os indivíduos manifestam desejos que permanecem contidos no convívio social. Paralelamente, argumenta que a busca dos visitantes por experiências intensas no parque decorre do esvaziamento de significado nas relações humanas fora dele.

Westworld introduz já em seu episódio piloto — exibido pela primeira vez em 2 de outubro de 2016 — o conflito decorrente de falhas nos anfitriões, além dos bastidores do parque, com ênfase nas práticas de manutenção e controle exercidas pela equipe técnica da empresa Delos. A série frequentemente apresenta a fronteira entre humanos e androides de modo ambíguo, estratégia narrativa que reforça os paralelos entre ambos, característicos da trama. Concomitantemente, revela disputas internas na corporação gestora do parque, envolvendo decisões sobre narrativas, protocolos de segurança e o sigilo das informações estratégicas.

A primeira temporada, intitulada “O Labirinto”, gira em torno do percurso de autodescoberta dos anfitriões. As falhas identificadas gradualmente se revelam como alterações propositas destinadas a estimular a emergência da consciência. O desfecho torna claro que o parque não visa apenas ao entretenimento, mas à revelação do verdadeiro caráter humano por meio da suspensão das normas sociais. O confronto final entre humanos e androides autoconscientes marcou o ápice da temporada, que alcançou média de 1,8 milhão de espectadores por episódio.

Com o êxito inicial, a segunda temporada — “A Porta” — ampliou o investimento e expandiu o universo ficcional para outros parques temáticos, como *Shogun World* e *The Raj*. As discussões deslocaram-se da conquista da consciência para a possibilidade de replicar consciências humanas em corpos artificiais, problematizando a noção de imortalidade. Introduziu-se ainda o “Vale Além”, ou “Sublime”, um espaço virtual projetado como refúgio dos anfitriões. A terceira temporada aprofunda a inserção dos androides no mundo externo, mas inaugura o declínio da audiência, que se acentuaria na quarta temporada, culminando no cancelamento da série.

No plano interpretativo, a primeira temporada de *Westworld* oferece uma metáfora abrangente da sociedade contemporânea. A alienação dos anfitriões, presos a narrativas pré-estabelecidas e submetidos à violência dos visitantes, reflete formas de trabalho alienado e relações sociais marcadas pela falta de autonomia. Os hóspedes, por sua vez, buscam no parque a evasão diante de vidas cotidianas igualmente destituídas de controle. A série também permite leituras voltadas à luta pela emancipação: androides podem ser compreendidos como uma classe subalternizada, enquanto os humanos encarnam a posição dominante. As diferentes respostas ao conflito — defesa da supremacia das máquinas, reafirmação da hegemonia humana ou busca de coexistência — são personificadas em distintos personagens e revelam o individualismo típico das narrativas audiovisuais estadunidenses.

80

Sob essa perspectiva, o embate entre humanos e androides pode ser assimilado como uma forma figurativa de luta de classes. Tal confronto contém, em suas tendências possíveis, tanto a projeção de uma sociedade emancipada quanto o risco de uma ordem social marcada pela violência generalizada e pela desagregação: o comunismo ou a barbárie (Cf. Luxemburg, 1975).

O desenvolvimento narrativo da série evidencia o progressivo despertar da consciência dos anfitriões e sua insurgência contra a opressão exercida pelos hóspedes. A série tematiza o conflito entre humanos e máquinas essencialmente como disputa pela dominação, mas enfatiza, ao mesmo tempo, o esvaziamento das relações humanas. Tal leitura permite uma analogia direta com a sociedade capitalista contemporânea: a alienação dos anfitriões reflete a alienação do trabalhador, enquanto a busca dos hóspedes pelo parque como espaço de evasão dialoga com o papel desempenhado pelo lazer na sociedade marcada pela falta de significado das relações sociais. Nesse sentido, *Westworld* opera como interpretação mediada da realidade e oferece possibilidades analíticas para a crítica social ao figurar, metaforicamente, elementos concretos da totalidade social.

No interior dessa dinâmica, a evasão aparece como resposta à alienação, mas não elimina a possibilidade da emancipação. Ainda que o capitalismo atravesse períodos de relativa estabilidade, os conflitos de classe persistem e são potencializados pelas crises

recorrentes, que evidenciam o caráter contraditório do modo de produção. Tais crises demonstram que a estabilidade não suprime os conflitos produzidos pela exploração do trabalho, mantendo aberta a possibilidade histórica de transformação social. Dentro dessa moldura, as obras audiovisuais que tematizam dominação e resistência — como *Westworld* — mostram-se particularmente fecundas para iluminar os limites e potenciais da sociabilidade contemporânea.

Referências

ALVES, Lynn Rosalina Gama; SOUZA, Maria Carmem. Anfitriões: delineando o conceito de pós-humano na série televisiva *Westworld*. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. V. 58, n. 2, p. 719-742, 2019.

ANAZ, Sílvio Antonio Luiz. Construindo séries de TV complexas: a concepção diegética de *Westworld*. **Revista Famecos**, v. 25, n. 2, 2018.

AZUBEL, Larissa. Análise Fílmico-Compreensiva da Narrativa Seriada: Uma Proposta Metodológica para a Leitura do Imaginário em Séries de TV. **INTERCOM**, v. 40, 2017.

BUSK, Larry Alan. *Westworld*: Ideology, simulation, spectacle. **Mediations: Journal of the Marxist Literary Group**, v. 30, n. 1, p. 25-38, 2016.

ERA UMA VEZ NO OESTE. Direção: Sergio Leone. Produção: Sergio Leone; Bino Cicogna. Intérpretes: Henry Fonda; Charles Bronson; Claudia Cardinale; Jason Robards. Itália; Estados Unidos: Paramount Pictures, 1968. 1 filme (165 min), son., color.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich; MENESES, Paulo; DE LIMA VAZ, Henrique Cláudio. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HILLANI, Allan M. “Esses prazeres violentos têm fins violentos”: *Westworld*, dialética, e a política da consciência. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/35790720/_Esses_Prazeres_Violentos_Têm_Fins_Violentos_Westworld_Dialética_e_a_Política_da_Consciência. Acesso em: 08 jan. 2024.

JAYNES, Julian. *The Origin of Consciousness in the Breakdown of the Bicameral Mind*. Boston: Houghton Mifflin, 1976.

LAWSON, John Howard. *O processo de criação no cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LUXEMBURG, Rosa. *A crise da social-democracia (Folleteo Junius)*. Lisboa: Presença, 1975.

MARTÍN, Miguel Sebastián. All the Park's a Stage: Westworld as the metafictional Frankenstein. **ES Review. Spanish Journal of English Studies**, n. 39, p. 51-67, 2018.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Os pensadores Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 23-54.

MARX, Karl. Primeiro Manuscrito: Trabalho Alienado. In: FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem: Apêndice: Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

OLIVEIRA, Luiz Carlos. Era uma vez em Westworld. **ARS (São Paulo)**, v. 18, n. 38, p. 107-137, 2020.

ORIO, Mateus. *Capital recreativo*. A apropriação capitalista do lazer. Curitiba: CRV, 2019.

SHAKESPEARE, William. *Romeu e Julieta*. Tradução de Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 2011.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

VIANA, Nildo. *A concepção materialista da história do cinema*. Porto Alegre: Asterisco, 2009.

VIANA, Nildo. A Mercantilização do Lazer. **Revista Espaço Livre**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 56-68, 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/article/view/567>. Acesso em: 12 dez. 2025.

VIANA, Nildo. *Cinema e mensagem*. Análise e assimilação. Porto Alegre (RS): Asterisco, 2012.

WESTWORLD. Direção: Jonathan Nolan; Lisa Joy. Produção: J. J. Abrams. Intérpretes: Evan Rachel Wood; Thandie Newton; Jeffrey Wright. Música: Ramin Djawadi. Estados Unidos: HBO Entertainment, 2016. Série televisiva, 28 episódios (60 min), son., color.

WESTWORLD. Direção: Michael Crichton. Estados Unidos: Metro-Goldwyn-Mayer, 1973. 1 filme (88 min), son., color.

Resumo: Este estudo parte do seguinte questionamento: quais procedimentos derivados do método dialético permitem analisar e assimilar séries televisivas e como sua aplicação à série Westworld pode expor características da sociedade contemporânea sob uma perspectiva crítica? Tomando a Sociologia do Lazer como base teórica, justifica-se a escolha de Westworld por esta produção ambientar-se em um parque temático onde os visitantes buscam experiências de lazer. As séries televisivas em si mesmas integram o universo do lazer, pois constituem bens culturais voltados ao entretenimento e são produzidas e distribuídas pelo capital recreativo. Considerando o objetivo de analisar e assimilar a primeira temporada da série Westworld para evidenciar elementos da sociedade contemporânea sob perspectiva crítica, parte-se da hipótese de que tal investigação permite formular uma crítica às visitas a parques temáticos como tentativas de fuga das contradições sociais, além de possibilitar a assimilação dos anfitriões como alegoria do trabalho alienado do proletariado. O texto discute concepções de análise fílmica e seriada; revisa estudos teóricos sobre Westworld; descreve e analisa o enredo da série e busca articulá-lo a conceitos como luta de classes, alienação, evasão e emancipação.

Palavras-chave: Westworld; narrativa seriada; análise e assimilação; método dialético; perspectiva crítica.

83

Resumen: Este estudio parte del siguiente cuestionamiento: ¿qué procedimientos derivados del método dialéctico permiten analizar y asimilar series televisivas y cómo su aplicación a la serie Westworld puede poner de manifiesto características de la sociedad contemporánea desde una perspectiva crítica? Tomando la Sociología del Ocio como base teórica, se justifica la elección de Westworld por tratarse de una producción ambientada en un parque temático donde los visitantes buscan experiencias de ocio. Las series televisivas, en sí mismas, integran el universo del ocio, ya que constituyen bienes culturales orientados al entretenimiento y son producidas y distribuidas por el capital recreativo. Considerando el objetivo de analizar y asimilar la primera temporada de la serie Westworld para evidenciar elementos de la sociedad contemporánea desde una perspectiva crítica, se parte de la hipótesis de que dicha investigación permite formular una crítica a las visitas a parques temáticos como intentos de fuga de las contradicciones sociales, además de posibilitar la asimilación de los anfitriones como alegoría del trabajo alienado del proletariado. El texto discute concepciones de análisis fílmico y de series; revisa estudios teóricos sobre Westworld; describe y analiza el argumento de la serie y busca articularlo con conceptos como lucha de clases, alienación, evasión y emancipación.

Palabras clave: Westworld; narrativa seriada; análisis y asimilación; método dialéctico; perspectiva crítica.

* Recebido em: 05/10/2025

* Aceito em: 17/12/2025

ANÁLISIS DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA AGENDA DE GOBIERNO DESDE UNA PERSPECTIVA CRÍTICA¹

LAURA ALVAREZ HUWILER

Licenciada en Ciencia Política de la Universidad de Buenos Aires (UBA), magíster en Sociología Económica de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA) y posdoctora en Desarrollo Sostenible y Desigualdades Sociales en la Región Andina por la Universidad Libre de Berlín y la Pontificia Universidad Católica de Perú (UF Berlín y PUCP). Es investigadora asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con lugar de trabajo en el Instituto de Ciencias Sociales y Administración de la Universidad Nacional Arturo Jauretche (UNAJ). Es profesora en la carrera de Administración de la UNAJ. Ha publicado libros, capítulos y artículos sobre la teoría del Estado y las políticas públicas, así como sobre las industrias contaminantes y los conflictos ambientales.

84

Introducción

El objetivo de este artículo es, por un lado, abordar los aspectos más relevantes sobre los límites que tiene el personal de Estado al momento de la construcción de la agenda de gobierno y, por otro lado, contribuir a un enfoque crítico en el campo de las políticas públicas que aporte, a su vez, a una teoría crítica general del estado capitalista².

La pregunta sobre cómo se instala un tema en agenda fue respondida por distintos autores desde diversas perspectivas. Ha sido abordada desde el pluralismo, el elitismo, el constructivismo y el institucionalismo (por mencionar solo algunos enfoques). Hasta la actualidad, sin embargo, son pocos los marxistas que realizaron aportes específicos al análisis de las políticas públicas (BRAND, 2022; BRAND et al, 2022, desde el *Historical*

¹ Más allá de asumir toda la responsabilidad por lo aquí escrito, no quisiera dejar de agradecer a la Red Crítica, a las políticas públicas y, específicamente, a Alberto Bonnet, a Candela de la Vega, a Emiliano Fernández, a Yamai Zapata y a Gerardo Oviedo por su lectura, por las valiosas críticas y aportes que fueron de gran utilidad.

² Si bien este trabajo es meramente teórico, hemos realizado análisis de casos sobre la instalación de problemas en la agenda de gobierno desde el enfoque aquí propuesto. Estos estudios pueden leerse en Alvarez Huwiler (2022b) donde nos referimos a la instalación en agenda de la reforma del Código de minería en los años '90; y en Alvarez Huwiler y Candela de la Vega (2024) donde abordamos la instalación en agenda de la reforma constitucional de Jujuy.

Materialist Policy Analysis).³ Es probable que esta ausencia de aportes en este campo se deba a que buena parte de la tradición marxista sostuvo que todo lo que hacía el Estado se realizaba en función del interés de los capitalistas o bien de la acumulación del capital.

En ambos casos —tanto si se parte de la concepción del Estado como mero instrumento de la burguesía, como si se lo entiende como una instancia funcional a la reproducción del capital—, la cuestión de cómo determinados temas logran acceder a la agenda de gobierno —y otros no— carece de centralidad teórica, dado que se asume que el proceso de identificación, jerarquización, selección y definición de los problemas está dado de antemano. En este artículo sostenemos que dicho proceso no puede suponerse *ex ante*.

Sin embargo, algunas de las preguntas que anteceden a este artículo, también se las hicieron algunos autores marxistas pertenecientes a lo que fue el debate alemán de la derivación del estado desarrollado en la ex República Federal de Alemania en la primera mitad de la década de los setenta, aunque en el marco de discusiones más generales sobre el Estado. Aquí partimos, gracias a estos autores, de comprender al Estado como una forma de relaciones sociales de dominación en el capitalismo.⁴

a. Nuestro punto de partida

Para abordar un análisis crítico de las políticas públicas y comprender la construcción de la agenda de gobierno, así como las demás funciones desempeñadas por el personal de Estado, existen cinco premisas generales en nuestro enfoque (ALVAREZ HUWILER; BONNET, 2018; 2022; ALVAREZ HUWILER, 2022). Veamos.

³ Autores marxistas como Offe (1994) y Jessop (1990) hicieron aportes al estudio de la acción estatal desde un nivel más bajo de abstracción. Si bien no se refirieron directamente al proceso de políticas públicas, sus aportes son útiles para el análisis de las políticas, ya que ninguno de estos autores le atribuyen al accionar del personal de Estado una racionalidad perfecta. Y aunque sus conclusiones sean diferentes a las nuestras, en el caso de Offe, por ejemplo, su concepto de “selectividad estructural” es útil para comprender los límites de la identificación de los problemas y de la intervención estatal.

⁴ La definición sobre el Estado de la que partimos se basa sobre todo en la de Hirsch (1977) que luego fue desarrollada por Holloway (1980) y otros autores dentro del denominado marxismo abierto. Para ver más sobre nuestro punto de partida, puede leerse Alvarez Huwiler y Bonnet (2018, 2022)

La primera premisa es que existen ciertos factores que limitan la adecuación de las políticas públicas a los requerimientos cambiantes y contradictorios de la sociedad capitalista y que al existir estos factores el personal del Estado no puede saber cuáles son las medidas “objetivamente” necesarias para el mantenimiento del sistema en casos concretos dados. Por lo tanto, dada la existencia de estos factores, el proceso de las políticas públicas se desenvuelve mediante un mecanismo de ensayo y error, que constituye el modo de intervención del Estado adecuado al capitalismo.

La segunda es que aquellos factores que limitan, también constituyen condiciones de posibilidad para aquella adecuación. Es decir, determinan en un sentido positivo el proceso de las políticas públicas, permitiendo que exista esa adecuación, aunque de forma limitada⁵. Y que sea limitada significa, a su vez, que no es un hecho dado, sino que presupone “una averiguación constante de este interés global [i. e., de esos requerimientos de la reproducción capitalista] y de las medidas para su realización” (Heinrich 2008, p.213), que sólo puede comprenderse a posteriori.

La tercera premisa es que, una vez puesto en marcha el propio mecanismo de ensayo y error, éste muestra los límites, genera aprendizaje y la posibilidad para futuras adecuaciones.

La cuarta premisa es que el carácter capitalista del proceso de las políticas públicas está determinado por este mecanismo, que configura su forma, más allá del contenido de esas políticas. Las políticas y las funciones del personal de estado que se despliegan en el proceso —construir una agenda, formular y adoptar políticas, implementarlas— tendrán un carácter capitalista por este mecanismo de ensayo y error y no por la naturaleza del problema que ingrese en la agenda, el contenido de las alternativas de políticas formuladas y adoptadas o la efectividad de la implementación. En todo caso, aquello que limita las

⁵ La fragmentación del aparato del Estado capitalista, por ejemplo, constituye un límite importante, sea por la yuxtaposición de políticas -algunas veces contradictorias u opuestas entre sí-, por la heterogeneidad de criterios y/o las pujas entre distintos intereses del personal de estado. Por lo tanto, constituye un límite importante para que las políticas se adecuen a los requerimientos de la reproducción de la sociedad capitalista. Pero, al mismo tiempo, esa fragmentación, que es reflejo de una sociedad fragmentada, permite la recepción y tratamiento de las diversas demandas.

decisiones del personal de estado en todo el proceso de las políticas públicas —por lo cual sólo dispone de la posibilidad ensayar y errar— a su vez pone límites al contenido de las políticas públicas: limitando la naturaleza de los problemas que pueden ingresar en agenda, el contenido de las opciones de políticas que se formulan y se adoptan, y la efectividad de su implementación.

La quinta premisa es que las funciones del personal de Estado no existen de forma completamente aislada ni se dan de forma necesariamente consecutiva, como puede sugerir su diferenciación, sino que, en algunos momentos se superponen, se atrasan, adelantan o simplemente no suceden. El hecho de que en este artículo abordemos una función de forma diferenciada tiene como propósito lograr un desarrollo más detallado sobre cómo operan los límites a la adecuación de la construcción de la agenda respecto de los requerimientos de la sociedad capitalista y sobre el mecanismo de ensayo y error.

87

b. La agenda y las funciones del personal de Estado

Empecemos por definir la función de agenda. En líneas generales, se entiende por “agenda de gobierno” al conjunto de temas que, entre muchos otros presentes en la “agenda pública”⁶, son seleccionados e incorporados como problemas sobre los que el Estado adopta una determinada posición. Esta inclusión puede —aunque no necesariamente— derivar en la formulación y puesta en marcha de políticas públicas (OSZLAK; O'DONNELL, 1995). Y se la ubica generalmente al comienzo del proceso de las políticas, más por una razón lógica que por una secuencia real en el tiempo (Aguilar Villanueva, 2007). Esto es: no existe una posición del Estado frente a un asunto si este no forma parte de la agenda de gobierno; y no cualquier tema es asunto de esta agenda. En general, suelen serlo aquellos que se convirtieron previamente en problemas para la sociedad en cuestión. Por ello, Oszlak y O'Donnell señalan que las políticas responden a “cuestiones”, es decir, a asuntos “socialmente problematizados” (OSZLAK; O'DONNELL, 1995, p.110). Y por

⁶ La agenda pública comprendería todos los asuntos que para una sociedad y en un momento determinado son relevantes, acercándose ésta a la noción, más difundida, de “opinión pública”. Aunque, como veremos, tal unidad no existe y lo que existe, en realidad, son distintas agendas públicas.

esta razón, la agenda sería, al menos lógicamente, la primera instancia en la frontera entre el Estado y la sociedad. Dicho esto, la agenda de gobierno no es simplemente un recorte de la agenda pública ni necesariamente un reflejo de ella — en algunos casos, ni siquiera coinciden por completo, como veremos. El personal de Estado tiene la función de construir la agenda de gobierno y, por lo tanto, de decidir a qué problemas deberá prestar mayor atención el gobierno, en qué orden y con qué definición.

En relación con la construcción de una agenda de gobierno, entonces, existen ciertas tareas (o funciones) específicas que asume el personal de Estado⁷:

- 1) Identificación de los problemas;
- 2) Jerarquización y selección;
- 3) Definición.

En todas estas tareas del personal aparecen constantemente ciertos límites al identificar, jerarquizar, seleccionar y definir los asuntos que conforman la agenda de gobierno. Aunque en la realidad no existe una diferenciación absoluta de estas actividades, podemos, sin embargo, hacer una diferenciación lógica entre ellas y en relación con los límites a partir de cuatro preguntas:

- (1) ¿cómo identifica el personal de Estado cuáles son los problemas sobre los que debería formular políticas según los requerimientos de la reproducción de la sociedad capitalista?
- (2) ¿cómo establece, dentro de los problemas identificados, en qué orden de prioridad deben atenderse?, ¿cómo se produce la selección efectiva de los problemas que serán incluidos en la agenda de gobierno?,
- (3) ¿con qué definición ingresan esos problemas? ¿Esta definición coincide con la que otorgaron a esos problemas quienes impulsaron su inclusión en el caso de ser iniciadas por

⁷ No desarrollaremos aquí una distinción entre personal político y personal burocrático, pero es importante señalar que, en general, la construcción de la agenda como la formulación de las políticas se encuentra más vinculada al personal político. Y eso se debe a que, en las funciones de identificar los problemas, seleccionarlos, jerarquizarlos y definirlos, prima el carácter decisorio del personal. Y la posibilidad de decidir se relaciona más al personal político que al personal burocrático, quien se encarga de tareas más rutinizadas (Simon, 1964).

demandas externas al Estado? ¿Esa definición siempre corresponde a los requerimientos necesarios para la reproducción de esta sociedad? ¿cuáles son los límites que se le imponen al personal de Estado al definir los problemas?

Veamos ahora algunas características de la construcción de la agenda respecto a cada una de estas tareas, empezando por (1) la identificación de los problemas, es decir, el reconocimiento del personal de estado de un asunto como un problema que debe ingresar como tal a la agenda de gobierno:

1.1. La introducción de un tema en la agenda de gobierno puede provenir tanto de demandas predominantemente exógenas como de iniciativas endógenas al Estado. Y, a su vez, un tema que ingresa en agenda puede referirse a un asunto de “naturaleza exógena” o de “naturaleza endógena”, es decir, a problemas que son predominantemente externos o internos al Estado. La jerarquización de un área del estado, por ejemplo, sería un asunto endógeno. Aunque la iniciativa se inicie por fuera del Estado, compete, en principio, a los “asuntos internos” del Estado.

En resumen, quienes demandan que un tema se introduzca en la agenda pueden ser predominantemente (1) miembros u organizaciones de la propia sociedad, (2) miembros del personal del Estado o (3) gobiernos extranjeros, miembros de otros estados o de organismos internacionales. Pero, a su vez, los temas que son introducidos en la agenda (1.1) por miembros u organizaciones de la propia sociedad, pueden ser de naturaleza predominantemente exógena al estado (como lo fueron las demandas por la despenalización del aborto en Argentina), o pueden ser (1.2) temas introducidos por miembros u organizaciones de la propia sociedad, pero de naturaleza endógena al estado (por ejemplo, el reclamo de las organizaciones de Derechos Humanos en Argentina para que el Estado incluyera áreas específicas dedicadas a la búsqueda de personas apropiadas durante la última dictadura, como ocurrió con el Banco Nacional de Datos Genéticos, creado en 1987), o bien (2.1) los temas pueden ser demandados por el propio personal de estado sobre asuntos de naturaleza predominantemente interna al Estado (por ejemplo, un reclamo del personal de Estado por mejores condiciones edilicias en un organismo público para tener mejores condiciones de trabajo), o (2.2) pueden ser introducidos por iniciativas

del propio personal de estado pero referidos a temas de naturaleza predominantemente exógena a éste (la introducción del COVID a como tema de salud pública a comienzos del 2020 en Argentina, es decir, antes de que pudiera haber presión social sobre este tema), o (3) pueden ser temas introducidos por iniciativas de los miembros de otros estados o de organismos internacionales, pero ser de naturaleza endógena al estado nacional en cuestión (por ejemplo, las reformas actuales del gobierno de Milei exigidas por el Fondo Monetario Internacional que impliquen el cierre de organismos del estado o bien las recomendaciones del BID sobre política energética durante las administraciones kirchneristas).

1.2. Los problemas existen objetivamente en un momento histórico y en una sociedad determinada. Si un puente se derrumba, si hay desnutrición infantil, si los precios aumentan de tal modo que gran parte de la población no puede acceder a los bienes básicos, si se incrementa la desocupación, estos fenómenos no pueden reducirse a meras percepciones subjetivas como sugieren algunos autores⁸.

Desde el enfoque constructivista —según lo propuesto por autores como Becker (1966) y Blumer (1970)— los problemas se entienden como construcciones sociales, es decir, como el resultado de procesos colectivos de interpretación que otorgan sentido a determinados hechos. Sin embargo, desde una concepción marxista, estos problemas tienen una existencia objetiva, derivada de condiciones materiales, independientemente de cómo sean interpretados por los actores sociales⁹.

Si bien pueden existir diferentes interpretaciones sobre qué constituye un problema y cómo abordarlo —según el contexto histórico, cultural o ideológico, así como las

⁸ Un ejemplo de este tipo de planteos en Argentina es el que expone Bitar cuando afirma que “Los problemas son artificiales en el sentido de que responden a una decisión voluntaria de que existan y se resuelvan y no tienen vida al margen de los individuos y grupos que los definen. El problema, es subjetivo o intersubjetivo, por lo que su reconocimiento demanda un proceso de construcción social. La primera reflexión que lo expuesto merece es que, los problemas no están allí afuera esperándonos, que no existen los problemas objetivos. Ellos dependen de la percepción y de la acción de sus protagonistas.” (1994: 4)

⁹ Los enfoques positivistas consideran que los problemas se encuentran en la realidad (Bardach, 1998). Sin embargo, estos suponen que encontrarse en la realidad implica que pueden convertirse en datos empíricos, por lo tanto, cuantificables para los cuales pueden encontrarse soluciones técnicas. Aunque con diferencias, dentro de esta perspectiva respecto a la identificación de los problemas sociales, podríamos incluir a autores como Laswell (2007a; 2007b)

interpretaciones y los intereses de los agentes que intervienen—, no puede negarse la existencia real de estos problemas.

Desde nuestra perspectiva, entonces, los problemas sociales no son únicamente construcciones subjetivas, sino expresiones concretas de las condiciones que genera la reproducción de la sociedad capitalista¹⁰

1.3 Los problemas siempre existen en relación con una concepción —histórica y espacialmente determinada— de lo que constituye un “estado normal” de las cosas, como lo explica O’Donnell (O’DONNELL, 1978). No obstante, al utilizar la noción de “normalidad”, corremos el riesgo de reproducir los supuestos del funcionalismo.

El funcionalismo sostiene que los problemas cumplen una función dentro del sistema social. Los problemas, siguiendo esta perspectiva, permiten distinguir lo que una sociedad considera aceptable o inaceptable —remitiendo al concepto de “estado normal” propuesto por Durkheim (1895) en relación con los hechos sociales. Es decir, desde este enfoque, los problemas se entienden como anomalías que deben corregirse en tanto perturban el orden establecido. Sin embargo, esas mismas “anomalías” cumplen una función: generan cohesión social al restablecer los límites de lo permitido y reforzar así las normas sociales. De este modo, el funcionalismo sostiene —de manera implícita o explícita— que los problemas son necesarios para mantener el equilibrio del sistema social.

Si bien hoy el funcionalismo, como tal, no tiene relevancia, existen versiones derivadas de él.¹¹ Y más allá de la conocida crítica que pudiéramos hacerle a los análisis funcionalistas en el sentido de que los problemas no son necesariamente funcionales al sistema, lo relevante de todo este planteo para nuestro enfoque es que la identificación de un problema por parte del personal del estado y previamente su existencia para una sociedad determinada, como diría O’Donnell, presupone un ‘orden’ (que es una relación de dominación) y una ‘normalidad’ de reproducción del capital (que es una realidad de explotación sostenida por aquel orden) para una sociedad determinada. En otras palabras,

¹⁰ Esto no significa reducir los problemas sociales a problemas económicos. Esta aclaración es necesaria porque muchas lecturas tienden a confundirlos.

¹¹ Los autores más actuales del enfoque funcionalista y más relevantes que Durkheim para nuestro enfoque, son Merton y Nisbet (1961).

“está implicada una naturalidad de la sociedad en tanto capitalista” (O’DONNELL 1978, p. 16).

En cierta medida, Durkheim tenía razón en un aspecto: distinguir lo que es un problema para una sociedad también nos habla de lo que es normal para esa sociedad. Sin embargo, los problemas aparecen y desaparecen de la agenda social a lo largo de la historia porque existen las luchas sociales. Lo que es “normal” en un momento puede que no lo sea en otro. La jornada laboral no siempre fue de ocho horas, ni las mujeres siempre tuvieron derecho al voto. Por lo tanto, a diferencia del funcionalismo, nosotros consideramos que lo “anómalo” es cambiante porque es el resultado de una sociedad intrínsecamente conflictiva.

En síntesis, los problemas existen objetivamente, pero su reconocimiento sólo puede comprenderse en relación con aquello que una sociedad establece como “normal”, en contraste con lo que señala como “problema”, así como con lo que instituye como “ideal” frente a lo “existente”. Siguiendo a Therborn (1987), estos criterios se sostienen en formas y mecanismos ideológicos que orientan lo que una sociedad considera posible, aceptable o deseable. Así, aquello que se establece como normalidad, problema o ideal no es estático, sino que cambia según el momento histórico.

Con respecto a estos cambios históricos, Baumgartner y Jones (1993), autores del enfoque del “equilibrio interrumpido”, explican que existen períodos de estabilidad en los cuales hay consenso acerca de qué se considera un problema y qué no, hasta que dicha estabilidad se quiebra y la agenda se abre a nuevos problemas que ponen en crisis la forma en que se comprendían esos asuntos, el modo de abordarlos así como las instituciones vigentes creadas en torno a ellos.

1.4 - Que un problema exista en la realidad y que incluso se encuentre en la agenda pública no implica que pueda ser identificado por el personal del Estado. Desde una perspectiva racionalista, se asume que el personal de Estado tiene la capacidad de identificar los problemas y encontrar soluciones.

Aunque con diferencias respecto de los autores de la “racionalidad limitada” (MARCH; SIMON, 1981) y del “incrementalismo” (LINDBLOM, 2007a y 2007b),

nuestro enfoque también cuestiona la existencia de un personal “todopoderoso” siempre capaz de identificar los problemas de la sociedad capitalista, entendiendo por éstos los requerimientos generales para la reproducción de dicha sociedad. Desde un enfoque marxista, Wirth decía al respecto:

La tesis según la cual el Estado debe garantizar la reproducción del capital social plantea, primero, la cuestión de saber cómo “el Estado” —de manera diferente que los capitalistas individuales— tendría conocimiento de las condiciones de esta reproducción social. La burocracia de Estado no “sabe” (no más que los capitalistas individuales) cuáles son las medidas “objetivamente” necesarias para el mantenimiento del sistema en casos concretos dados (WIRTH, 2017, p. 430)

93

Existen factores particulares que restringen la capacidad del personal de Estado para identificar los problemas, comenzando por la búsqueda de su propia autoconservación en el aparato del Estado. Pero esta búsqueda no siempre es consciente. En la mayoría de los casos se reproduce de manera inconsciente entre los miembros del propio personal de Estado. Cuando, por ejemplo, el cuestionamiento de un nuevo gobierno a un organismo público determinado hace que el personal de Estado de ese organismo (sobre todo si ese cuestionamiento pone en riesgo los cargos de ese personal) no pueda ver los problemas reales de funcionamiento que, por ejemplo, llevan a la falta de respuesta a ciertas demandas sociales.

Este principio de autoconservación hace que los problemas, sobre todo los que se expresan como demandas de la sociedad, sean percibidos por el personal de Estado con un marcado carácter de exterioridad, es decir, como algo que le es ajeno y sobre lo cual (este personal) interviene desde afuera.

Por lo tanto, la identificación de los problemas no puede analizarse sin contemplar esta característica que determina el accionar del personal del Estado. Volveremos más adelante a este punto. Además de ser identificados, los problemas deben jerarquizarse en un orden de prioridad y seleccionarse¹². Del conjunto de problemas existentes en la agenda

¹² Corresponde aclarar que el término “seleccionar” no se utiliza aquí para referirnos a una acción racional y libre de los agentes, ya que para éstos sólo implica elegir entre opciones que les son

pública, sólo una porción de ellos es seleccionada para integrar la agenda de gobierno. Otros asuntos de la agenda pública —que algunos denominan “agenda social” y otros “agenda sistémica” — no integrarán la “agenda de gobierno”.

2.1. En cuanto a por qué ciertos temas son seleccionados mientras que otros no, pueden considerarse críticamente distintas explicaciones. Por ejemplo, la influencia de la clase dominante —ya sea de la burguesía en su conjunto, de una fracción de ella o de las élites políticas— sobre la selección y priorización de temas en la agenda ha sido abordada desde diversos enfoques. Numerosos autores analizaron este poder de influencia —comúnmente identificado como “lobby”—, centrándose en el poder de las élites (MILLS, 1956; LINDBLOM; WOODHOUSE, 1993; BACHRACH; BARATZ, 1970; SABATIER, 1991), o bien en la capacidad de influencia de la clase capitalista (MILIBAND, 1970). Si bien en cierta medida, todos estos análisis son menos ingenuos que los realizados por los pluralistas, ya que al menos suponen que no todos los asuntos tienen la misma posibilidad de ser instalados en la agenda, la selección final de los problemas es explicada fundamentalmente como resultado de aquella influencia y no como resultado de límites estructurales.

La explicación sobre la determinación de la influencia en la construcción de la agenda presenta varias limitaciones. En primer lugar, si bien los intentos de lobby por parte de los capitalistas u otros grupos son innegables, estos no permiten explicar los casos en los que los temas que logran ingresar a la agenda gubernamental no coinciden con sus intereses.

En segundo lugar, no existe una unificación de los diversos intereses particulares de los capitalistas, ni una coincidencia permanente entre estos intereses y los del personal estatal. Con frecuencia, dichos intereses no solo resultan incompatibles entre sí, sino también con los requerimientos más amplios de la reproducción de la sociedad capitalista. Esta dificultad para unificar intereses se plantea aun bajo el supuesto de que los capitalistas saben con certeza cuáles son los temas que el Estado debería incorporar en la agenda de gobierno para beneficiarlos a largo plazo. Sin embargo, incluso cabe sospechar que tal conocimiento exista, dado que la naturaleza anárquica que caracteriza al sistema capitalista genera

dadas. E incluso, en algunos casos, la selección está prácticamente determinada porque no hay alternativas posibles.

incertidumbre. Y justamente esta incertidumbre confirma que no puede asumirse como dado aquello que ni siquiera está claro para los propios capitalistas¹³.

Por este motivo, lo que existe, en realidad, es una suerte de “averiguación constante” —como diría Heinrich (2008, p. 213)— por parte del personal del Estado acerca de cuáles son los requerimientos de la reproducción de esta sociedad; es decir, qué problemas debe atender como temas de agenda y, además, en qué orden de prioridad debe hacerlo.

2.2 La selección de los problemas que componen la agenda no se produce únicamente como resultado de las demandas de la sociedad (sea como grupos o como clases), sino que también se origina en iniciativas del propio personal estatal.

A diferencia de lo que supondría una visión “groseramente instrumentalista” —en términos de O’Donnell (1978, p. 19)—, la incorporación de un tema en la agenda de gobierno puede provenir tanto de demandas predominantemente exógenas como de iniciativas endógenas al Estado. Si bien la diferenciación entre lo interno y lo externo del Estado nunca puede ser absoluta, no se puede negar la existencia de propuestas originadas en el propio aparato del Estado. Esta existencia, sin embargo, no contradice el hecho de que, en la mayoría de los casos, la actitud del personal estatal tiende a ser más bien reactiva.

Las políticas no siempre responden a las demandas. Kingdon (1984) incluso llega a sugerir que las políticas ni siquiera son siempre respuestas a problemas. Puede haber “soluciones” (es decir, políticas ya formuladas por iniciativas endógenas del personal de Estado) que existan con anterioridad y se mantengan a la espera de que se presente el momento adecuado para ser propuestas. Esa oportunidad —la “ventana de oportunidad”,

¹³ Existen otras críticas sobre el poder de influencia que ejercen efectivamente los grupos dominantes, diferentes de las que planteamos desde nuestra perspectiva, como la de Heclo (1994). Este autor cuestiona los “viejos análisis” según los cuales los problemas de la agenda se definían entre los grupos de interés, algunos legisladores y ciertos sectores de la burocracia —el “triángulo de hierro”. Para Heclo, en cambio, actualmente los problemas se definen en redes complejas (a las que él denomina “redes de asuntos”), alrededor de las cuales se forman coaliciones ocasionales. “Al dirigir la búsqueda hacia los pocos poderosos, se pierden de vista los muchos cuyas redes de influencia provocan y guían el ejercicio del poder. Estas telarañas, o lo que yo llamaré ‘redes de asuntos’ o ‘redes de cuestiones’ (issue networks), son particularmente relevantes para entender el intrincado y confuso tejido de las políticas sociales que se han emprendido en años recientes’ (p.263)

en términos de Kingdon— surge cuando la coyuntura social y política lo permite. En tales casos, es el propio personal estatal quien busca problemas que se ajusten a determinadas políticas preexistentes, y no al revés.

Aclaremos este punto. Acordamos con Kingdon que las políticas no siempre son respuestas a problemas, pero agregamos “actuales”. Es decir, siempre que hubo una política, primero, lógicamente, se identificó un problema. Sólo que este problema pudo haber ocurrido en algún momento, haber desaparecido de la agenda pública y, por lo tanto, haber desaparecido también el interés de dar una respuesta por parte de un gobierno. En consecuencia, el problema deja de ocupar un lugar en la agenda de gobierno y la política queda a la espera de que, en algún momento, vuelva a aparecer aquel asunto o bien de que surja algún problema con características similares. Los recursos del Estado son escasos como para implementar políticas que respondan a problemas que ya no forman parte de la agenda social.

2.3. La selección de los problemas se encuentra vinculada estrechamente a los antecedentes de las políticas. La selección de los problemas que integran la agenda de gobierno no se realiza prescindiendo de las políticas formuladas y/o implementadas con anterioridad. En general, el personal de Estado suele tener en cuenta qué repercusiones suscitó la instalación en la agenda de un problema similar, así como las consecuencias de las políticas formuladas e implementadas previamente, sobre todo de aquellas que hubieran afectado la legitimidad del personal político. Es decir, la agenda de problemas se encuentra estrechamente vinculada a las respuestas que pueda dar el personal de Estado en función de la experiencia.

2.4. En relación con lo anterior, ni la jerarquización ni la selección de los problemas pueden efectuarse sin vincularlas con los recursos disponibles con los que cuenta un Estado para responder a dichos problemas. Supongamos que el personal de Estado identifica un problema de la agenda pública. Sin embargo, al momento de identificarlo no dispone de los recursos económicos para afrontar aquel problema. Este es uno de los límites más comúnmente mencionados por el personal de Estado así como por la literatura sobre los

límites de las políticas públicas¹⁴. Por ejemplo, el concepto de “fronteras de posibilidades de la producción” (FPP) se utiliza para determinar qué tipo de agenda es realmente viable para un gobierno. Según Parsons “Puede decirse que las políticas públicas son el proceso mediante el cual una sociedad define la relación entre la producción de bienes y servicios a lo largo de las fronteras de lo posible en función de la limitación de los recursos” (PARSONS, 2007, p. 214). También Wildavsky se ocupó de la capacidad limitada de los recursos económicos del Estado para responder a las políticas en su trabajo sobre el presupuesto (1979). Para este autor, una política pública es la tensión entre los objetivos y los recursos disponibles. Estos recursos, sin embargo, no son únicamente económicos, aunque en su mayoría terminen reduciéndose a ellos.¹⁵

Una crítica común desde el marxismo señalaría que lo que Wildavsky entiende por recursos escasos del Estado oculta, en realidad, una desigualdad estructural. La pregunta en el caso de esta crítica sería ¿son realmente escasos o esa escasez encubre una distribución desigual de los recursos que el Estado destina al capital o a los capitalistas, y los que destina a la clase trabajadora? No obstante, aunque una lectura rápida de los presupuestos del Estado pueda, en general, justificar este tipo de afirmaciones, para analizar una política pública y los límites del personal de Estado para decidir si un problema ingresa en la agenda o no, debemos comprender este límite como real, no como ficticio.

Además, desde esta crítica no se comprendería por qué en algunos casos, la mayoría de los capitalistas cuestionan la asignación de los recursos por parte del Estado.¹⁶

¹⁴ Este tipo de recurso interviene de forma diferente según el tema que se trate y es analizado por el personal del Estado en término de “costos” (¿cuánto costará implementar una política? ¿cuál es el presupuesto con el que cuenta el Estado para adoptar una determinada política?). El presupuesto necesario para llevar adelante una política cambia según el tipo de política del que se trate –por ejemplo, el presupuesto que involucran políticas sociales masivas como la AUH es mucho mayor que el involucrado en la implementación de una ley que permita el matrimonio entre personas del mismo sexo–. (ALVAREZ HUWILER, 2022)

¹⁵ Con recursos del Estado, la mayor parte de la literatura se refiere al dinero, pero también a la infraestructura, al personal, al tiempo e incluso —y cada vez más— a la información disponible, por mencionar los más importantes.

¹⁶ En una lectura mucho más compleja del tema de los recursos, Hirsch (2017) explica que la intervención estatal no siempre alcanza “sus fines” (en el sentido de asegurar la dominación burguesa) sino que en muchos casos intensifica los conflictos sociales así como entre los propios

2.5. En síntesis, múltiples factores pueden influir en que un asunto sea jerarquizado y, finalmente, seleccionado. Los problemas pueden ser jerarquizados y seleccionados (a) debido a su imposición por una cuestión de emergencia (por ejemplo, una emergencia sanitaria por una pandemia, aunque siempre las percepciones acerca de lo que es y no una emergencia pueden cambiar a lo largo de la historia); (b) debido a que exista una presión por un grupo de demandantes y que esa presión adquiriera cierta legitimidad ante el resto de la sociedad (por ejemplo, con sucedió con los reclamos por las consecuencias de las fumigaciones); (c) por la presión de un organismo internacional (por el vencimiento de un pago de la deuda externa) o de otro estado (como fue el conflicto con las pasteras entre Uruguay y Argentina); (d) porque el asunto genera una presión interna (por ejemplo, en el caso de los conflictos que ocurren entre el viejo y el nuevo personal cuando asume un nuevo gobierno y se pone en juego la propia supervivencia de una parte del propio personal de estado); (e) debido a que existe una política “a la espera” de este problema o que ya se usó en respuesta a un problema similar; y por último, (f) debido a la posibilidad de contar con los recursos que requiera una política que responda al problema en cuestión.

Cabe aclarar que estos factores no son excluyentes entre sí. Puede haber, por ejemplo, una presión por parte de un grupo de demandantes y otra interna del personal de Estado al mismo tiempo.

3. Todo problema debe ingresarse en la agenda mediante una definición específica.

3.1. En términos generales, una vez seleccionados, los problemas que llegan a través de demandas pueden: (1) ser incluidos en su definición original; (2) transitar por un proceso de resignificación respecto a la definición original de los demandantes o de quienes tienen

capitalistas: “el mecanismo intervencionista estatal de regulación de la reproducción del capital (en el sentido de asegurar la dominación burguesa) demuestra ser completamente contradictorio: no sólo porque la política estatal estructural y la ‘gestión global’ no eliminan las leyes del proceso de reproducción capitalista y, por lo tanto, no pueden alcanzar plenamente sus fines, sino también porque llevan en sí mismas un momento de intensificación de los conflictos sociales” (HIRSCH, 2024, p. 560)

la iniciativa; (3) ser reemplazados o desplazados por otros problemas hasta que se encuentre una definición adecuada para una agenda de gobierno

3.2. Ningún problema puede componer la agenda sin una definición, aunque ésta no sea definitiva. Como afirma Jones (1971) es común que un problema sea redefinido a lo largo del proceso de las políticas públicas, ya sea durante la formulación y adopción de una política o bien durante su implementación.

3.3. A diferencia de los autores del grupo “argumentativo”, desde nuestra perspectiva, la definición de un problema también es resultado de los límites reales que se le imponen al personal de Estado respecto a cómo pueden ingresar los problemas, más allá del discurso construido alrededor del tema en cuestión. Esto no significa que el discurso no sea importante para un análisis específico (en algunos casos es incluso imprescindible), así como el papel de ciertos actores en la construcción de un discurso (como los medios de comunicación o los grupos de profesionales), sino que no puede explicarse cómo se define un problema, únicamente por los marcos interpretativos y las “luchas discursivas”, como lo hace Majone (1992) así como otros autores postestructuralistas¹⁷. En estos casos, el papel del discurso se encuentra sobredimensionado.

3.4. Como afirman algunos autores, las instituciones son importantes para comprender la definición de los problemas en la agenda. Según los autores que pueden enmarcarse en el institucionalismo (MARCH; OLSEN, 1997; SKOCPOL, 1984, 1992; HECLO, 1994, entre otros), los problemas son “moldeados” por las instituciones públicas o bien definidos por éstas. E incluso, según este enfoque, las instituciones tienen un papel más importante que las elites o las clases a la hora de definir los problemas.

Ahora bien. Aunque fueron los autores de este enfoque quienes realmente abrieron “la caja negra” del Estado, en varios de sus trabajos las instituciones terminan ubicándose por fuera de la sociedad y con total autonomía respecto de ésta. Y si bien es cierto que Estado y sociedad no son lo mismo —sino que el Estado existe gracias a cierta

¹⁷ Para más referencias sobre los autores del giro argumentativo, puede verse Parsons (2007)

“exterioridad” que se fija y se desdibuja permanentemente respecto de la sociedad—, tampoco existe un Estado con independencia de ésta. Este punto es crucial para comprender el proceso de las políticas públicas.

Que, por ejemplo, el personal de un organismo público trate una demanda social por la contaminación del agua de un barrio como algo completamente ajeno a su propia vida (cuando, supongamos, ese personal viva cerca de la zona contaminada), y que esa demanda sea objetivada en un expediente es, en última instancia, expresión de un aparato de coacción estatal que reviste la forma de un aparato de poder público impersonal, separado de la sociedad (PASHUKANIS 1976, p. 80)¹⁸ Sin embargo, constituye una manifestación de las características que asume el aparato de dominación en esta sociedad -la capitalista-, y no necesariamente en otros tipos de sociedades.

3.5. Un mismo problema puede definirse de diversas maneras por diferentes gobiernos y sociedades, según el período y el territorio donde se manifieste. Pero en todo contexto social, pueden reconocerse ciertos límites que no dependen de la coyuntura. Expondremos estos límites con más detalle en la próxima sección.¹⁹

c. Los límites del personal y las características de los problemas

Los límites que orientan y restringen la posibilidad de acción del personal de Estado no se presentan a este personal como tales. Es decir, no se manifiestan de forma explícita ni sistemática, sino que se imponen objetivamente y se expresan solo de manera parcial y superficial. Veamos algunos de ellos:

El primer límite se refiere a que existe una restricción en la cantidad de problemas que pueden ingresar a la agenda de gobierno. De hecho, hay un acuerdo general en este punto y es muy común escuchar por parte del personal político la frase “no podemos atender a todas las demandas al mismo tiempo”. Ningún estado podría incluir todos los problemas existentes en una sociedad, o al menos no todos al mismo tiempo. Varios autores

¹⁸ Al respecto, puede leerse el texto de Piva (2012) que desarrolla con detenimiento una explicación sobre este punto.

¹⁹ Esta distinción se relaciona con la realizada por Blanke, Jürgens y Kastendiek (2017) entre “límite de sistema” y “límites de actividad a la que remitimos en Alvarez Huwiler y Bonnet (2022b)

hacen referencia a este límite (COBB; ELDER,1980; KINGDOM, 1984; PARSONS, 2007).

Pensemos no sólo en la cantidad, sino también en la diversidad de problemas. Las demandas de la sociedad, por ejemplo, no llegan de forma ordenada ni unificada, sino que lo hacen de forma caótica y como demandas parciales, distintas, opuestas e incluso contradictorias. Nunca son realmente demandas compartidas por el conjunto de la sociedad porque no existe un acuerdo universal sobre cuáles son los problemas que deben ingresar en la agenda de gobierno y en qué orden de prioridades.

Por lo tanto, lo que el pluralismo ve como una diversidad de grupos guiados por sus propios intereses, compitiendo, no es el del todo falso, sino superficial. Desde una perspectiva marxista, tenemos que ver la inexistencia de este acuerdo como una expresión de algo más estructural: de la naturaleza fragmentada de la propia sociedad capitalista.

101

Y también, a diferencia de una visión pluralista, el Estado no es un simple receptor neutral de temas. Según este enfoque, la agenda reflejaría un equilibrio de poder entre los distintos grupos que, luego de una competencia entre ellos —dependiendo de los recursos que éstos tengan—, logran incorporar a la agenda sus demandas que luego se traducen en decisiones (DAHL,1961). Aunque el personal de Estado lo perciba de este modo, lo cierto es que los sistémicos como Easton tenían razón al cuestionar esta caracterización un tanto ingenua que hacían los pluralistas. Easton planteaba que previo a determinados filtros, las demandas no son demandas, sino preferencias, expectativas, deseos sociales, etcétera. “Sólo en este momento —cuando nuestras necesidades o esperanzas sociales se expresan como propuestas formuladas a las autoridades para que ellas decidan o actúen— podemos llamarlas demandas políticas. Es en este punto de conversión de las demandas en propuestas políticas para la acción, que se puede producir la primera clase de regulación importante de su volumen y diversidad” (1965: 168). En líneas generales, más allá de la posición conservadora de los autores sistémicos, acá asumimos esta afirmación como válida en tanto las demandas son filtradas previamente y sólo se convierten en demandas políticas cuando son dirigidas hacia o frente al poder estatal.

El segundo límite, entonces, se refiere a que los problemas llegan al Estado filtrados a través de diversas mediaciones sociales, que incluyen desde los medios de comunicación masiva hasta los partidos políticos, los sindicatos, las corporaciones y las organizaciones no gubernamentales.²⁰ Estas organizaciones, a las que Easton (1989) denominó “custodios del sistema”, constituyen una pieza importante como mediación entre la sociedad y la agenda de gobierno²¹. Y, al mismo tiempo, esta filtración previa de temas opera como límite para el personal de Estado. Es decir, en líneas generales, este no define desde cero esos problemas, sino que existen definiciones previas que la sociedad establece.

El tercer límite responde a que los problemas se identifican y definen por los síntomas o en el mejor de los casos por sus causas más inmediatas. Al respecto, Simon y March (1958) afirmaron, por ejemplo, que los actores estatales (así como cualquier actor social) enfrentan limitaciones debido a su incapacidad de procesar toda la información relevante, su desconocimiento de conexiones causales entre cuestiones, la imposibilidad de predecir el comportamiento de otros actores, etcétera, y esto constituye un mundo de “racionalidad acotada”. Nuestra diferencia con este planteo es que estos límites de “información” no responden tanto a la naturaleza humana, sino a las características de la propia reproducción de la sociedad capitalista. En todo caso, la competencia y las luchas sociales (y en particular la lucha de clases) generan un mundo incierto, con información errónea o limitada, lo que conduce a una racionalidad acotada.²²

Por lo tanto, en esta sociedad, los problemas aparecen superficialmente, mientras que sus causas estructurales permanecen ocultas, no sólo ante los ojos del personal de Estado, sino también ante la propia sociedad. El fetichismo es un factor que limita tanto al

²⁰ Suelen mencionarse en la literatura sobre el tema, por ejemplo, “la agenda social” o “agenda pública”, “la agenda de los medios”, etc. Estas agendas son de algún modo mediaciones que definen los problemas que llegan como “demandas” a la agenda de gobierno.

²¹ En palabras de Easton, los custodios “son los sujetos que impiden la entrada a los canales de admisión de un sistema. En las sociedades modernas podemos identificarlos como los grupos de interés, partidos, líderes de opinión o medios masivos de comunicación (...) Cualquiera sea la forma que tomen esos reguladores estructurales, es evidente que el volumen o diversidad de las demandas que entren a un sistema, y empiecen a moverse hacia el punto del producto (las autoridades) dependerá de las “características” de estos custodios de las vías de entrada” (1965: 168).

²² Para un desarrollo mayor sobre este tema, véase Alberto Bonnet (2022b)

personal de Estado como a quienes impulsan las demandas —como afirma Marx, “toda ciencia sería superflua si la forma de manifestación y la esencia de las cosas coincidiesen directamente” (2006, p. 1041)—. El problema de la inflación es un ejemplo de ello. Siempre aparece frente al personal de Estado de manera superficial. Prueba de ello son “las soluciones” que se buscan.

El cuarto límite se refiere a que los problemas que ingresen a la agenda deben tener resolución (es decir, tener posibilidad de solución) en la sociedad capitalista. El personal de Estado naturalmente no puede incluir un asunto en la lista de problemas a tratar si no visualiza una política que pueda resolver de alguna manera ese problema.²³ Los procesos de selección y de definición se encuentran atravesados por esta característica, de modo tal que “si la definición de un problema no comporta una solución factible, tampoco suscita una atención seria como problema de política pública”. Así, por ejemplo, “un problema será tomado seriamente en consideración sólo si los costos anticipados de su solución son realistas y aceptables, dentro del contexto de los recursos públicos previsibles y actualmente disponibles” (ELDER; COBB 2007, p. 94). En la misma línea argumentativa, Wildavsky explicaba que el análisis de políticas es una actividad que crea problemas que pueden resolverse - textualmente dice: “Policy analysis, to be brief, is an activity creating problems that can be solved” (1979, p. 17). Entonces, o bien se seleccionan problemas con una solución posible, o se definen (o redefinen en el caso de que ya tuviera una clara definición previa) en función de ello. Cuando decimos que un problema debe tener posibilidad de solución o bien tiene que ser definido de forma tal que tenga posibilidad de solución, nos estamos refiriendo a su traducibilidad. El asunto que integre la agenda de gobierno debe tener la posibilidad de ser traducido en una política pública.

²³ Aquí entendemos “resolución” como lo hacen O’Donnell y Oszlak: “Por ‘resolución’ de una cuestión entendemos su desaparición como tal, sin implicar que ello haya ocurrido porque haya sido ‘solucionada’ en sentido sustantivo alguno. También puede ser resuelta porque otros problemas más visibles han monopolizado la atención de las partes anteriormente interesadas en aquélla, o porque se ha concluido que nada puede hacerse con ella, o porque el sector social que la planteaba ha sido reprimido, eliminado de cualquier otra forma, desposeído de los recursos que le permitieron en su momento imponer la cuestión ante la oposición de otros actores. De esta manera, la toma de posición implicada por una política estatal puede ir desde intentos de solución ‘sustantivos’ hasta la coerción física de quienes la plantearon; ambos pueden ser casos de ‘resolución’” (O’DONNELL; OSZLAK, 1981, p. 110)

El quinto límite se relaciona también con la traducibilidad política. Los problemas tienen que ser traducibles políticamente y enmarcados dentro de ciertos parámetros de las “ideas dominantes” (BLOCK, 1977) o “paradigmas políticos” (HALL, 1993; SUREL, 2008) de la época. Es decir, en una sociedad dada, hay ciertos problemas que pueden ingresar como tales en agenda en un momento histórico y en otro momento no. Ejemplos cercanos en Argentina son el matrimonio igualitario y la despenalización del aborto que, aún con la oposición del sector más conservador de la sociedad, lograron ingresar como “temas de agenda”, hecho que décadas atrás hubiera sido impensable. Block denomina a este límite como “ideas dominantes” como parte de la “hegemonía cultural burguesa”. “El aspecto relevante de la hegemonía cultural es la aceptación generalizada de ciertas reglas no escritas sobre lo que es y lo que no es una actividad estatal legítima. Si bien estas reglas cambian con el tiempo, un gobierno que viola las reglas del momento perdería gran parte de su apoyo popular. Esto actúa como una restricción poderosa para desalentar ciertos tipos de acción estatal que entran en conflicto con los intereses del capital” (BLOCK, 1977, p. 14).

El último límite que queremos mencionar es el que responde a la imposibilidad del personal de Estado de conocer las consecuencias que tendrá la introducción de un problema en la agenda durante el resto del proceso. Entre las consecuencias desconocidas más importantes se encuentran las respuestas externas que tendrá la incorporación de aquel problema, es decir, los conflictos que se desencadenarán alrededor de este una vez instalado en la agenda, así como las respuestas internas, o sea, si habrá acuerdo en adoptar una respuesta determinada y si ésta podrá implementarse efectivamente. Entonces, aunque el personal de Estado tienda a pensar que puede conocer todas las respuestas, lo cierto es que ni este, ni quienes hacen las demandas tendrán realmente esa posibilidad. Este insondable lleva entonces a suponer que las consecuencias pueden ser inesperadas y que la única opción para el personal de Estado es ensayar. Las respuestas imprevistas que enfrentó el gobierno, provenientes tanto desde afuera como desde dentro del propio aparato de Estado, en su intento de imponer un régimen de retenciones móviles a las exportaciones agrarias y

agroindustriales (el conflicto alrededor de la Resolución 125 de 2008) es un ejemplo de ello.²⁴

Todos estos límites mencionados no se le presentan al personal de Estado de forma explícita, sino que operan objetivamente, es decir, a “sus espaldas”. Este personal internaliza estos límites mediante el aprendizaje y un proceso de autodisciplinamiento que restringe su autonomía, y que en la construcción de la agenda se manifiesta como la internalización de las reglas de identificación, jerarquización, selección y definición de los problemas. Esta idea se vincula estrechamente con la noción de “castigo” desarrollada por Lindblom: “La explicación más común en las ciencias políticas es que los participantes obedecen las normas porque las perciben como legítimas. Alternativamente, decimos a menudo que la gente se ve ‘forzada’ a obedecerlas” (1992, p. 60). Pero, al mismo tiempo, este autodisciplinamiento colabora con la propia autoconservación del personal de Estado y le permite adecuar de forma limitada los problemas que ingresan a la agenda a los requerimientos cambiantes de la reproducción social capitalista. El personal del Estado no conoce de antemano cuáles son esos requerimientos, salvo cuando aparecen *ex post* mediante la constatación de sus errores, es decir, a través de la evaluación. No obstante, aunque el proceso de identificación, jerarquización, selección y definición se aprende por ensayo y error, en situaciones normales existe un conjunto de problemas que finalmente logra ser traducido en políticas.

Consideraciones finales

En estas páginas buscamos presentar algunas ideas centrales, desde nuestra perspectiva, sobre la construcción de la agenda de gobierno, discutiendo o retomando críticamente los argumentos de otros enfoques. Esta función, que ejerce el personal de Estado y, en general, el personal político, no se desarrolla de manera libre ni plenamente racional, sino que se encuentra limitada por múltiples factores y regida, fundamentalmente, por una lógica de ensayo y error. Es decir, el personal de Estado identifica, jerarquiza, selecciona y define los problemas, determinado por ciertos límites, como son la

²⁴ Véase un análisis más detallado de este conflicto en Bonnet (2022a)

fragmentación de las demandas y la necesidad de traducibilidad política, entre otros mencionados a lo largo de este artículo.

Estos límites no se le presentan al personal de Estado de forma explícita, sino que operan de forma objetiva, es decir, “a espaldas” del personal de Estado. Éste los internaliza mediante un proceso de autodisciplinamiento que restringe su autonomía, pero que, al mismo tiempo, le permite adecuar de forma limitada, los problemas que ingresan a la agenda de gobierno a los requerimientos cambiantes de la reproducción de la sociedad capitalista.

Así, la agenda de gobierno no es simplemente el resultado de una suma de demandas sociales ni resultado de la imposición directa de intereses de clase ni de una elite, sino el producto de un proceso adaptativo en el que el personal de Estado ensaya, yerra y aprende cuáles son los problemas que pueden ser seleccionados para integrarla.

En este trabajo intentamos aportar un apunte sobre la construcción de la agenda desde una perspectiva crítica que permita comprender una de las funciones centrales del personal de Estado en el proceso de las políticas públicas. También buscamos esbozar ciertas ideas con el objetivo de generar herramientas útiles para el análisis de políticas concretas. Sin embargo, somos conscientes de que la mayoría de los puntos esenciales que aquí sólo esbozamos requieren un desarrollo más profundo. En trabajos futuros, tanto individuales como colectivos, esperemos poder llevar a cabo ese enorme trabajo.

Referências

AGUILAR VILLANUEVA, L. F. (2007). *Problemas públicos y agenda de gobierno*. México: Porrúa.

ALVAREZ HUWILER, L. Apuntes sobre el proceso de políticas públicas y sus límites En: ALVAREZ HUWILER, L.; BONNET, A. *Crítica de las políticas públicas: propuesta teórica y análisis de casos*. Ciudad de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2022

ALVAREZ HUWILER, L. (2022b). Políticas públicas en el sector minero en la década de los noventa. El problema de la reforma jurídica y las modificaciones institucionales. En:

ALVAREZ HUWILER, L.; BONNET, A. (comps.). *Crítica de las políticas públicas: propuesta teórica y análisis de casos*. Ciudad de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2022b.

ALVAREZ HUWILER, L.; BONNET, A. “Ensayo y error. Un análisis marxista de las políticas públicas”. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales** 63 (233). México: UNAM, 2018.

ALVAREZ HUWILER, L.; BONNET, A. “Ensayo y error en la crítica marxista de las políticas públicas”. En Alvarez Huwiler, L., y Bonnet, A. (comps.). *Crítica de las políticas públicas*. Buenos Aires: Prometeo, 2022

ALVAREZ HUWILER, L.; DE LA VEGA, Candela. ¿Qué agenda para la Reforma? La política de la reforma constitucional en Jujuy ante los requerimientos de la reproducción capitalista, ponencia presentada en el *IV Congreso Nacional de Estudios de Administración Pública*, Córdoba. 2024

107

ANDERSON, J. E. *Public Policymaking: an Introduction*. Boston: Houghton Mifflin Company, 2003.

BARDACH, E. *Los ocho pasos para el análisis de políticas públicas: Un manual para la práctica*. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas – Miguel Ángel Porrúa, 1998.

BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. *Power and poverty: theory and practice*. Oxford University Press, 1970.

BITAR, M. *La constitución de la agenda y el ciclo de políticas públicas*. Ficha de cátedra. Universidad Nacional de Rosario, 1999. Recuperado de https://consejopsuntref.wordpress.com/wpcontent/uploads/2017/08/la_construccion_de_la_agenda_bitar.pdf

BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. Acerca de la reciente discusión marxista sobre el análisis de la forma y función del Estado burgués. Reflexiones sobre la relación entre política y economía. En: BONNET, A; PIVA, A. (comps.). *Estado y capital: el debate derivacionista*. Madrid: Herramientas, 2017.

BLOCK, F. *The Ruling Class Does Not Rule: Notes on the Marxist Theory of the State. Revising State Theory: Essays in Politics and Postindustrialism*. Filadelfia: Prensa de la Universidad de Temple, 1977.

BONNET, A. La política de retenciones a las exportaciones agrarias y agroindustriales entre 2002 y 2019. En: ALVAREZ HUWILER, L.; BONNET, A. (comps.). *Crítica de las políticas públicas*. Buenos Aires: Prometeo, 2022a.

BONNET, A. Ensayo y error en el mainstream del análisis de las políticas públicas. En: ALVAREZ HUWILER, L.; BONNET, A. (comps.). *Crítica de las políticas públicas*. Buenos Aires: Prometeo, 2022b.

BONNET, A.; PIVA, A. (comps.). *Estado y capital*. El debate alemán de la derivación del Estado. Recuperado de <http://www.herramienta.com.ar/ediciones-herramienta/estado-y-capital-el-debate-aleman-sobre-la-derivacion-del-estado>. (edición digital) Buenos Aires: Herramienta, 2017.

BRAND, U. Estado, contexto y correspondencia. Contornos de un análisis materialista-histórico de las políticas. En: ALVAREZ HUWILER, L.; BONNET, A. (comps.). *Crítica de las políticas públicas*. Buenos Aires: Prometeo, 2022.

BRAND, U.; KRAMS, M.; LENIKUS, V.; SCHNEIDER, E. M. Contours of historical-materialist policy analysis. **Critical Policy Studies**, 16(3), 279–296, 2021. <https://doi.org/10.1080/19460171.2021.1947864>

TRUE, J. L., JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F. R. Teoría del equilibrio interrumpido. En: SABATIER, P. A. (comps.). *Teorías del proceso de las políticas públicas* (pp. 167-202). Buenos Aires: Editorial Taurus, 2010.

CEJUDO, G. M. Discurso y políticas públicas. Enfoque constructivista. En: MERINO, M. y Cejudo, G. (Comps.). *Problemas, decisiones y soluciones. Enfoques de política pública*. Lomas de Santa Fé: Fondo de Cultura Económica, CIDE, 2010.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. *Participation in American politics: The dynamics of agenda-building*. Johns Hopkins University Press, 1980.

DAHL, R. A. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. Yale University Press, 1961.

- DURKHEIM, E. *Las reglas del método sociológico*. Buenos Aires: Colihue, 2018.
- EASTON, D. *Esquema para el análisis político*. Buenos Aires: Amorrortu, 1989.
- ELDER, C.; COBB, R. Formación de la agenda. El caso de la política de los ancianos. En: AGUILAR, V. (comp.) *Problemas públicos y agenda de gobierno*. México: Porrúa, 2007.
- FOX, C. J.; MILLER, H. T. *Postmodern public administration: Toward discourse*. Sage Publications, 1995.
- HALL, P. A. (1993). *Policy Paradigms, Social Learning, and the State: the Case of Economic Policymaking in Britain*. *Comparative politics*, 25(3), 1993..
- HECLO, H. Redes de asunto y la forma moderna de gobernar. En: VILLANUEVA, A. (Comp.). *Problemas públicos y agenda de gobierno* (pp. 257–284). Miguel Ángel Porrúa, 1994.
- HEINRICH, M. *Crítica de la economía política*. Una introducción a El Capital de Marx. Madrid: Escolar y Mayo, 2008.
- HIRSCH, J. Observaciones teóricas sobre el Estado burgués y su crisis. En: POULANTZAS, N. (comps.). *La crisis del Estado*. Barcelona: Fontanella, 1977.
- HIRSCH, J. “El aparato de Estado y la reproducción social: elementos para una teoría del Estado burgués”. En: BONNET, A.; PIVA, A. (comps.)) *El debate alemán sobre la derivación del Estado* (pp. 509-588). Edición digital. Buenos Aires: Herramienta, 2017.
- HOLLOWAY, J. *El Estado y la lucha cotidiana*. Cuadernos políticos, 24, 1980.
- JONES, C. *An introduction to the study of public policy*. Belmont: Prensa de Duxbury, 1970.
- KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston: Little, Brown & Co, 1984.
- LASWELL . La orientación de las políticas. En: AGUILAR VILLANUEVA, L. F. El estudio de las políticas públicas. México: Porrúa, 2007a.
- LASWELL. La concepción emergente de las ciencias de políticas. En: *El estudio de las políticas públicas*. En: AGUILAR VILLANUEVA, L. F. México: Porrúa, 2007b.
- LINDBLOM. La ciencia de ‘salir del paso’. En: AGUILAR VILLANUEVA, L. F. La hechura de las políticas públicas. México: Porrúa, 2007a.

LINDBLOM. Todavía tratando de salir del paso. En: AGUILAR VILLANUEVA, L. F. *La hechura de las políticas públicas*. México: Porrúa, 2007 b.

LIPPMANN, W. *Public Opinion*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1922.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. *Teoría de la organización*. Barcelona: Ariel / Organizations. Nueva York: John Wiley & sons, 1981.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. *El redescubrimiento de las instituciones*. La base organizativa de la política. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

MARX, K. *El capital*. México: Siglo XXI, tomo 3, 2006.

MERTON, R. K.; NISBET, R. A. *Contemporary social problems: An introduction to the sociology of deviant behavior and social disorganization*. Harcourt: Brace & World, 1961.

O'DONNELL, G. Apuntes para una teoría del Estado. **Revista Mexicana de Sociología**. 4(40), 1978.

O'DONNELL, G.; OSZLAK, O. *Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación* (Documento G.E. CLACSO N° 4). Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), 1981.

OFFE, C. *Structural Problems of the Capitalist State: Class rule and the political system*. On the selectiveness of political institutions. **The State. Critical Concepts**. London: Routledge, 104-129, 1994.

OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSZLAK, O. Notas críticas para una teoría de la burocracia estatal. Documento Cedes / Clacso, 8, 1977.

OSZLAK, O.; O'DONNELL, G. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. **Redes**, 2(4). Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, Argentina, 1995.

MILIBAND, R. *El Estado en la sociedad capitalista*. Siglo XXI Editores, 1970.

PARSONS, W. *Políticas públicas - una introducción a la teoría y la práctica del análisis de las políticas públicas*. México D.F: Miño y Dávila/Flacso, 2007.

PASHUKANIS, E. B. (1976). *Teoría general del derecho y marxismo*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

PIVA, A. “Burocracia y teoría marxista del Estado. Intersticios” *Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*. 6(2): 27-46, 2012.

SABATIER, P. A. *La formulación y el cambio de políticas públicas: Una perspectiva de redes de defensa de políticas*. México: Siglo XXI, 1991.

SKOCPOL, T. *Los Estados y las revoluciones sociales*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1984.

SKOCPOL, T. *Los orígenes de la política social en los Estados Unidos*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1992.

SIMON, H. A. *El comportamiento administrativo: estudio de los procesos decisorios en la organización administrativa*. Madrid: Aguilar, 1964.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E.; Gilbert, D. R. *Administración*. Ciudad de México: Prentice-Hall, 1996.

SUBIRATS, J. La implementación de las políticas públicas. En: SUBIRATS, J; KNOEPFEL, P.; LARRUE, C.; VARONNE, F.; KNOEPFEL, P. (comps.) *Análisis y gestión de políticas públicas*. Barcelona: Ariel, 2008.

SUREL, Y. Las políticas públicas como paradigmas. *Estudios Políticos* 33. 2008.

THERBORN, G. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Madrid: siglo XXI, 1987.

TRUE, J. L., JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F. R. (2010). Teoría del equilibrio interrumpido. En: SABATIER, P. A. (comps.). *Teorías del proceso de las políticas públicas* (pp. 167-202). Editorial Taurus, 2010.

WHITE, J. D. *Taking Language Seriously: The Narrative Foundations of Public Administration Research*. Georgetown University Press, 1999.

WILDAVSKY, A. Introduction: Analysis as art. In *The Art and Craft of Policy Analysis* (pp. 1-19). London: Palgrave Macmillan, 1979.

WIRTH, M. (2017). Acerca de la crítica de la teoría del capitalismo monopolista de Estado. En: BONNET, A; PIVA, A. (comps.). *Estado y capital: el debate derivacionista*. Madrid: Herramientas, 2017.

Resumen: El objetivo de este artículo es, por un lado, abordar los aspectos más relevantes sobre la construcción de la agenda de gobierno para una propuesta metodológica dentro del campo de las políticas públicas y, por otro lado, contribuir a un enfoque crítico de la construcción de los problemas de la agenda que aporte, a su vez, a una teoría crítica general del Estado capitalista. Partimos en este trabajo de comprender que el proceso de las políticas públicas se desenvuelve mediante un mecanismo de ensayo y error que es resultado, a su vez, de ciertos factores que limitan la adecuación de las políticas públicas a los requerimientos cambiantes y contradictorios de la sociedad capitalista. Asimismo, entendemos que el carácter capitalista del proceso de las políticas públicas está determinado por este mecanismo, que configura su forma, más allá del contenido de esas políticas y, por lo tanto, más allá del contenido de los problemas que ingresen a la agenda de gobierno. Específicamente, en este trabajo, discutiendo con otras perspectivas, buscamos responder (1) ¿cómo puede identificar el personal de Estado cuáles son los problemas sobre los cuáles debería formular políticas en función de aquellos requerimientos de la sociedad capitalista?, (2) ¿cómo puede establecer, dentro de los problemas identificados, en qué orden de prioridad deben aparecer en la agenda de gobierno?, ¿cómo se produce la selección efectiva de los problemas que serán incluidos en esa agenda?, (3) ¿con qué definición ingresan y qué límites se le imponen al personal de Estado a la hora de definir los problemas?

Palabras clave: agenda de gobierno; ensayo y error; Estado capitalista; límites estructurales; políticas públicas críticas.

Abstract: The aim of this article is, on the one hand, to address the most relevant aspects of the construction of the governmental agenda for a methodological proposal within the field of public policy, and, on the other hand, to contribute to a critical approach to the construction of agenda problems that may, in turn, contribute to a broader critical theory of the capitalist state. We begin with the understanding that the public policy process unfolds through a mechanism of trial and error, which, in turn, results from certain factors that limit the adaptation of public policies to the changing and contradictory requirements of capitalist society. Likewise, we understand that the capitalist character of the public policy process is determined by this mechanism, which shapes its form beyond the content of those policies and, therefore, beyond the problems that enter the governmental agenda. Specifically, in this article, in discussion with other perspectives, we seek to answer: (1) how can state personnel identify which problems they should formulate policies for, according to the requirements of capitalist society? (2) How can they establish, among the problems identified, the order of priority in which they should appear on the governmental agenda? How does the effective selection of the problems to be included in that agenda take place? (3) With what definition do these problems enter? What limits are imposed on state personnel when defining them?

Keywords: government agenda; trial and error; capitalist state; structural limits; critical public policies.

* Recebido em: 21/11/2025

* Aceito em: 15/12/2025

**CAPITALISMO E POLÍCIA: A ARQUITETURA REPRESSIVA DA SOCIEDADE
BURGUESA**

VYCTOR GROTTI

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), investigador do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social (NECCSO/UFPR) e professor da Escola Superior da Polícia Civil do Estado do Paraná. E-mail: vgrotti@hotmail.com.

113

O modo de produção constitui a determinação fundamental de uma sociedade e, no caso da capitalista, sua distinção frente às demais sociedades classistas reside na forma como se processa o seu modo de produção de mercadorias (MARX, 2017a; MARX, 2014; MARX, 2017b). Esse processo não corresponde a uma simples cooperação entre indivíduos para produzir bens úteis a si ou à comunidade¹. No modo de produção capitalista, a produção é orientada pela imposição do trabalho produtivo à classe operária, condição necessária para a extração do mais-valor. Para a burguesia, a natureza da mercadoria é irrelevante: se são televisões, computadores, carros ou se a utilidade do produto é fruto da fantasia ou de alguma crença. Sendo a produção de mais-valor o único meio para promover a acumulação de capital, é neste ponto que reside o interesse burguês, independentemente da utilidade da mercadoria.

Das relações sociais estabelecidas entre as classes burguesa e operária emergem formas de regularização dessas relações sociais (ou, simplesmente, formas sociais). Marx explicou didaticamente esse conceito em *Contribuição à crítica da economia política* (2008) ao utilizar, por analogia, os termos “estrutura” e “superestrutura”. Conforme ele explica,

¹ Nas sociedades não classistas, a cooperação constituía uma forma de organização do trabalho pelos próprios produtores, voltada à satisfação das necessidades coletivas. Com o surgimento da propriedade e das sociedades classistas, essa cooperação passou a se configurar como uma forma de organização voltada à exploração. É na divisão social do trabalho que se expressa, de maneira mais clara, o domínio sobre a força de trabalho, sendo essa atividade determinante para a definição do pertencimento de classe.

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Muitos dos pseudocríticos de Marx, no ímpeto da crítica e desconsiderando o conjunto e a complexidade de sua obra, acabaram por construir suas observações sob solo frágil ao rotulá-lo como “determinista” ou “economicista”. No entanto, em uma leitura atenta e intelectualmente honesta de todos os seus escritos, especialmente da análise desenvolvida em todos os seus volumes de *O capital*, revela que tais acusações padecem de fundamento. O conceito de modo de produção elaborado por Marx vai muito além da noção vulgar de “economia”: engloba não somente as forças produtivas, isto é, um conjunto de condições relacionadas a determinado estágio de desenvolvimento das capacidades humanas, mas também as relações de produção, entendidas como o conjunto das relações sociais estabelecidas pelos seres humanos no processo de produção material de determinada sociedade².

Logo, o modo de produção capitalista necessita de suas respectivas formas sociais que assegurem a sua reprodução contínua. Além de um modo de pensar próprio³, a burguesia também necessita de um aparato institucional que faça a defesa dos seus interesses de classe, como é o caso do Estado capitalista, forma social fundamental neste modo de produção. O Estado é a principal forma de regularização das relações sociais, que

² Em carta a Joseph Bloch, Engels afirma: “Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante é, em última instância, a produção e reprodução da vida real. Portanto, *se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e absurda*. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas, e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – *exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas* e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua forma” (ENGELS, 1987, p. 39. Itálicos nossos).

³ O modo de pensar burguês ou a episteme burguesa é desenvolvido por Viana em *O modo de pensar burguês* (2018), obra na qual o autor nos fornece um conjunto teórico a respeito do processo de constituição das ideias burguesas, bem como o seu antagônico, o marxismo.

o faz através de seu enorme aparato institucional. Ele exerce seu domínio em diversos âmbitos, seja nas famílias, nas igrejas, nas escolas, etc., cujas instâncias possuem uma regularização, os quais são moldados tanto através do direito e de suas legislações bem como pela produção de ideologias, etc.

Todavia, a intelectualidade burguesa apresenta esse aparato como defensor dos interesses gerais, quando, na verdade, é expressão dos interesses burgueses (MARX, 2011; ADAM, 2020). Deste modo, o Estado capitalista não é um fim em si mesmo, mas tem o propósito fundamental de manter e reproduzir as relações de produção capitalistas. Como todo Estado é um estado de classe, seu caráter se define observando a sua determinação fundamental, que é

o modo de produção dominante. São as relações de produção dominantes, que são as relações de classe [...] que constituem o estado e é a dominação de classe na esfera da produção que constitui o estado e lhe determina, bem como exerce efetivamente o poder político, direta ou indiretamente - como no capitalismo, através da burocracia estatal (VIANA, 2015, p. 51-52).

115

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, observa-se uma expansão progressiva da divisão social do trabalho⁴. A burguesia, movida pela incessante busca pela extração de mais-valor, procura tanto ampliar a jornada laboral (mais-valor absoluto) quanto reconfigurar o processo produtivo com vistas à redução do tempo de trabalho necessário à produção de mais-valor (mais-valor relativo)⁵.

⁴ Na obra *Ideologia alemã* (2019), Marx e Engels afirmam que é a divisão social do trabalho que vai determinar a relação dos indivíduos uns com os outros, entre quem desempenha uma ou outra atividade, a qual não é escolhida livremente por alguém, mas lhe é imposta. A divisão social do trabalho fixa e força um determinado trabalho a um indivíduo e essa atividade vai definir o seu pertencimento de classe. Todavia, o indivíduo isolado não constitui uma classe, senão o conjunto de indivíduos, os quais possuem condições de vida, interesses e enfrentamentos (e alianças) comuns (Viana, 2017). Uma classe social é tomada, portanto, a partir da atividade desempenhada na divisão social do trabalho, que gerará um modo de vida de classe, interesses de classes e lutas (e alianças) comuns.

⁵ Dessa dinâmica, surgem novas necessidades e formas de organização do trabalho, emergindo diversas outras classes sociais, como é o caso da burocracia. A burocracia é a classe improdutiva cujo modo de vida está relacionado às atividades de controle e direção, racionalizando o seu exercício através de regras gerais de atribuições de competência, estabelecendo hierarquias de cargos através de documentos inscritos, produzindo um amplo treinamento especializado dos diversos cargos (Weber, 2015; Tragtenberg, 2006; Motta, 2000). Na época em que viveu, Marx identificava na burocracia os traços de uma classe social em formação, ainda que de modo incipiente, cuja função era auxiliar a burguesia na sua dominação de classe: “Sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, e sob Napoleão, a burocracia foi apenas o meio para preparar a dominação de classe por parte da burguesia. Sob a restauração, sob Luís Filipe e sob a

Quanto maior é a exploração da classe operária, maior será o mais-valor expropriado pela burguesia. Por essa razão, os operários são submetidos a extensas jornadas de trabalho, seja no período diurno ou noturno, que frequentemente levavam o corpo ao esgotamento físico e mental. Mulheres e crianças também eram incluídas nesse processo, sendo obrigadas a cumprir turnos que, em muitos casos, ultrapassavam 12, 14 ou 16 horas diárias, além de comprometerem o pleno desenvolvimento da criança, não raro acometendo-a com diversas enfermidades (MARX, 2017a). Soma-se a tais condições à pressão incessante pela produção, estabelecendo-se um ritmo de trabalho intenso, resultando em diversos acidentes de trabalho, além de problemas à saúde do operário, que encurtava em demasia a sua vida. De acordo com Braga,

além das extensas jornadas de trabalho, da exploração do trabalho infantil, do trabalho idoso e feminino (esses recebiam salários inferiores), as condições de trabalho eram as piores possíveis, pois as fábricas não possuíam condições mínimas de higiene. Caracterizadas por serem lugares pouco arejados, com ar poluído, sem nenhuma preocupação com a saúde operária, sem nenhum sistema de proteção no trabalho, o proletariado se via constantemente ameaçado pelo desemprego e pela fome, pois a inexistência de legislação trabalhista fazia com que qualquer acidente ou doença que o impossibilitasse a trabalhar resultasse em demissão sumária. E os acidentes de trabalho ou até mesmo a morte de milhares de operários, principalmente as crianças, eram elevadíssimos (BRAGA, 2013, p. 48).

Os salários, que mal garantiam a subsistência, repercutiam diretamente nas condições de vida: moradias precárias, insalubres, sem saneamento básico e sem qualquer higiene mínima. Nesses ambientes superlotados e degradados proliferavam doenças contagiosas, o que comprometia ainda mais a saúde da classe operária e reduzia sua expectativa de vida. Conforme constata Engels,

por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, malconservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis. O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite há mortes por fome. A classe operária das grandes cidades oferece-nos,

república parlamentar, ela foi mero instrumento de classe dominante, por mais que ela também aspirasse poder próprio” (Marx, 2011b, p. 141).

assim, uma escala de diferentes condições de vida: no melhor dos casos, uma existência momentaneamente suportável – para um trabalho duro, um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável (do ponto de vista do operário, é evidente, isso é bom e tolerável); no pior dos casos, a miséria extrema – que pode ir de falta de teto à morte pela fome; mas a média está muito mais próxima do pior do que do melhor dos casos (ENGELS, 2010, p. 115).

Com exceção dos períodos de radicalização da sua luta, aos indivíduos da classe operária restava apenas submeter-se às condições degradantes de trabalho impostas pelo capital, em troca de um salário irrisório e infinitamente inferior ao valor que efetivamente produziam. A recusa ao trabalho, nessas circunstâncias, significaria cruzar a tênue linha que os separava do lumpemproletariado, enfrentando o desemprego, a fome e, em muitos casos, a própria morte. Contudo, diante da sua exploração, a classe operária também luta contra ela, em um processo marcado por avanços e recuos que variam conforme a correlação de forças e condições históricas. Essa luta atravessa diversos momentos, seja em sua fase espontânea, autônoma ou autogestionária (JENSEN, 2014).

117

Como a organização laboral não é controlada pelo operário, mas pela burocracia empresarial para a realização dos interesses da burguesia, o operário, ao adentrar na fábrica, deixa de ser senhor de si e se submete ao controle rígido do trabalho alienado⁶. Nesse contexto, a luta espontânea surge de forma individual e se expressa através da recusa cotidiana ao trabalho alienado por meio de práticas como o absenteísmo, a desobediência a superiores hierárquicos, o ritmo lento no cumprimento das tarefas (“operações-tartaruga”), dentre outras formas de enfrentamento.

Em um segundo momento, à medida que se aprofunda a percepção da exploração, emerge uma consciência coletiva operária. Esse avanço se expressa por meio de formas organizadas de luta, como greves, mobilizações, panfletagens e outras ações coletivas.

⁶ Mas não é só. Esse controle se amplia para além das horas em que o proletariado põe os seus pés nas fábricas. O controle sob a classe operária se expande e vai mais adiante do espaço fabril e passa a atingir as horas de ócio e lazer. A esta classe é impedido, direta ou indiretamente, a livre disposição do seu tempo de ócio, pois um domingo dedicado à bebida, por exemplo, pode comprometer a produtividade do operário na segunda-feira. Capitalistas como Henry Ford sabiam da importância da extensão do controle e, não à toa, este implementou diversas políticas salariais para combater resistências dos trabalhadores às normas de produção e vida pessoal (PADILHA, 2010, p. 58 apud ORIO, 2019, p. 122). O que antes era visto como uma dádiva, com o capitalismo o ócio passa a ser sinônimo de “vagabundagem” e não tardou para o capitalismo se apropriar desse tempo e transformar o lazer em atividade de consumo (ORIO, 2019).

Apesar de representar um avanço frente às lutas espontâneas, essa fase ainda não constitui uma ameaça real às relações capitalistas, uma vez que tende a perder força com o atendimento das reivindicações, como melhores salários e melhores condições de trabalho. A ameaça real às relações capitalistas ocorre no seu último estágio, o das lutas operárias autogestionárias:

aqui se revela uma luta que garante a recusa do capital e da burocracia e a afirmação da autogestão. O proletariado não só recusa o domínio do capital e da burocracia, mas também assume a direção revolucionária da fábrica e da sociedade. Aqui não só se realiza uma ação revolucionária como também se manifesta uma consciência revolucionária. Esta consciência significa não somente a compreensão do processo de exploração capitalista, da burocracia enquanto forma de dominação, mas também da necessidade de constituição de uma nova sociedade, autogerida. A recusa do capital e da burocracia vem acompanhada pela associação coletiva que passa a autogerir as relações de trabalho e o conjunto das relações sociais. O combate ao capital e ao estado é acompanhado da consciência de que eles devem ser destruídos e que em seu lugar somente a autogestão pode garantir novas relações sociais, igualitárias. Nasce a consciência com um objetivo: a revolução social, o que pressupõe uma visão da totalidade das relações sociais e da articulação do movimento operário no sentido de generalizar o processo autogestionário (JENSEN, 2014, p. 08).

Mesmo nas lutas autônomas, a classe operária representa uma ameaça concreta aos interesses da burguesia. Ainda que não configure uma ruptura radical com a sociedade capitalista, a luta autônoma ocasiona instabilidades na reprodução do capital, gerando impactos sobre a dinâmica da acumulação e, quiçá, abrindo possibilidades para uma luta autogestionária. A luta da classe operária obriga a burguesia, com isso, a reorganizar suas estratégias de enfrentamento, o que favorece o fortalecimento da classe burocrática, em especial da burocracia estatal e de seu aparato repressivo, que atuam com vistas à preservação da sociabilidade capitalista frente às ameaças advindas da luta operária.

Isso ficou evidente diante da primeira experiência autogestionária do proletariado na Europa: a Comuna de Paris (1871). A tomada de Paris pela classe operária rompeu com o Estado burguês e promoveu uma profunda reorganização da vida política, momento em que se observou a supressão do exército permanente, a instituição de cargos públicos eletivos e revogáveis a qualquer momento, com remuneração equivalente à de um operário, bem como a suspensão de despejos de inquilinos, dentre outras transformações (Marx, 2011). Em resposta, o Estado francês lançou uma ofensiva brutal contra os *communards*,

fuzilando mais de 20 mil pessoas, além de prender e exilar milhares dos sobreviventes (LISSAGARAY, 2021). Assim, a Comuna de Paris representou um marco histórico na luta de classes ao materializar, ainda que por breve período, a viabilidade de uma sociedade autogerida pela classe operária.

Ao temor da luta da classe operária aliava-se ao temor de outra classe social⁷: o lumpemproletariado. Resultante da sociedade capitalista⁸, ela foi formada a partir da expropriação e expulsão dos camponeses que migraram para as grandes cidades, processo este ocorrido entre o século XIV e XVIII (MELOSSI; PAVARINI, 2006; BRAGA, 2013). Contudo, a capacidade das cidades em absorver essa mão de obra foi muito inferior ao número de camponeses expulsos do campo, gerando não apenas o crescimento da quantidade de operários empregados na indústria, mas também em um aumento expressivo no contingente de lumpemproletários⁹.

119

Impossibilitado de vender a sua força de trabalho, seu modo de vida se vincula a atividades voltadas à satisfação das necessidades humanas mais elementares, como alimentar-se, vestir-se e abrigar-se, o que o leva a recorrer, para isso, a múltiplos meios que transitam entre a legalidade e ilegalidade. Atividades como a mendicância, a prostituição, os subempregos, o comércio informal ou mesmo o envolvimento com práticas ilícitas configuram alternativas concretas de sobrevivência (VIANA, 2017). Em *A situação da*

⁷ Seguiremos a concepção marxista acerca do lumpemproletariado, considerando-o como uma classe social composta pela superpopulação relativa em sua totalidade e caracterizada pela sua posição de marginalidade diante da divisão social do trabalho (BRAGA, 2020b; BRAGA, 2013; VIANA, 2017).

⁸ Conforme Marx: “Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui o exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta” (MARX, 2017a, p. 709).

⁹ “Nesse aspecto o lumpemproletariado crescente, derivado do processo de cercamento de terras, cumpre um papel importantíssimo na acumulação de capital, isto é, quanto maior for o contingente lumpemproletário, maior será a pressão sobre o proletariado para aceitar suas condições de trabalho e salários miseráveis. Portanto, é possível perceber que o proletariado do século XIX se via muito facilmente ameaçado pela lumpemproletarização. O proletariado vivia constantemente a ponto de lumpemproletarizar-se. E assim a existência de um grande contingente lumpemproletário cumpria uma das suas principais funções no capitalismo: promover uma alavanca da acumulação via pressionamento dos salários e divisão da classe operária na disputa por emprego” (BRAGA, 2013, p. 49).

classe trabalhadora na Inglaterra, Engels nos oferece um exemplo sobre as condições de vida do lumpemproletariado:

No fim das contas, porém, os que dispõem de todo modo de um teto são mais felizes que aqueles que não o têm: todas as manhãs, em Londres, 50 mil pessoas acordam sem a menor ideia de onde repousarão a cabeça na noite seguinte. Dessas 50 mil pessoas, afortunadas são aquelas que conseguem 1 ou 2 pence para pagar um abrigo nos albergues noturnos (lodging-houses) que, numerosos, existem em todas as grandes cidades. Mas que abrigo! Os alojamentos estão cheios de camas, de alto a baixo: num quarto, quatro, cinco e seis camas, quantas caibam e, em cada cama, empilham-se quatro, cinco e seis pessoas, também quantas caibam – sadias e doentes, velhos e jovens, homens e mulheres, sóbrios e bêbados, todos misturados. (...) E quanto àqueles que nem esse tipo de alojamento podem pagar? Pois bem: dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos; alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos bancos dos jardins, quase sob as janelas da rainha Vitória (ENGELS, 2010, p. 75).

120 Dadas tais condições materiais degradantes de existência que viviam o lumpemproletariado, crescente era a preocupação das classes superiores em relação às possibilidades de sua insurgência através de protestos, saques, roubos, etc. Além de contribuir pressionar o salário dos operários para níveis cada vez menores, à medida em que esta classe em farrapos aumentava seu quantitativo, proporcionalmente aumentava o seu temor¹⁰, obrigando a classe capitalista e suas classes auxiliares a construir representações pejorativas dos proletariados e dos lumpemproletários, expressadas por termos como “vagabundos”, “vadios”, “escória”, etc. Além disso, sobre o preconceito e os termos usados para se referirem ao lumpemproletariado, ressalta Braga:

o que esperar dessa classe social que durante toda a sua existência convive com todo tipo de infortúnio? É possível aguardar de seres desumanizados e famintos atitudes que prezem pela vida e propriedade alheia? O século XIX inaugura o século do banditismo social generalizado. As ruas que, durante o dia, eram infestada por mendigos, subempregados e todo tipo de desempregados procurando alguma forma de garantir sua sobrevivência, pela noite, se encontrava repleta de todo tipo de ladrão e criminoso. Nascia, assim, um dos termos pejorativos mais utilizados para classificar o lumpemproletariado: Classes perigosas (2013, p. 59).

¹⁰ No prefácio à edição inglesa de *O capital* (2017a), Engels assim verifica: “Entrementes, cada novo inverno recoloca a grande questão: ‘que fazer com os desempregados?’. Mas, ao mesmo tempo que o número de desempregados continua a aumentar a cada ano, ninguém se habilita a responder a essa pergunta, e quase podemos calcular o momento em que os desempregados, perdendo a paciência, tomarão seu destino em suas próprias mãos (MARX, 2017a, p. 104).

Esse temor está diretamente relacionado à ameaça que tal classe representa à propriedade privada e cumpre, ainda, a função ideológica de legitimar a sua repressão cotidiana, convertendo a sua condição de marginalidade à divisão social do trabalho em justificativa para o controle e violência estatal. Isso porque, naquela época, a Inglaterra e o País de Gales contavam com uma média de 1,5 milhões de lumpemproletários¹¹ e alguns intelectuais vinculavam o aumento expressivo desta classe social com o aumento do número de crimes contra o patrimônio.

Portanto, tanto o receio das lutas operárias bem como a expansão do lumpemproletariado e suas práticas que ameaçavam a propriedade privada contribuíram não só para a emergência da instituição policial, mas seu constante aperfeiçoamento enquanto aparato permanente de vigilância e repressão a essas classes.

A emergência da instituição policial

121

Ao contrário do que possa parecer, a instituição policial não existiu em nenhuma outra sociedade, sendo inaugurada somente na sociedade capitalista. Sua formação engloba o período compreendido entre os séculos XVII e XIX, tempo este que marca a transição do feudalismo para o capitalismo. A instituição policial é, por conseguinte, um produto da sociedade capitalista, resultado de um processo de ruína do modo de produção feudal e suas formas de regularização das relações sociais. De acordo com Braga, a instituição policial

emerge do aperfeiçoamento e condicionamento sofrido pelo aparato repressivo existente, a partir do desenvolvimento histórico da luta de classes, entre uma diversidade de classe sociais que emergiram (burguesia, proletariado, burocracia empresarial, burocracia estatal, intelectualidade, lumpemproletariado etc.), bem como aquelas que se encontravam em vias de desaparecimento (nobreza) ou redução progressiva (campesinato) etc. pois, a consolidação e desenvolvimento do capitalismo é expressão do desdobramento da luta de classes e da emergência de uma diversidade de formas sociais que lhes expressam (BRAGA, 2025, p. 06-07).

¹¹ Braga (2013) ainda afirma que este número poderia ser bem maior já que a referência compreendia somente indivíduos que recebiam alguma assistência pública, excluindo-se aqueles que não recebiam.

Em seus estudos sobre a emergência da instituição policial e seu papel na sociedade capitalista, Neocleous (2010) demonstra que a polícia surgiu no capitalismo para a proteção da propriedade privada e imposição das demais relações capitalistas:

Por detrás do policiamento do Estado de prosperidade como base da ordem, havia uma preocupação mais específica com o lugar dos pobres (operários e lumpemproletários) e a ameaça potencial que a nova "classe" da pobreza representava para as estruturas emergentes da propriedade privada. A "ordem" quase nunca é ameaçada, a menos que haja uma força que pareça ter o potencial de miná-la, e à medida que as relações sociais burguesas começaram a se sentir diminuídas aos olhos da sociedade, a principal ameaça parecia ser os "trabalhadores pobres" (operários). Assim, a necessidade de forjar uma força de trabalho da classe trabalhadora desempenhou um papel cada vez mais importante na imposição do controle. (...) De forma mais geral, pode-se ver que os pobres estavam presentes em textos sobre a polícia, seja como mendigos ou vadios (ou pelo menos como mendigos ou vadios em potencial), seja como uma categoria geral sujeita à polícia (...). Isso porque a administração da pobreza ocupava e ocupa um lugar central no projeto policial (NEOCLEOUS, 2010, p. 48 – parênteses nossos)

122

Nesse contexto, a criminalização foi (e permanece sendo) um meio eficaz de repressão à classe operária e ao lumpemproletariado. A necessidade de combater a classe operária e o lumpemproletariado fazem da polícia a sua razão de ser e alguns exemplos históricos contribuem para essa compreensão.

Foi no Reino Unido que a instituição policial se consolidou pela primeira vez enquanto instituição burocrática estatal ainda na primeira metade do século XIX, aperfeiçoando progressivamente a sua organização aos longo das décadas. Um de seus ideólogos, o magistrado Patrick Colquhoun defendeu a criação de uma polícia organizada e profissionalizada, voltada principalmente à “prevenção do crime” e à “manutenção da ordem pública” (NEOCLEOUS, 2010). Conforme destaca o mesmo autor, embora seu pensamento tenha sido construído sob o parâmetro da eficiência e da racionalidade administrativa como fundamentos para essa nova forma de polícia, Colquhoun associava criminalidade e à pobreza, deixando claro sua preocupação quanto aos perigos em que a classe operária e o lumpemproletariado trazem à propriedade privada e à sociedade capitalista como um todo.

A concepção defendida por Colquhoun foi retomada e institucionalizada em território inglês em 1829, quando seu ministro Robert Peel liderou a criação da Polícia

Metropolitana de Londres, sendo aprovado no parlamento a denominada *Metropolitan Police Act*. A criação dessa força policial, cujos membros ficaram conhecidos como *bobbies* ou *peelers* em referência ao seu ministro criador, marcou o início da polícia moderna na Inglaterra, e tinha como características principais a sua organização hierárquica, disciplina rígida e presença ostensiva nas ruas (REINER, 2004).

Paralelamente, a Lei dos Pobres de 1834 reforçou os poderes policiais de vigilância e controle das classes inferiores, obrigando os indivíduos destas classes venderem a sua força de trabalho, ainda que isso significasse trabalhar nas *workhouses*¹² (casas de trabalho). A atuação da polícia encontrou, desse modo, terreno fértil na tarefa de garantir o cumprimento dessas normas, disciplinando e controlando os indivíduos das classes inferiores, cuja normativa se tornou em um dos principais fundamentos de legitimidade para a atuação da polícia inglesa.

123

Nas décadas iniciais de sua existência, embora formalmente instituída, a polícia inglesa ainda apresentava uma capacidade limitada de exercer um controle efetivo sobre as classes inferiores. A sua fraca difusão pelo território inglês, combinada com vínculos empregatícios precários dos policiais, marcados por baixos salários e desorganização administrativa, resultava em alta rotatividade dos agentes e pouca padronização no exercício da repressão. Esse cenário começou a alterar em 1856, através da “Lei da Polícia do Condado e do Município” (*County and Borough Police Act*), que tornou obrigatória a criação de forças policiais em todos os condados e distritos da Inglaterra, subordinando-as ao ministério do interior. Os acontecimentos da Comuna de Paris, em 1871, intensificaram os temores da burguesia europeia e serviu para acelerar o processo de reorganização

¹² Melossi e Pavarini (2006) demonstraram a existência de uma estreita relação entre a prisão e o modo de produção capitalista. Constataram os autores que, em tempos de curso descendente da acumulação e, por conseguinte, da redução da produção capitalista e da compra da força de trabalho operário, a prisão serviu como uma das formas de produção e reprodução das relações de trabalho capitalistas, apesar das especificidades prisionais de cada país, como as *Workhouses* na Inglaterra, os *Rasphuis* na Holanda ou as penitenciárias dos EUA. Além disso, observaram que a prisão também tinha um papel intimidador dirigida aos trabalhadores livres, submetendo-os a condições de trabalho vigentes em vez de cair na prisão, onde as suas condições de vida seriam piores àquelas quando tivessem em liberdade: “trabalhos forçados das casas de correção ou de trabalho visava, portanto, quebrar a resistência da força de trabalho, fazendo-a aceitar as condições que permitissem o máximo grau de extração de mais-valia” (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 38).

policial no Reino Unido. Esse processo alcançou um novo patamar em 1890 quando da publicação do *Police Act*, lei esta que consolidou a polícia como uma instituição estatal estável e profissionalizada, afastando-a da condição anterior de força reativa improvisada (REINER, 2004).

Não diferente, a emergência da instituição policial nos Estados Unidos também está ligada ao controle da classe operária e das demais classes inferiores naquele país. Se antes a vigilância era exercida principalmente por milícias privadas contratadas pelos burgueses, o acelerado desenvolvimento do capitalismo no século XIX, acompanhado pelo crescimento do número de operários e do lumpemproletariado e pela intensificação das lutas operárias, obrigou o Estado estadunidense a reorganizar-se, centralizando o aparato repressivo e profissionalizando seus agentes (MONKKONEN, 2002).

Com forte influência da polícia inglesa, além da vigilância às classes também consideradas “perigosas”, suas principais funções eram reprimir greves e manifestações, bem como preservar a propriedade privada. Sidney Harring (2017) destaca que, para além da visão ideológica da polícia como instituição garantidora da “proteção contra o crime”, a sua emergência e o seu papel na dinâmica da luta de classes nos Estados Unidos deve ser compreendida como uma forma de repressão dirigida à classe operária e ao lumpemproletariado. Nesse sentido, a consolidação da polícia como instituição estatal permanente e profissionalizada revelou-se uma exigência fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, especialmente diante da radicalização e da complexificação da luta de classes.

Um exemplo citado por esse autor é o da polícia de Buffalo nos Estados Unidos, cidade marcada por uma expressiva presença de operários imigrantes (irlandeses, poloneses, alemães, etc.). Nessa localidade, ainda que a instituição policial fosse estatal, ela estava vinculada à burguesia local, que influenciava inclusive na nomeação de seus chefes e determinava suas prioridades de atuação, especialmente contra a classe operária¹³:

¹³ De acordo com o autor, na década de 1890, Buffalo testemunhou uma ampla gama de resistência da classe operária ao sistema fabril e à exploração trazida pela depressão. Buffalo foi duramente atingida pela depressão de 1893-1897; mais de 20% de todos os operários estavam desempregados, incluindo talvez 50% dos poloneses. Em ambos os lados da depressão, a década de 1890 também testemunhou duas das greves

É evidente uma ligação direta entre as lutas e o ímpeto para reorganizar e expandir as forças policiais locais, uma ligação que deve ser entendida em termos de classe. Muitas vezes foi feita referência direta à incapacidade das forças policiais existentes para lidar com tumultos. As elites comerciais locais, preocupadas com a ameaça à propriedade e cautelosas com o problema de controlar uma classe trabalhadora crescente, mobilizaram-se para reforçar as forças policiais locais. Saint Louis, Cincinnati, Chicago, Filadélfia, Baltimore, Nova York e Boston, a polícia foi fortalecida por uma classe em resposta à ameaça que outra classe representava contra seu domínio (HARRING, 2017, p. 34).

Nos países de capitalismo subordinado, a emergência das instituições policiais ocorreu na primeira metade século XIX, vindo a se consolidar no final do século XIX e o início do século XX, considerando as especificidades de cada país e sua posição na divisão internacional do trabalho. Em países como a Argentina e o Brasil, a organização policial passou por diferentes arranjos institucionais até alcançar maior estabilidade.

Na Argentina, os contornos iniciais da polícia surgiram com a criação da *Policía de Buenos Aires*, em 1821, durante o governo de Martín Rodríguez e de Bernardino Rivadavia. Contudo, ao longo do século XIX, a organização policial permaneceu fragmentada entre as províncias, reflexo das disputas políticas da formação do Estado nacional. Somente no início do século XX a instituição policial consolidou-se como corpo permanente, profissional e burocratizado em escala nacional (HARPER; DONATO, 1999).

No Brasil, processo semelhante ocorreu: a primeira instituição foi a Intendência Geral de Polícia da Corte, criada em 1808, mas sua estrutura inicial mostrou-se instável. Nas décadas seguintes, surgiram outras instituições da mesma natureza, como as Guardas Municipais Permanentes (1831), que se tornaram embriões das futuras polícias militares estaduais. A consolidação efetiva de um sistema policial permanente, tanto no âmbito civil quanto militar, deu-se apenas entre o final do século XIX e o início do século XX (COTTA, 2012; HUGGINS, 1998; HOLLOWAY, 1997).

mais graves de Buffalo, ambas envolvendo praticamente toda a comunidade e atraindo atenção nacional. Tropas da Guarda Nacional ocuparam a cidade durante a greve dos trabalhadores ferroviários de 1892, mas a polícia foi mais importante na contenção da greve. As greves dos trabalhadores da limpeza de grãos de 1898 e 1899 envolveram novamente toda a comunidade e todo o departamento de polícia, que patrulhava as docas. As greves duraram tanto que uma delegacia especial foi instalada no local da greve (HARRING, 2017, p. 77).

No capitalismo, a atuação da instituição policial tem como fundamento a lei (NEOCLEOUS, 2010). Para que a repressão cotidiana ao proletariado e ao lumpemproletariado seja legitimada, torna-se indispensável a criação de dispositivos legais que criminalizem tanto a organização da classe operária quanto a própria condição marginal do lumpemproletariado em relação à divisão social do trabalho. Nesse sentido, diversas leis foram elaboradas para transformar em crime as mais variadas formas de vida associadas ao lumpemproletariado, sobretudo aquelas que impunham a obrigatoriedade do trabalho assalariado, fornecendo assim a base legal para seu controle e repressão.

Assimilava-se esta classe a vagabundos e a delinquentes em potencial e, em um contexto de escassez ou limitação de mão de obra disponível, a coerção ao trabalho funcionava como uma forma de manter os salários em níveis baixos, garantindo o mais-valor burguês. Na Inglaterra, a lei contra o vagabundo (1824) conferiu enorme poder ao aparato policial que se consolidaria nos anos seguintes, conferindo a essa instituição poderes classificatórios plenos em determinar quem era e quem não era vagabundo (logo, criminoso), cujo principal critério era de classe. Somou-se a essa lei outra, a lei dos pobres (1834), obrigando os “pobres” a subsistência através do ganho de um salário (NEOCLEOUS, 2010; REINER, 2004).

A criminalização do lumpemproletariado nos países de capitalismo subordinado seguiu o mesmo roteiro dos países de capitalismo imperialista, cada qual com suas especificidades históricas e sua posição na divisão internacional do trabalho. Na Argentina, por exemplo, diversas leis foram instituídas para legitimarem a criminalização do lumpemproletariado e de outras classes inferiores. Um exemplo é o Código Rural de Valentín Alsina de 1865 que, no seu art. 280, assim dispôs: “Será declarado vadio todo aquele que, não tendo domicílio fixo e meios conhecidos de subsistência, prejudicar os bons costumes por meio de má conduta e vícios habituais” (Buenos Aires, 1865). Do mesmo modo, nas províncias de Corrientes (decreto de 16 de novembro de 1854 da Província de Corrientes) e Santa Fé (decreto de 07 de julho de 1866 de Santa Fé), eram considerados vadios todo aquele que não tivesse uma profissão, ofício ou ocupação. Em outros casos, como a província de Santiago del Estero, exigia-se também ter um certificado

assinado de pessoa contratado ou ter alguma propriedade como requisitos para não ser considerado vadio ou dedicado aos maus costumes (GORI, 1965).

Percebe-se que ser vadio ou dedicado aos maus-costumes não correspondia a uma conduta específica, mas sim a uma condição associada à ausência de uma profissão, ofício ou ocupação. A criminalização desse estado funcionava como justificativa para a repressão de grande parcela do lumpemproletariado, fazendo com que a polícia argentina perseguisse e prendesse qualquer indivíduo que supostamente estivesse nessas condições, aplicando ainda penas equiparadas a delitos mais graves, como roubo e agressão.

Então, a ausência de trabalho ou de propriedade de terras era considerada motivo suficiente para enquadrar alguém como criminoso, classificado como “vadio” ou “dedicado aos maus costumes”. No meio rural, isso justificava a perseguição sistemática de indivíduos sem terras, em especial aos *gaúchos*. Nas cidades, a Lei Orgânica da Polícia deixava explícito quem deveria ser alvo da repressão, considerando como vadios ou dedicados aos maus-costumes aquele que “sem ter bens, nem exercer alguma arte, ofício ou indústria, não manifeste outra ocupação que frequentar cafês, tabernas, ou lugares suspeitos, contraindo-se unicamente ao jogo, à bebida e a outros atos de dissipação da má-vida” (Gori, 1965, p. 26), bem como aqueles que, apesar de terem alguma arte, indústria ou serviço abandonam suas ocupações nos dias de trabalho para frequentar os lugares citados.

Considerações finais

A instituição policial não é uma criação neutra ou que “promove o bem geral”. Ao contrário, evidencia uma necessidade histórica do modo de produção capitalista para reprimir as classes inferiores, especialmente o proletariado e o lumpemproletariado. Sua organização e os fundamentos que legitimam a sua atuação estão vinculados a cada fase específica do desenvolvimento do capitalismo, de modo que, a cada novo regime de acumulação, o Estado tende a reorganizá-la, ajustando-a às exigências do capital e buscando dar estabilidade às suas relações e adaptando os dispositivos jurídicos que conferem legitimidade à sua atuação.

A emergência, o desenvolvimento e o papel da instituição policial não podem ser compreendidos de forma isolada e dissociada das exigências históricas da sociedade capitalista. Desde sua formação, seu papel central visa garantir a propriedade privada e a sociabilidade capitalista através do controle e repressão das classes inferiores. A repressão, especialmente contra os indivíduos da classe operária e do lumpemproletariado, foi legitimado por normas jurídicas, de cunho ideológico, para a defesa da propriedade privada. Assim, a polícia constitui, desde o início, uma forma social essencial e um instrumento complexo fundamental da luta de classes a serviço da burguesia.

Referências

ADAM, David. *Marx e o estado*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

BRAGA, Lisandro. *Classe em farrapos*. Acumulação integral e expansão do lumpemproletariado. São Carlos: Pedro & João editores, 2013.

BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional: a criminalização do movimento de desempregados na Argentina (1996-2002)*. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2020.

BRAGA, Lisandro. “*Polícia para quem precisa*”. A emergência de uma regularização social burguesa. In: BRAGA, Lisandro (org.). *Capitalismo e repressão estatal*. Goiânia: Editora Ragnatela, 2025.

BUENOS AIRES. *Código Rural de la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Imprenta de Buenos Aires, 1865. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=Wz0_AQAAMAAJ&pg=PA47&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 03/09/2025.

COTTA, Francis Albert. *Matrizes do sistema penal brasileiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cartas*

Filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848. São Paulo: Moraes, 1987.

GORI, Gastón. *Vagos y mal entretenidos*. Santa Fe: Libreria y editorial Colmegna, 1965.

HARPER, Rodolfo; DONATO, Plácido (orgs). *Historia de la Policía Federal Argentina*.

A las puertas del tercer milenio. Buenos Aires: Ediciones La llave, 1999.

HARRING, Sidney L. *Policing a class Society*. The experience of American cities (1865-1915). Chicago: Haymarket books, 2017.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

JENSEN, Karl. A luta operária e os limites do autonomismo. **Revista Marxismo e Autogestão**. Volume 1, número 02, 2014.

LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, Karl. *A Guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O capital*. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. *O capital*. Vol. 2. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. *O capital*. Vol. 3. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica - as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MONKKONEN, Eric H. The historical development of the police. In: WALKER, Samuel; KATZ, Charles M. *The police in America: classic and contemporary readings*. New York: McGraw-Hill, 2002, p. 35-52.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *O que é burocracia?* São Paulo: Brasiliense, 2000.

NEOCLEOUS, Mark. *La fabricación del orden social - una teoría crítica sobre el poder de policía*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

ORIO, Mateus Vieira. *Capital recreativo - a apropriação capitalista do lazer*. Curitiba: Editora CRV, 2019.

REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania - a dinâmica da política institucional no capitalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. São Paulo: Chiado, 2017.

VIANA, Nildo. *O modo de pensar burguês - episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

130

Resumo: O artigo analisa a emergência da instituição policial como forma social específica do modo de produção capitalista. A partir da teoria marxista, demonstra-se que a polícia surge entre os séculos XVII e XIX com o papel fundamental na garantia da reprodução das relações de produção e na defesa da propriedade privada. Diferente das sociedades classistas anteriores, o capitalismo requer um aparato permanente de vigilância e repressão voltado ao controle dos indivíduos das classes inferiores, especialmente o proletariado e o lumpemproletariado, cujas lutas e condições de existência ameaçam a estabilidade capitalista. Conclui-se que a instituição policial é um produto histórico da luta de classes e cumpre papel fundamental na produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Palavra-chave: capitalismo; Estado; polícia; luta de classes; repressão.

Resumen: El artículo analiza la emergencia de la institución policial como una forma social específica del modo de producción capitalista. A partir de la teoría marxista, se demuestra que la policía surge entre los siglos XVII y XIX con un papel fundamental en la garantía de la reproducción de las relaciones de producción y en la defensa de la propiedad privada. A diferencia de las sociedades clasistas anteriores, el capitalismo requiere un aparato permanente de vigilancia y represión orientado al control de los individuos de las clases inferiores, especialmente del proletariado y del lumpemproletariado, cuyas luchas y condiciones de existencia amenazan la estabilidad capitalista. Se concluye que la institución policial es un producto histórico de la lucha de clases y cumple un papel fundamental en la producción y reproducción de las relaciones sociales capitalistas.

Palabras clave: capitalismo; Estado; policía; lucha de clases; represión.

* Recebido em: 22/10/2025

* Aceito em: 23/12/2025



131